



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO
ECOTONAL DO NORDESTE (TROPEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE (PRODEMA)
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)**

**ATIVIDADE TURÍSTICA EM REGIÕES NÃO LITORÂNEAS:
ANÁLISE DO POLO TERESINA, PIAUÍ**

IZAMARA IANCOWICH

TERESINA
Agosto, 2021

IZAMARA IANCOWICH

**ATIVIDADE TURÍSTICA EM REGIÕES NÃO LITORÂNEAS:
ANÁLISE DO POLO TERESINA, PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (MDMA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes

TERESINA
Agosto, 2021

IZAMARA IANCOWICH

**ATIVIDADE TURÍSTICA EM REGIÕES NÃO LITORÂNEAS:
ANÁLISE DO POLO TERESINA, PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (MDMA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 30/08/ 2021

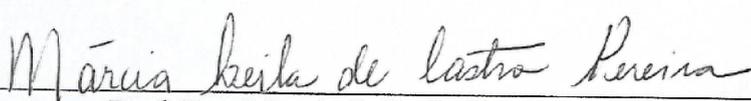
**WILZA GOMES REIS
LOPES:19143257453**

Assinado de forma digital por WILZA
GOMES REIS LOPES:19143257453
Dados: 2022.01.28 17:10:45 -03'00'

Prof. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes
PRODEMA/UFPI
Orientadora



Prof. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Membro Externo PRODEMA/UFPE



Prof. Dra. Marcia Leila de Castro Pereira
Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI)
Membro Interno

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

- I11a Iancowich, Izamara.
Atividade turística em regiões não litorâneas : análise do pólo
Teresina, Piauí / Izamara Iancowich. – 2021.
108 f.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Teresina, 2021.
“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Wilza Gomes Reis Lopes”
1. Desenvolvimento. 2. Políticas Públicas. 3. Turismo.
4. Sustentabilidade. I. Lopes, Wilza Gomes Reis. II. Título.

CDD 574.52

Dedico está dissertação à minha mãe, Maria das Graças Lima, e à memória do meu avô, Antônio Miguel de Lima, que me transmitiram valores fundamentais para minha existência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por ter me ofertado saúde, força, coragem e perseverança para concluir este trabalho dissertativo.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), seu corpo docente, administração e coordenação por disponibilizar a caminho para a pós-graduação, com alicerce na ética, aqui ensinado.

À minha orientadora, Prof. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes, pelo suporte, orientação, incentivo e principalmente a paciência, sem os seus conhecimentos esta dissertação não poderia existir. Nenhuma palavra expressa minha sincera gratidão. Obrigada!

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI), sua coordenação e servidores por me receberem no programa sendo um apoio imensurável para minha formação.

Aos professores do PRODEMA/UFPI e professores convidados pela maestria em transmitirem seus ensinamentos.

Ao José Santana da Rocha (Zezinho), secretário do programa, sempre atencioso, prestativo e esforçado em ajudar a solucionar dúvidas dos discentes.

As professoras, Prof. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva e Prof. Dra. Marcia Leila de Castro Pereira, que desde a qualificação aceitaram avaliar este trabalho, muito grata a vocês.

À minha família, minha mãe, meu avô, meus irmãos, meus padrinhos, meus tios e meus primos, todos muito amados, incentivo do meu trabalho.

Ao meu noivo, Kelton Silva, pelo suporte e generosidade em apoiar todos os meus sonhos acadêmicos. Obrigada!

À minha prima, Ana Karolina, juntas realizamos o sonho do mestrado.

Aos meus amigos, por estarem sempre por perto.

À minha turma de Mestrado PRODEMA/UFPI (2019/2021), pelo convívio e aprendizagem.

E a todos que direta ou indiretamente, fizeram parte da minha vida acadêmica. Obrigada a vocês!

RESUMO

Entre as ações voltadas para a atividade turística, destaca-se a criação dos polos de turismo, idealizados como forma de descentralizar a gestão turística, tornando-se oficialmente uma metodologia de planejamento. Tais polos são modelos de desenvolvimento, incentivados pelo poder público com a finalidade de promover e ampliar as potencialidades turísticas, a partir da integração de municípios nos âmbitos econômico, ambiental, social e culturais, com parcerias público-privado, por meio da regionalização. Entre os polos turísticos existentes no estado do Piauí, destaca-se o Polo Teresina, considerado um dos mais importantes, pois nele se encontra a capital do estado. Atualmente, o polo está formado pelos municípios de Teresina, José de Freitas, Monsenhor Gil e Santa Cruz dos Milagres. Embora, apresentando atrativos turísticos, tanto naturais como culturais, não se percebe um turismo consolidado e nem ações voltadas para seu desenvolvimento. Dessa forma, faz-se necessária a realização de estudos voltados para o conhecimento do Polo Teresina e suas potencialidades turísticas, visando apoiar os gestores em ações voltadas para o desenvolvimento e divulgação do turismo. Então, neste estudo, pretendeu-se como objetivo geral, analisar a atividade turística no Polo Teresina, abordando a dimensão político-institucional, as potencialidades turísticas e uso dos recursos naturais e culturais. Adotou-se como metodologia, levantamento bibliográfico, em que se buscou aprofundar, teoricamente, os assuntos discutidos e análise documental. Foram analisados, então, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Teresina, de 2014 e, ainda, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Município de Teresina, datado de 2011. Além disso, foram estudados os Planos Diretores das cidades, que formam o Polo Teresina, como também, as políticas estaduais voltadas para o turismo no Piauí. A análise de dados foi feita por meio de método descritivo, apresentados em forma de tabelas e quadros. Foi realizado, também, levantamento das potencialidades turísticas de cada município, por meio de pesquisa em sites, órgãos de turismo e em material bibliográfico, como também, visitas aos locais. As pesquisas *in loco* aconteceram, exclusivamente, na cidade de Teresina, onde foram reconhecidos os principais atrativos naturais e culturais da cidade, e realizado registro fotográfico. Como resultados, foi constatado que as potencialidades turísticas apresentam significativa demanda para os segmentos de turismo de negócios e de eventos, na cidade de Teresina, enquanto para turismo religioso na cidade Santa Cruz dos Milagres. Destaca-se, ainda, que os recursos naturais, em sua maioria, já estão inseridos como atrativos turísticos, nos planos de turismo, porém é necessário ampliar a oferta de serviços turísticos, como forma de incorporar a atividade como fator de desenvolvimento nos municípios. Os recursos culturais em sua maioria são formados pelo patrimônio arquitetônico, pelas peregrinações religiosas e eventos culturais. Assim, no que concerne ao desenvolvimento do turismo no Polo Teresina e à participação em políticas públicas, observou-se que existem medidas orientadas para contemplar o turismo, mas se faz necessário aprimorar estes mecanismos, pois as ações projetadas pelas políticas não conseguiram alcançar os objetivos propostos. Além disso, não são suficientes para atenderem todas as demandas necessárias para estimular o turismo, considerando que a estrutura turística é condição necessária para o desenvolvimento do turismo. As ações do Estado, em praticamente todas as atividades turísticas, são regulamentadoras e não incentivadoras de ações empreendedoras. A estrutura básica e bens simbólicos do turismo são contemplados pelas políticas, porém, no turismo do Polo Teresina, a estrutura específica para atender a demanda também precisa ser incentivada e melhorada.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Políticas Públicas; Turismo; Sustentabilidade.

ABSTRACT

Tourism centers are development models encouraged by the Government in order to promote and expand tourism potential from the integration of municipalities in the economic, environmental, social and cultural spheres with public-proven partnerships, through regionalization. In this study, it was intended, then, to analyze the tourist activity in the Teresina Pole, in order to understand its relevance for economic, social and cultural development with a focus on sustainability. Among the existing tourist centers in Piauí, stands out the Polo Teresina, considered one of the most important, because it is the state capital. Currently, the pole is formed by the municipalities of Teresina, José de Freitas, Monsignor Gil and Santa Cruz dos Milagres. The methodology adopted was a bibliographic survey, in which we sought to deepen, theoretically, the issues discussed, documentary analysis were analyzed the Integrated Development Plan of Sustainable Tourism - Teresina Pole, (2014) and the Integrated Development Plan of Sustainable Tourism of the Municipality of Teresina (2011), in addition to the Master Plan of the cities that form the pole and state policies focused on tourism in Piauí. And the field research to identify the potentialities and carry out photographic registration of the visits on site, took place exclusively in the city of Teresina. Where the main natural and cultural attractions of the city were recognized, information about the other municipalities was collected through websites and tourism agencies. The results showed that the tourist potential presents a significant demand for the segments of business tourism and events, in the city of Teresina and religious tourism in the city of Sant of Miracles. The majority of natural resources are already inserted as tourist attractions, in tourism plans, but it is necessary to expand the offer of tourist services, as a way to incorporate the activity as a development factor the municipalities. The cultural resources are mostly formed by architectural heritage, religious pilgrimages and cultural events. Thus, with regard to the development of tourism in the pole and participation in public policies, there are measures aimed at understanding tourism. However, it is necessary to improve these mechanisms, because it is evident that the actions projected by the policies have failed to achieve the proposed objectives, besides not meeting all the demands necessary to stimulate tourism. The tourist structure is a necessary condition for the development of tourism. The actions of the State in virtually all tourist activities are regulating and not encouraging entrepreneurial actions. The basic structure and symbolic goods of tourism are contemplated by the policies, but in tourism, the specific structure to meet the demand also needs to be encouraged and improved.

Keywords: Development; Public Policies; Tourism; Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 6.1: Localização dos Municípios do Polo Teresina	17
Figura 6.2: Complexo Turístico Ponte Estaiada	53
Figura 6.3: Parque ambiental encontro dos rios	54
Figura 6.4: Parque Floresta Fóssil	55
Figura 6.5 Igreja de Santa Cruz dos Milagres	55
Figura 6.6 Vista frontal da celebração da santa missa no santuário de Santa Cruz dos Milagres	56
Figura 6.8 Vista área da barragem do bezerro, José de Freitas	57
Figura 6.9 Vista área da barragem do bezerro, José de Freitas	57
Figura 6.10 Vista área do museu Casa Grande da Fazenda	58
Figura 6.11 Artefatos que compõe o museu Casa Grande da Fazenda Ininga, José de Freitas	59
Figura 6.12: Vista do poço azul, em Monsenhor Gil.....	60
Figura 6.13 Escadaria do morro do cruzeiro, José de Freitas	61
Figura 6.14: Vista do município de Monsenhor Gil, no Piauí	61
Figura 7.1 Fachada do jardim botânico de Teresina	69
Figura 7.2 Parque floresta fóssil	69
Figura 7.3 faixada do Zoobotânico de Teresina	70
Figura 7.4 Restaurante flutuante localizado no rio Poti no Parque Encontro dos Rios	70
Figura 7.5: Vista do parque lagoas do norte	71
Figura 7.6 Parque Estação da Cidadania	72
Figura 7.7 Parque da Cidade	72
Figura 7.8 Parque Potycabana	73
Figura 7.9: A. Teatro Municipal João Paulo II; B. Teatro do Boi; C. Teatro 4 de setembro; D. Teatro de Arena	76
Figura 7.10: A. Museu do Piauí; B. Casa da Cultura	76
Figura 7.11: A. Museu do Piauí; B. Casa da Cultura	77

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 2.1: Número de ocupações, número de ocupações na economia e participação na economia 2018	19
Tabela 2.2: Empregos formais e informais relacionados ao turismo para o ano de 2018	20
Tabela 2.3: Divisão dos empregos por segmentos	48
Tabela 6.1: Indicadores Econômicos do Polo Teresina para o período de 2018	49
Tabela 6.2: Categoria dos municípios quem compõe o Polo Teresina	49
Tabela 6.3: Caracterização da ocupação no turismo no Polo Teresina	50
Quadro 6.1: Atrativos naturais e culturais do Polo Teresina	52
Quadro 6.2: Eventos programados no Polo Teresina	52
Quadro 7.1: Caracterização dos Parques localizados no município de Teresina	69
Quadro 7.2: Forças e fraquezas dos parques ambientais de Teresina	75

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ACTS – Atividades Características do Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTur– Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial de Turismo

PDITS Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PNT – Plano Nacional de Turismo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste

PRT – Programa de Regionalização Do Turismo

SEBRAE– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMDEC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SETUR/PI – Secretaria Estadual de Turismo

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	11
1 INTRODUÇÃO	12
2 A IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO	21
2.1 Crescimento e Desenvolvimento turístico.....	21
3. ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO URBANO	27
3.1 Potencial Turístico em Cidades Não Litorâneas.....	28
4.1 Introdução.....	32
4.2 Turismo e políticas públicas no Brasil	33
4.3 Políticas de Turismo no Piauí e no Polo Teresina.....	37
4.4 Considerações Finais	43
4.5 Referências	44
5 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS EM REGIÕES NÃO LITORÂNEAS:	46
ESTUDO NO POLO TERESINA, PIAUÍ	46
5.1 Introdução.....	47
5.2 Desenvolvimento do turismo no Polo Teresina.....	49
5.2 Potencialidades turísticas do município de Teresina.....	54
5.4 Potencialidades turísticas do município de José de Freitas	58
5.5 Potencialidades turísticas do município de Monsenhor Gil	60
5.6 Considerações finais.....	62
5.8. Referências	63
6 RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA SUSTENTÁVEL EM CIDADES: ESTUDO EM TERESINA, PIAUÍ	66
6.1 Introdução.....	67
6.2 Relação entre o turismo, parques e a cultura.....	68
6.4 Principais atrativos naturais de Teresina	71
6.5 Análise SWOAT dos Parques	79
6.6 Patrimônio cultural da Cidade Teresina	81
6.7 Considerações Finais	89
6.8 Referências	91
7 CONCLUSÕES	94
REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno socioespacial capaz de promover desenvolvimento econômico, ambiental, social e cultural. Desta forma, para que ocorra a atividade turística faz-se necessária a aplicação de recursos em infraestrutura e equipamentos específicos, voltados para atender a demanda em regiões de interesse turístico. Assim, o investimento voltado para a melhoria do local teria a capacidade de promover mudanças estruturais, que facilitariam o desenvolvimento destas regiões, tornando-as áreas com um potencial de retorno econômico e que, naturalmente, tornam-se atrativas para a demanda turística. Desta forma, regiões que apresentam atividade econômica pouco desenvolvida, mas possuem potencial turístico, vislumbram no turismo uma oportunidade para dinamizar a economia e, ao mesmo tempo, valorizar, preservar e divulgar os aspectos naturais e culturais de suas regiões.

Estudos desenvolvidos sobre o turismo, como o realizado por Aulicino (2011), ressaltam sua importância como instrumento de desenvolvimento local e regional, impulsionando o crescimento socioeconômico, estimulando a economia, promovendo a geração de divisas, e aumentando a demanda por mão-de-obra. Além de ser capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas, respeitando o crescimento sustentável, como destacado por (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015).

Silva (2006, p. 7) ressalta a necessidade de estudos sobre o tema, afirmando “que o turismo, de fato, poderá cumprir um papel articulador e indutor do crescimento e desenvolvimento regional, atuando de forma agregada e integrada com as demais atividades econômicas já existentes [...]”, devendo o planejamento do desenvolvimento turístico não ficar restrito, apenas, aos aspectos funcionais dos locais estudados.

O espaço turístico, para Machado e Tomazzoni (2011, p. 230), está “associado ao produto da relação antrópica com determinada paisagem e, sua utilização social e cultural do ambiente, que poderá influenciar um determinado processo de desenvolvimento para a produção do espaço”. Machado e Tomazzoni (2011) chamam a atenção, ainda, para que a comunidade local seja considerada e inserida no planejamento turístico, valorizando-se sua relação com sua cultura, com o território e com a paisagem.

O Brasil, é um dos países mais competitivos do mundo na oferta de recursos naturais voltada para a atividade do turismo. Contudo, transformar esse potencial em destinos turísticos competitivos, eficientes e sustentáveis, ainda, é um grande desafio, o qual demanda um esforço conjunto de cooperação, entre os setores privados e públicos no país (PIRES, 2019). Em estudo do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, em 2019, foram evidenciados os benefícios do

setor para a economia e para a geração de empregos no Brasil, constatando que, a contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,1%, em 2018, totalizando US\$ 152,5 bilhões (8,1%) (BRASIL, 2019).

As capitais da região Nordeste do Brasil se destacam pela disponibilidade de riquezas naturais, principalmente voltadas para o segmento denominado de sol e praia, constituído pelas “atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2008, p. 16). Dessa forma, o turismo nesta região encontra-se bem desenvolvido e atrativo, como apontam estudos realizados em capitais, em que se destacam, por exemplo, as cidades de Natal (VIDAL, 2010), de Maceió (VASCONCELOS; ARAÚJO; RAMOS, 2019) e de Fortaleza, (ARAUJO, 2016).

As políticas públicas do Brasil, trabalham o turismo, principalmente, por meio da Regionalização do Turismo. Essa política estruturou os polos turísticos brasileiros e fortaleceu os principais segmentos do país como o turismo de sol e praia, o turismo religioso, turismo cultural, turismo gastronômico e turismo de eventos. A criação dos polos turísticos no Brasil, foi elaborada a partir de instrumento de gestão, que buscou a descentralização e a participação na gestão integrada de municípios com potencial turístico. Assim, os municípios que compõem os diversos polos possuem variedade e quantidade significativas de elementos que configuram paisagens, eventos e acontecimentos de fins turísticos (BRASIL, 2013).

Os primeiros polos de turismo do Brasil, foram idealizados a partir do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE), iniciado em 1994 e finalizado em 2014, implantado pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo e Esporte, do Banco Nacional de Desenvolvimento e do Banco do Nordeste do Brasil. Divididos em duas fases, o principal objetivo do macroprograma foi criar e ampliar a infraestrutura do turismo no Nordeste brasileiro (BRASIL, 2013).

A criação dos polos estimulou as regiões, cidades a alcançarem destaque no desenvolvimento do turismo. Apresentam, atualmente, segmentos bem definidos, além de serem destinos turísticos influenciados diretamente pela capacidade atrativa, ocasionada pelo processo de desenvolvimento turístico, que implica na demanda por esses destinos gerando externalidades positivas e negativas.

Posteriormente, a criação dos polos se estendeu para todas as regiões turísticas do Brasil, por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), elaborado em 2003, pelo governo federal. Com uma abordagem mais ampla que o, PRODETUR-NE o objetivo principal da regionalização, era trabalhar o desenvolvimento territorial, por meio do agrupamento de

municípios, a fim de potencializar a oferta turística, tendo como outro foco, também, a busca pela descentralização da gestão turística. O programa foi implementado nas 27 unidades da federação, sendo identificadas 219 regiões com um agrupamento de 3.319 municípios (BRASILIA, 2013).

Desta forma, o PRT, que, atualmente, é a diretriz central para o processo de desenvolvimento turístico brasileiro, incentivou o desenvolvimento do turismo, de forma regional, nas áreas de interesse turístico, agrupadas nos polos, circuitos ou instâncias turísticas existentes na formação estadual de organização do turismo. Com a criação do Mapa do Turismo Brasileiro, os municípios podem ser inseridos ou removidos do polo, mediante especificações do Ministério do Turismo. Atualmente, para compor um polo os municípios precisam ter conselho municipal de turismo e ter estabelecimentos registrados no cadastro nacional de prestadores de serviços turísticos (BRASIL, 2020).

Os estudos sobre o desenvolvimento dos polos turísticos do Brasil têm buscado compreender o incremento do turismo nas áreas de interesse formados pelos polos, círculos ou instâncias turísticas, conforme apresentado, por exemplo, por Lima (2006), Santos e Teixeira (2009), Patuleia (2011). Apesar dos benefícios do PRODETUR/NE para os estados e municípios participantes, Araújo e Dredge (2012) atestam que o programa não alcançou todos os seus objetivos.

Duda e Araújo (2014), em estudo nos polos de turismo de Alagoas, constataram que as políticas que impulsionaram o desenvolvimento do turismo na região não foram significativas. Já em pesquisas de Pinheiro; Maracajá, Chim-Miki (2020) e Costa *et al.* (2020), ambos realizados no polo Seridó/RN, foi apontado que os mecanismos de participação social no polo Seridó não estão sendo conduzidos, conforme preconiza a política de regionalização. Além disso, os autores chamaram a atenção para a necessidade da participação integrada da sociedade civil, iniciativa privada e gestão pública, no intuito de elaborar um modelo de desenvolvimento turístico. Estes estudos foram concebidos com o intuito de avaliar a eficácia do processo de regionalização e identificar o grau de desenvolvimento alcançado, em relação ao turismo nos municípios. Contudo, em alguns destes estudos, o resultado a que se chegou está longe dos objetos propostos e esperados. O que se conclui é que os municípios não estão munidos de um corpo técnico capaz de implementar o planejamento por eles idealizado.

Desse modo, acredita-se que o turismo, de fato, poderá cumprir um papel articulador e indutor do crescimento e desenvolvimento regional, atuando de forma agregada e integrada com as demais atividades econômicas já existentes.

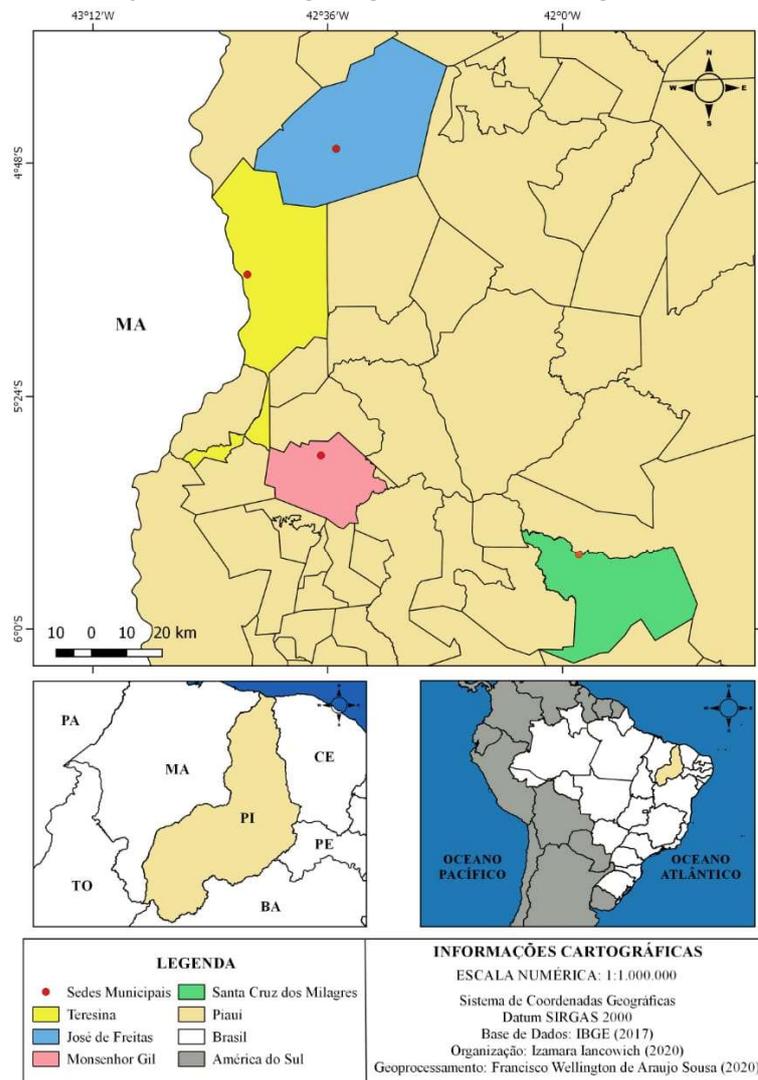
No Piauí, até 2008 só existia um polo de turismo, o Polo Costa do Delta, instituído a partir do PRODETUR-NE. Composto pelos municípios litorâneos e por Teresina, capital do estado do Piauí. Com a implementação do polo, o Piauí, passou a receber incentivos do governo federal, que auxiliaram na melhoria da infraestrutura básica e de apoio ao turismo na região. Estes novos investimentos colaboraram com a estrutura e a capacidade empresarial relacionadas ao turismo, tornando-o um atrativo turístico consolidado. Neste processo, o polo recebeu incentivo, divulgação e conseqüentemente passou a ter visibilidade nacional por participar do roteiro turístico Rotas das Emoções, que integra ações dos estados do Maranhão e Ceará (TERESINA, 2014).

Com o Plano de Regionalização do Turismo, em 2009, foram criados os seguintes novos polos turísticos: Polo Teresina, Polo Aventura e Mistério, Polo das Nascentes, Polo das Águas, Polo Histórico-cultural e Polo das Origens. Neste processo, o Piauí, passou a ser composto por novos polos, o que ocasionou na valorização de novos atrativos turísticos, da diversificação da oferta e da participação em investimento na melhoria de acesso a esses novos polos. Além da relação entre os municípios componentes dos polos, o Polo Teresina, destaca-se por ser considerado porta de chegada para os demais polos do estado, principalmente para o Polo Costa do Delta e o Polo das Origens, considerados os mais consolidados, no Estado (SEBRAE, 2012).

O Polo das Origens, onde se encontra Parque Nacional Serra da Capivara, no município de São Raimundo Nonato, também, considerado um destino indutor, é um dos grandes diferenciais competitivos turísticos do Piauí. É o principal foco de divulgação internacional pelo Ministério do Turismo, além de sua localização ao norte do estado da Bahia facilitar um maior número de visitas e a proximidade com o Parque Nacional Serra das Confusões criar um corredor turístico. (SEBRAE, 2012). Embora apresentarem uma relevância significativas dos elementos que compõe a oferta, o polo enfrenta dificuldade que se assemelha as outros polos no Piauí. Principalmente relacionados a infraestrutura.

O Polo Teresina, atualmente, corresponde à área turística delimitada pelo Ministério do Turismo localizada no Piauí, estado do Nordeste do Brasil, desde 2019 formada pelos municípios de Teresina, José de Freitas, Monsenhor Gil e Santa Cruz dos Milagres (Figura 1.1). (BRASIL, 2019).

Figura 1.1. Localização dos municípios que atualmente compõem o Polo Teresina



Fonte: Baseado em Brasil (2020)

O município de Teresina, capital do estado do Piauí, apresentou população estimada para 2020, de 868.075 habitantes (IBGE, 2021), está definido como categoria A, sendo considerado destino indutor. Destaca-se entre os demais municípios por possuir infraestrutura mais desenvolvida e sediar o Aeroporto Senador Petrônio Portella, atuando, dessa forma, como porta de entrada para o Estado. Entre seus atrativos, Teresina possui importante acervo cultural em seu centro histórico, como também, a única floresta fóssil urbana do Brasil.

O município de José de Freitas está definido como categoria D, com população estimada, em 2020, de 39.336 habitantes (IBGE, 2021), distante 53 km de Teresina. Possui, entre seus principais atrativos, a Barragem do Bezerra, que tem a capacidade de atrair visitantes relacionados ao lazer, cuja proximidade com a cidade de Teresina aumenta, consideravelmente,

este fluxo. A Barragem do Bezerro foi estruturada com equipamentos que dão suporte à visitação e auxiliam o desenvolvimento de atividades náuticas.

O município de Monsenhor Gil está definido como categoria D, distante 67 km de Teresina, com população de 10.564 habitantes, estimada para 2020 (IBGE, 2021). Apresenta alguns pontos turísticos naturais, destacando-se o Poço Azul, local muito visitado, devido a sua beleza e sua proximidade à Teresina, fortalecendo o turismo do município e, também, como potencial para a atividade turística no Polo Teresina.

Já o Município de Santa Cruz dos Milagres, está definido como categoria D, localizado a 180 km, ao sul de Teresina, com população estimada, para 2020, de 4.033 habitantes (IBGE, 2021). Possui o maior santuário do Piauí, sendo o único reconhecido pelo Vaticano, destacando-se como segmento do turismo religioso. Estima-se que, as festividades religiosas têm a capacidade de atrair cerca de 300 mil visitantes anualmente, quando é celebrada a festa da Exaltação da Santa Cruz.

Os elementos que formam os atrativos turísticos do Polo Teresina estão divididos em naturais, culturais e artificiais, como os parques, acervo arqueológico, esportes náuticos, festas religiosas, gastronomia, artesanato e eventos (SEBRAE/PI, 2012). Tais elementos dão suporte ao implemento da economia municipal e, principalmente, auxiliam na geração de emprego e renda. As cidades estão ligadas por rodovias federal e estaduais e apresentam distâncias, relativamente, próximas, facilitando o corredor turístico do polo. Entretanto, o Polo Teresina não apresenta um turismo consolidado e nem se observam ações voltadas a seu desenvolvimento.

O diferencial do Polo Teresina é que sua formação é composta pela presença da cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, considerada a cidade com melhor infraestrutura de apoio ao turismo, pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2019), estando inserida na categoria A. Esta qualificação do ministério é feita por meio da estrutura hoteleira, com categorizações de A a E, em que são analisadas a quantidade de leitos disponíveis em cada município que compõe o polo turístico.

Os demais municípios do Polo Teresina estão listados na categoria D. Por esta composição, o Polo Teresina é considerado um dos polos, no Piauí, que mais recebe incentivos e participação em políticas públicas federais. Outro fator que diferencia o polo, é o município de Santa Cruz dos Milagres, pela presença do Santuário de Santa Cruz, considerado o maior e o único reconhecido pelo Vaticano, no Estado, despontando como local para desenvolvimento do turismo religioso.

Embora o Polo Teresina apresente segmentos consolidados, como o turismo de negócios e eventos no município de Teresina, o turismo religioso em Santa Cruz dos Milagres e de lazer nos municípios de Monsenhor Gil e José de Freitas, a oferta de serviços especializados para atender a atividade turística é considerada incipiente. Isto ocorre, principalmente no município de Santa Cruz dos Milagres, que tem como segmento as peregrinações religiosas, pois sofrem com os períodos de sazonalidade e principalmente, não apresentam atrativos naturais, artificiais e culturais e estrutura, de forma geral, capazes de atrair visitantes fora dos períodos relacionados às comemorações religiosas.

Em comparação com os demais polos do Estado e analisando os municípios de forma geral, é possível visualizar que na oferta de serviço o Polo Teresina se sobressai. Porém, na geração de emprego e renda não é possível visualizar o mesmo cenário, pois ao ser analisado, individualmente, cada município em relação ao dinamismo econômico é impossível destacar suas participações, considerando que não existem dados oficiais atualizados que analisem e informem a representatividade do turismo na economia local no polo estudado.

Dessa forma, faz-se necessária a realização de estudos voltados para o conhecimento do Polo Teresina e suas potencialidades turísticas, visando apoiar os gestores em ações voltadas para o desenvolvimento e divulgação do turismo no local, como também, interligá-lo aos demais polos turísticos do Piauí.

Neste sentido, foram levantadas seguintes perguntas: qual o papel dos órgãos responsáveis pelo turismo no polo? Quais as potencialidades turísticas existentes nos municípios do Polo Teresina? Os recursos naturais e culturais possuem estrutura para serem utilizados de forma sustentável?

Acredita-se que, o estudo sobre o Polo Teresina possa contribuir com uma visão holística das potencialidades do referido polo, possibilitando suscitar discussões sobre a relevância social e econômica do turismo, como também, sobre a situação atual do turismo e seu desenvolvimento futuro, no Polo Teresina.

Então, neste estudo, o objetivo geral foi analisar a atividade turística no Polo Teresina, abordando a dimensão político-institucional, as potencialidades turísticas e uso dos recursos naturais e culturais.

Como objetivos específicos teve-se:

- a) Refletir sobre a importância do turismo como facilitador para alcançar desenvolvimento econômico, social e ambiental em regiões não litorâneas;
- b) Discutir o papel das políticas públicas no desenvolvimento do turismo

- c) Apresentar as potencialidades turísticas existentes no polo;
- d) Identificar os recursos culturais e naturais enfocando o uso sustentável na cidade de Teresina.

A metodologia adotada na elaboração dos capítulos teóricos foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Nos artigos, foram utilizados multimétodos, para atender cada objetivo proposto. No primeiro artigo utilizou-se a análise documental e bibliográfica. A análise documental foi feita por meio do Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Teresina e o de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Teresina, identificando suas principais diretrizes e buscando compreender como foi formado o Polo Teresina, suas características, principais segmentos, entre outras questões.

No segundo artigo foi realizado o levantamento das potencialidades turísticas de cada município, por meio de pesquisa em sites, em artigos e visitas aos locais. A análise de dados foi feita por meio de método descritivo, apresentados em forma de tabelas e quadros. Os dados utilizados nesta pesquisa são de ordem secundária, coletados por meio de publicação de organizações governamentais e de periódicos científicos. Por se tratar de dados secundários, as informações que foram cabíveis de atualização foram realizadas para não afetar os dados analisados.

No terceiro artigo, como metodologia, foram utilizadas visitas in loco com a realização de registros fotográficos. Realizou-se, também, levantamento de informações, por meio de dissertações e artigos, sobre os temas discutidos no artigo, e, ainda, estudos sobre alguns parques de Teresina. Foi realizado levantamento da condição estrutural dos parques, infraestrutura e serviços disponíveis com uma análise das forças e fraquezas existentes nesses espaços.

Dessa forma, esta dissertação está dividida em oito partes, sendo a primeira delas a **Introdução**, composta pelos aspectos iniciais do trabalho, como a justificativa, a importância do tema, o problema de pesquisa, os objetivos, descrição da metodologia e a estrutura preliminar.

A segunda e terceira parte contemplam a revisão da bibliografia, sendo que na segunda parte, intitulada **Turismo como Fator de Desenvolvimento**, são abordados os principais fatores ligados ao turismo, que possam possibilitar o desenvolvimento em áreas de interesse turístico, enfocando questões econômicas, sociais e ambientais.

Na terceira parte, denominada **Atividade turística no espaço urbano**, são discutidos aspectos relativos ao desenvolvimento do turismo nos grandes centros urbanos e como eles se relacionam em detrimento do uso dos espaços para atividades de cunho turístico.

Destaca-se que, neste trabalho, os resultados e suas discussões estão apresentados na forma de artigos, que respondem aos objetivos propostos e foram enviados para revistas, classificadas pela Capes, nos estratos A e B. representados pela quarta, quinta e sexta parte da dissertação.

Na quarta parte, apresenta-se o artigo, que tem por título, **O Papel das Políticas Públicas no Incentivo ao Desenvolvimento Turístico no Polo Teresina.**, que trata sobre o processo de formação dos polos turísticos no Piauí, focado principalmente na criação do Polo Teresina. E, ainda, como as políticas federais e estaduais deram suporte para o seu desenvolvimento, apresentando ainda, as mudanças ocorridas na sua formação e como esta nova configuração atende o turismo.

A quinta parte está relacionada ao artigo intitulado, **Potencialidades turísticas em regiões não litorâneas: Estudo no Polo Teresina, Piauí**, em que são apresentadas as possibilidades da atividade turística, os eventos, a infraestrutura básica de acesso e os aspectos institucionais e o que elas enfrentam para tornar o turismo uma atividade concreta no Polo Teresina.

Na sexta parte, que se refere ao artigo denominado **Recursos naturais e culturais para a atividade turística sustentável nas cidades: Estudo em Teresina, Piauí, Brasil**, são analisados parques e equipamentos urbanos, identificando a potencialidade para serem utilizados como espaços propícios para o desenvolvimento de atividade turística sustentável, enfocando a cidade de Teresina, Piauí.

Por fim, na sétima parte deste trabalho, denominada de **Conclusões** são apresentados e comentados os principais resultados encontrados, no desenvolvimento da pesquisa. Na oitava parte, chamada de **Referências**, estão listados todos os autores citados no trabalho.

2 A IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO

2.1 Crescimento e Desenvolvimento turístico

No Brasil, é adotado oficialmente pelos órgãos de turismo a definição estabelecida pela Organização Mundial de Turismo (OMT) (OMT, 2001, p. 38), que traz o turismo como, “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. As principais atividades atribuídas ao turismo são hoteleira, agenciamento, alimentos e bebidas, transportes, locação de veículos, entretenimento.

Além dos conceitos pelos órgãos internacionais técnicos, estudiosos da área, também, auxiliam na criação de conceitos, inclusive mais amplos que o da OMT. Então, em escala mundial, encontram-se amplamente abordados na literatura por Krippendorf (1982); Murphy (1995); Boniface, Cooper e Cooper (2012). No Brasil, encontra-se relativamente bem sistematizada e discutida por Rejowski (1996); Beni (1997); Trigo, (1998); Dencker (1998); Andrade, (2000); Dias (2002); Ignara (2003) e Panosso Netto (2012).

Acredita-se que a primeira definição de turismo tenha surgido no século XVII, referindo-se a um tipo especial de viagem. A palavra *tour* é de origem francesa, que significa volta. Contudo, Barreto (2008) alerta para a necessidade de compreender a diferença entre o conceito de viagem, que implica apenas no deslocamento, enquanto o conceito de turismo implica a existência de recursos, infraestrutura e superestrutura. Dessa forma, Barreto (2008) esclarece, ainda, que também é necessário diferenciar viagem de outro tipo de deslocamento, a exemplo, as migrações primitivas que não tinham finalidade turística, e sim com a procura de melhores condições de vida, considerando que o turismo implicava em voltar.

O conceito de desenvolvimento e crescimento para Miller (2008), está relacionado a dados quantitativos e qualitativos. Assim, desenvolvimento é entendido a partir das melhorias nos direitos políticos, civis e cívicos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, enquanto crescimento é observado sob o olhar quantitativo, estando relacionado, basicamente, ao crescimento econômico, sendo analisado, principalmente, por meio do PIB, avanços tecnológicos, investimentos no capital humano e físico e na inovação.

Já o desenvolvimento sustentável, conceituado e apresentado inicialmente pelo relatório Brundtland, que se refere ao “processo que permite satisfazer a necessidade da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (LEFF, 2001, p. 17). Em relação

à atividade turística, o conceito de sustentabilidade é entendido como princípio fundamental na reformulação do planejamento turístico nacional, de modo que, os atrativos sejam desenvolvidos e comercializados causando o menor número impacto negativo possível.

No Brasil, é de responsabilidade do pobre público deliberar sobre as ações de planejamento e criar as políticas. De forma geral, uma política é uma ação direcionada para atender algum setor da sociedade. No turismo, elas são segundo Beni (2006), o conjunto de fatores condicionantes, de diretrizes e de ações básicas para desenvolver as atividades turísticas. Atuando em nível, federal, estadual e municipal. É de responsabilidade de uma política pública “formular (planejamento), pensar (plano), fazer (projetos, programas), executar (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural), reprogramar (estratégia) e do fomentar (investimentos e vendas)” (BENI, 2006, p. 177).

Para Tribe (1997), o turismo é dividido em duas partes. A primeira, que é o campo dos aspectos comerciais do turismo, e a segunda, que é o campo onde é produzido conhecimento pelos aspectos não-comerciais do turismo. Desta forma, o autor acredita que o conhecimento em turismo não é produzido somente no meio acadêmico, mas também no trade turístico ou seja, nas agências de viagens, nas companhias aéreas, nos meios de hospedagem e em todas as empresas de turismo de um modo geral, é possível produzir conhecimento em turismo.

O turismo, ainda que não se defina como ciência em razão, principalmente, à não indefinição de seu objeto de estudo, se insere na classificação das ciências sociais. Há cerca de 20 anos, a produção em conhecimento do turismo, inclusive no Brasil, aumentou significativamente, contemplando variadas temáticas relacionadas à área. (COUTINHO; MELO, 2016). Os estudo sobre turismo em geral e, em sua maioria, estão ligadas às questões práticas da atividade, como gestão, economia, planejamento e políticas públicas, entre outros. Desta forma, é compreensível que o turismo seja uma área que apresenta pesquisas nas mais variadas questões, desde as econômicas, as sociais ou as ambientais, considerando que vários setores detêm conhecimento sobre a área, isso corrobora ainda para o turismo não ser considerado uma ciência e sim um fenômeno.

O turismo também é estudo a luz do pensamento sistêmico concebido por Ludwing Von Bertalanffy, que busca entender as coisas sistematicamente colocando-as dentro de um contexto e estabelecer a natureza de suas relações, objetos que têm determinada relação entre eles e seus atributos sendo considerados fechados ou abertos (VASCONCELOS, 2005). No Brasil este modelo foi implantando a partir das pesquisas de Beni (2001), que considera o turismo um sistema aberto, pois está sujeito a trocas e interações com seu ambiente. Desta forma, o turismo

é considerado um fenômeno inter e transdisciplinar ligado a quatro conjuntos de relações, as ecológicas, as sociais, as econômicas e as culturais. Está sempre influenciado por novos padrões e valores da sociedade, o que inclui fatores estratégicos, logísticos e inovadores aliados a cenários exógenos e endógenos.

O turismo é uma das principais atividades econômicas, culturais e sociais do século XX, tendo uma dimensão mundial de relevância na economia global, tal importância começou no século XIX, com o processo de massificação do turismo, por meio do desenvolvimento e evolução de transportes que facilitaram as viagens. O turismo se desenvolveu por meio do processo migratório, mas se estabeleceu por meio da possibilidade de encontrar algo que não se tinha acesso em seu local de origem. É de modo fundamental, “terra das liberdades” e enquanto expressão desta, não pode desenvolver-se ou mesmo existir sem elas. Desta forma, pressupõe a existência das liberdades públicas essenciais, particularmente o direito de ir e vir. O estado, exercendo sua soberania, é quem, enquanto vetor, limita, ou estimula as possibilidades de acessos a certas partes do território suprimindo ou diminuindo o desenvolvimento do turismo. Cientes disto, o desenvolvimento do turismo está ligado ainda a liberdade de associação e das indústrias e comércio (BADORÓ, 2014).

Ainda, segundo Badoró (2014), o turismo está contemplado na constituição brasileira no capítulo referente à atividade econômica, no artigo 180, onde “a união, os estados, o distrito federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” em que se exige a livre iniciativa, concorrência livre e honesta, o meio ambiente, o lazer e os direitos sociais. Além disso, é considerado um setor econômico relevante, responsável por gerar para o estado o dever de estabelecer planos e metas consistentes (planejamento) que nortearão as futuras ações estatais. Neste sentido, o ambiente público jurídico é regido pela Política Nacional de Turismo (PNT) de responsabilidade do Ministério do Turismo.

Desta forma, o desenvolvimento não é fruto apenas do crescimento econômico ou das ações de um Estado centralizador e indutor de ações para o desenvolvimento, mas, sobretudo, das dinâmicas relações entre os diversos atores sociais, que se tornam a força motriz para gerar uma rica participação da comunidade em prol de uma melhor qualidade de vida ao gerarem divisas que o estado não produz (SILVA; SILVA, 2019).

A construção da imagem do turismo como fator de desenvolvimento e política de Estado conforme, Malta, Braga, Barbosa (2019), inicia-se a partir dos discursos levantados pelas Nações Unidas no final da década de 1960, em que se consolida a tese de que o turismo consiste

em uma ferramenta que leva ao desenvolvimento, em especial, nos países em desenvolvimento. Como tentativa de ampliar os impactos econômicos do turismo na esfera local, ao mesmo tempo em que se atenuasse, os impactos negativos, sejam eles sociais, culturais e ambientais, gerados pela exploração da atividade.

Porém, não é incomum o desenvolvimento isolado da atividade turística, sem haver correlação com políticas setoriais, como a educação, infraestrutura, cultura e meio ambiente. Tal diretriz, além de impossibilitar o aumento da escala do empreendimento (regional, estadual, nacional e internacional), reduz as chances de atração de novos investimentos e o consequente crescimento econômico da localidade (ARRAIS; SILVA, 2019).

O turismo é um componente importante na diversificação econômica, tanto para as economias emergentes quanto para as avançadas, com forte capacidade de reduzir déficits comerciais e compensar receitas fracas de outros bens e serviço. O turismo é um pilar importante em alguns destinos, algumas economias baseadas em atividade do setor terciário dão abertura para um forte desenvolvimento do turismo. O turismo como atividade de relevância econômica global desponta como mecanismo capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico e contribuir para o alívio da pobreza, sobretudo, nos países em desenvolvimento, visão essa que se amplia dentro da lógica neoliberal (MALTA; BRAGA; BARBOSA, 2019)

O PIB mundial, em 2018, conforme dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), foi de 3,6% (OMT, 2019), impulsionado por uma economia global relativamente forte, uma crescente classe média nas economias emergentes, avanços tecnológicos, novos modelos de negócios, viagens acessíveis facilitação de custos e vistos, A chegada de turistas internacionais cresceu 5% em 2018 para atingir a marca de 1,4 bilhão, beneficiando o aumento da renda do turismo.

Os rendimentos de exportação gerados pelo turismo cresceram para US \$ 1,7 trilhão, desta forma, as exportações de turismo cresceram mais rapidamente que as exportações de mercadorias, reduzindo déficits comerciais em muitos países. Com esse crescimento, vem mais responsabilidade em garantir o gerenciamento eficaz do destino isso minimiza qualquer efeito adverso do turismo. Isto faz do setor uma verdadeira força global para o crescimento econômico, impulsionando a criação de mais e melhores empregos e servindo como catalisador para inovação e empreendedorismo (OMT, 2019).

No Brasil, em 2018, a contribuição do turismo ao PIB foi de US\$ 152,5 bilhões (8,1%), o PIB Turístico cresceu 3,1%, uma das mais elevadas altas na América do Sul, o dobro da

economia brasileira, foram gerados 6,9 milhões de empregos (7,5% do total de trabalhos gerados no Brasil), US\$ 6,2 bilhões aportados em 2018 pelos gastos de estrangeiros, 12,8% de alta contra 2017. Os principais segmentos foram lazer com 88% e negócios com 12% (OMT, 2019).

A perspectiva de Rabahy (2019) é que, embora o significado do turismo na economia, muitas vezes, seja representado pela relevância internacional, o que se verifica é que a base para do seu crescimento tem sido propiciada pela formação e desenvolvimento do mercado interno.

Nesta perspectiva, Oliveira (2019) ressalta que, a geração e distribuição de renda, inerentes à atividade turística, favorecem o desenvolvimento da economia nacional, ao passo que a modalidade de turismo internacional tende a ser mais significativa em regiões relativamente próximas aos grandes blocos emissores. Nesse sentido, visto que o Brasil, por uma razão espacial, convém direcionar seus esforços não somente para atrair turistas estrangeiros, sendo principalmente necessário o incentivo ao turismo doméstico. No Brasil, a região que apresenta maior participação na economia com a atividade turística é a região Sudeste ou (Tabela 2.1), é ainda a região mais competitiva do país.

As Atividades Características do Turismo (ACTs) são responsáveis por aproximadamente 273,627 milhões de ocupações no Brasil. Entre estas, cerca de 129 mil são empregos formais e 144 mil, informais, representando cerca de 2,4 % da ocupação da economia em todo no país. Das regiões nacionais o Sudeste respondia maior número das ocupações no setor turismo, seguida pelo Nordeste Sul, Centro-Oeste e Norte.

Tabela 2.1: Número de ocupações, número de ocupações na economia e participação na economia 2018

Região	Número de ocupações	Número de ocupações na economia	Participação relativa na economia
Brasil	273.627.079	13.432.044.194	2,04%
Centro-Oeste	19.432.934	1.002.475.539	1,94%
Nordeste	62.259.008	3.427.260.058	1,82%
Norte	17.770.539	927.377.219	1,92%
Sudeste	139.395.113	5.868.854.973	2,38%
Sul	34.769.485	2.210.227.710	1,57%

Fonte: IPEA (2019),

Os empregos formais do turismo representam 2,38% do total de empregos formais da economia e os informais, 1,8% (Tabela 2.2).

Tabela 2.2: Empregos formais e informais relacionados ao turismo para o ano de 2018

	Natureza da Ocupação	Número de ocupações	Número de ocupações na economia	Participação relativa na economia
Brasil	Formal	129.433.509	5.436.155.047	2,38%
	Informal	144.193.570	8.000.182.365	1,80%

Fonte: IPEA (2019)

No Brasil, o setor de alimentação, é o que mais contribui com empregos formais no turismo, oferecendo 140,6 mil empregos, seguido pelo setor de alojamento, com 45,4 mil postos de trabalho e transporte terrestre, com aproximadamente 46 mil ocupações (Tabela 2.3). Essas atividades correspondem cerca de 84% do emprego formal nas ACTs, A seguir, vêm as atividades Transporte aéreo e Agência de viagem, que representam, separadamente, cerca de 6% dos empregos formais nas ACTs.

Tabela 2.3. Divisão dos empregos por segmentos

Nº de ocupações	Alojamento	Alimenta- ção	Transporte			Aluguel de Transportes	Agência de Viagem	Cultura e Lazer
			Terrestre	Aquaviário	Aéreo			
	45.195.758	140.622.555	54.417.525	1.027.673	7.640.226	5.289.705	14.127.090	5.306.547
Participação relativa da ACT	16,52%	51,39%	19,89%	0,38%	2,79%	1,93%	5,16%	1,94%

Fonte: IPEA (2019)

O turismo é capaz de promover não só o desenvolvimento básico de equipamentos de apoio e infraestrutura, criação de novos meios de hospedagem, entretenimento, mão de obra qualificada, meios de transporte, oportunidade de expansão dos empreendimentos e serviços alimentares. Com o estímulo ao turismo é possível gerar melhorias de saneamento, vias de acesso e segurança, dentre outros serviços que são necessários para que o turismo ocorra de forma eficiente, gerando benefícios na qualidade de vida para a população local. Além de estimular a valorização dos atrativos culturais e naturais.

Embora o setor privado desempenhe papel importante no fomento ao turismo, a participação direta do governo, na elaboração de políticas públicas, no plano nacional de turismo, na provisão de instalações, serviços de hospedagem e fundos para financiamento nos níveis nacional, regional e local, aumentar a demanda, melhorar a qualidade do produto turístico e divulgação (OLIVEIRA, 2019).

3. ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO URBANO

A cidade é uma invenção da antiguidade. Lócus do poder, dominava o excedente produzido pelo campo. Esse permanecendo autossuficiente e como o local principal de produção e de moradia da maior parte da população. Com o capitalismo e a industrialização houveram mudanças estruturais importante nesta relação, é nessa revolução urbana que surge e expande-se o turismo. Isso porque é nesse processo que se reúnem condições como infraestrutura de transportes, aumento das poupanças individuais, estabilidade política relativa e garantias de segurança, existência de tempo livre e, sobretudo, a vontade de partir expressa em uma cultura turística própria da modernidade (PIMENTEL; CASTROGIOVANNI, 2016).

As cidades são, portanto, destinos turísticos estabelecidos; porém, se a pretensão é que a atividade tenha expressividade econômica, seus números devem ser significativos o suficiente, ou seja, o movimento de turistas deve ser grande a ponto de efetivamente trazer renda extra e estimular a criação de novos negócios e empregos (ALDRIGUI, 2017).

O turismo que se desenvolve em cidades, especialmente nas grandes, é bastante diferente daquele que acontece em pequenas cidades do litoral ou no campo. Nas cidades, o turismo é uma das muitas funções, e os turistas dividem (ou competem) com os residentes pelo uso de serviços, espaços e outras facilidades. O investimento público e o estímulo ao turismo surgiram como uma resposta possível à redução dos empregos no setor industrial, a crença no potencial de geração de empregos e na regeneração urbana como chamariz para os visitantes. A economia das cidades, entretanto, costuma ser bastante variada e raramente depende de uma única atividade. Isso não impede, porém, que haja atividades de destaque ou mais proeminentes (ALDRIGUI, 2017).

Braga *et al.* (2019) destacam que é natural a atração dos fluxos turísticos exercida pelos destinos que consistem os grandes centros ou os centros de polarização na escala regional, uma vez que a atividade necessite de infraestrutura e uma cadeia de serviços consolidada para dar apoio a sua realização. Porém, é válido ressaltar que o aumento deste fluxo pode gerar impactos negativos, partindo do pressuposto que, nem sempre há a mesma velocidade no investimento e infraestrutura nas cidades que recebem os turistas.

Dessa forma, no contexto turístico, impactos negativos podem ser tornar problemas em virtude da sobrecarga na infraestrutura projetada para atender somente a população local. Percebe-se então, que a ordenação espacial deve acompanhar o aumento de fluxo turístico. Buscando assim, que o resultado da influência da atividade turística gere resultados positivos. Como vem acontecendo na cidade Santa Cruz dos Milagres, no estado do Piauí. A cidade não

está preparada para o aumento do fluxo turismo em decorrência do turismo religioso desenvolvido na cidade.

Portanto, a disponibilidade de alternativas e a concentração e diversificação da oferta podem auxiliar na decisão do turista. Tais negócios secundários são, também, os que concentram a maior oferta de empregos para profissionais com baixa qualificação formal. Ainda que muitos dos empregos exijam baixa qualificação, essa característica não necessariamente se torna um ponto negativo. Nas cidades em que uma parte da população se enquadre nessa condição, as atividades do turismo são uma interessante alternativa de entrada no mercado de trabalho (ALDRIGUI, 2017).

Os componentes do turismo urbano não são encontrados exclusivamente em grandes cidades, e a maioria das atividades acontece em outras várias cidades, o que leva a desenvolverem a concorrência, a competitividade e a hospitalidade entre elas. Dessa forma, o estímulo ao desenvolvimento do turismo não se justifica somente pelo turismo em si, mas por um significado maior que envolve a construção, modificação ou adequação da imagem que a cidade pretende projetar a fim de atrair não apenas visitantes, mas principalmente, novas atividades comerciais e industriais que auxiliem no desenvolvimento econômico como um todo (ALDRIGUI, 2017).

Desta forma, a intervenção no meio urbano, especialmente no espaço público, surge com o intuito de resgatar valores humanos através da vida ativa na cidade e resistir às ações padronizadas de comportamento. A reapropriação, propiciado pelas intervenções, dá continuidade ao tecido da cidade, valorizando áreas mortas e degradadas. Através de um processo modificador, é possível beneficiar os diversos agentes que tiverem participação no processo, a população, o poder público e também a iniciativa privada (VIEIRA; BAVARESCO; DAIPRAI, 2019). Assim, as intervenções são responsáveis por formar os elementos que compõem a estrutura turísticas.

3.1 Potencial Turístico em Cidades Não Litorâneas

Os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos com base na oferta (em relação à demanda), de modo a caracterizar segmentos ou tipos de turismo específicos. Assim, as características dos segmentos da oferta é que determinam a imagem do roteiro, ou seja, a sua identidade, e embasam a estruturação de produtos, sempre em função da demanda. Esta identidade, no entanto, não significa que o produto só pode apresentar e oferecer atividades relacionadas a apenas um segmento - de oferta ou de demanda (BRASIL, 2017)

O Brasil possui atualmente 5.570 municípios a maior parte do conjunto exerce importante papel na dinâmica econômica regional e/ou nacional, vinculando-se às mais diversas atividades produtivas: agricultura, indústria, comércio, serviços especializados, mineração e muitos outros, inclusive o turismo. De início, convém dizer que o litoral do Brasil sempre foi, historicamente, a zona mais ocupada do país. É nela que o turismo de massa se especializa de forma mais marcante, assim como em cidades localizadas em terras próximas ao mar (até em média 200 km do litoral). As capitais de Estado também são importantes centros turísticos, sobretudo as do eixo Nordeste-Sudeste-Sul. Porém, com a migração de indivíduos da classe média para o interior do país, surge uma nova série de demandas sociais que impõem ao Estado, o dever de agir com investimentos infraestrutura, assim, como com incentivos para o setor empresarial (PORTUGUEZ; ALVES, 2013)

Comumente o Brasil é comercializado com roteiro de sol e praia, a prática surgiu no Rio de Janeiro, expandiu-se para o Sudeste e o Sul e posteriormente para quase todo o litoral brasileiro. A partir dos anos de 1970, o Nordeste destacou-se como principal destino de Turismo de sol e praia do país, e a atividade passa a constituir uma das principais bases econômicas nas áreas litorâneas. Desde a década de 1980, vem-se observando que o interior do Brasil tem passado por transformações muito significativas que se refletem diretamente na formação de um novo perfil populacional. Evidentemente, o ritmo da densificação das cidades interioranas em escala nacional, se dá de forma bastante heterogênea. Enquanto umas se projetam muito rapidamente, outras tardam mais, e suas complexidades técnicas se mostram mais frágeis e menos articuladas. (PORTUGUEZ; ALVES,2013)

Como o processo de segmentação turística outras cidades e municípios brasileiros que não apresentavam especificamente os principais atributos do segmento de sol e praia, tiveram a oportunidade de trabalhar e identificar as potencialidades turísticas baseadas nos recursos existentes em suas regiões.

Nesta perspectiva, o Ministério do Turismo, (2017) entende a segmentação como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado sendo estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. A partir da oferta, a segmentação define tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, 1) atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé) 2) aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais) 3) determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer).

O turismo é elaborado com as matérias-primas da natureza (recursos naturais) ou da cultura material, imaterial e simbólica (recursos culturais), somadas aos equipamentos para prestar serviços de recreação, alimentação e hospedagem aos quais se chega mediante transporte. Assim, é colocado no mercado e adquirido pelos interessados segundo regras previamente acordadas (BARRETO, 2015). O aproveitamento do patrimônio, da cultura, da formalização de negócios e eventos, do uso de parques, das potencialidades locais ocasionou na formação de outros destinos e segmentos além do turismo de massa ou o de sol e praia.

O turismo nas cidades que estão situadas fora do litoral é uma atividade que se mostra cada vez mais possível e rentável, se bem elaborada por meio do aproveitamento do relevo, construções, práticas culturais distintas e até mesmo através de achados arqueológicos, têm demonstrado seu potencial (JUSTINO; SILVA, 2018). Considera-se neste trabalho cidades interioranas as cidades que se encontram no inteiro dos estados brasileiros, não necessariamente sendo consideradas cidades de pequeno porte, mas apenas por sua localização geográfica são cidades não litorâneas.

O Brasil, atualmente vem apresentando um crescente número de turistas em cidades não litorâneas, este processo de interiorização apresenta reflexos direto no turismo e em seu crescimento nestas localidades. Mesmo com este potencial crescimento, os investimentos públicos e privados ainda são moderados. Porém, acredita-se que pelo começo de atividade turística nestes locais e com o aumento populacional, o investimento em infraestrutura aeroportuária, rodoviárias e com o fortalecimento do mercado atrairá investimentos, sobretudo para as cidades de interesse turístico. (PORTUGUEZ, ALVES, 2013).

Em estudo realizado por Martins *et al.* (2019), foi analisado como tem sido o processo de interiorização do turismo na Bahia, considerando o PRODETUR/BA, como uma das principais políticas públicas para a descentralização da atividade turística da capital baiana para cidades interioranas. Como efeito, foram criadas as zonas turísticas compostas por cidades próximas com características semelhantes, para implementação de políticas públicas e o desenvolvimento do turismo na Bahia, o que tem beneficiado e/ou estimulado o crescimento do turismo em cidades não litorâneas.

No Piauí, os polos turísticos são formados principalmente por municípios que não contemplam a região litorânea. Embora estava em processo lento de envolvimento as políticas como o Produtor foram importantes na atuação, formação e promoção do turismo piauiense. Tal política, o que resultou significativamente na ampliação do turismo no estado. Em razão destas políticas contemplarem grande regiões internas do estado.

4 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO POLO TERESINA

Izamara Iancowich

Wilza Gomes Reis Lopes

*The Role Of Public Policies And Private Agents In Incentivizing The Development Of Urban
Tourism*

Resumo: Entende-se o desenvolvimento turístico como uma forma de se alcançar rentabilidade econômica, geração de emprego e renda, desenvolvimento de novos produtos e serviços, ocasionando em melhorias de equipamento de apoio e da infraestrutura turística. Ao longo dos anos, políticas de turismo foram implementadas como forma de estruturar o turismo brasileiro. Uma delas foi a criação dos polos turísticos, que foram idealizados como forma de descentralizar a gestão turística, tornando-se oficialmente uma metodologia de planejamento e desenvolvimento. As políticas públicas resultam da articulação entre setores em prol de promover ação que visa nortear a gestão pública. No turismo, as políticas possibilitam que as atividades geridas pelo setor tenham ferramentas que auxiliem em seu desenvolvimento, como implementação de infraestrutura, a busca pela descentralização do poder estadual, e a participação de municípios na tomada de decisão sobre as implicações ligada ao desenvolvimento do turismo. Neste estudo, o objetivo foi discutir as políticas públicas e diretrizes voltadas para o planejamento turístico existentes no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Polo Teresina refletindo sobre a importância do turismo como um dos para alcançar desenvolvimento econômico, social e ambiental no polo Teresina.

Palavras-chave: Política Pública, Desenvolvimento, Turismo.

Abstract: Public policies result from the articulation between sectors in order to promote action aimed at guiding public management. In tourism, policies make it possible for activities managed by the sector to have tools that assist in their development, such as the implementation of infrastructure, the search for decentralization of state power, and the participation of municipalities in decision-making on the implications related to the development of tourism. This study aimed to evaluate tourism development in the Teresina hub through participation in the main public policies for promoting tourism. To meet the proposed objective, we used tourism development plans at the Teresina hub as a basis. In this way it was possible to identify the quantitative information at the hub, the problems, the demand and supply, the potential and make an assessment of how tourism is being developed. Considering the reality of the municipalities inserted in the hub, it was found that there was no significant increase in the quality of the socio-economic indicators in the hub, with few tourism jobs in the municipalities and low demand and offers of elements and services for tourism activities. thus, it is believed that the insertion in tourism policies does not guarantee the perfect implementation of activities in municipalities that do not have competitiveness, structure and cultural resources to attract tourist demand. And even inserted in tourism development policies, they do not guarantee the effectiveness of local management in providing tourism efficiently, both because of the

necessary structure for tourism, and because of the inexpressive economic and social structure in which the municipalities are inserted.

Keywords: Public Policy, Development, Tourism, Polo Teresina

4.1 Introdução

A administração pública é quem orienta o planejamento do turismo de uma cidade, priorizando as necessidades, as oportunidades, além de garantir que o desenvolvimento do turismo não seja um elemento de exclusão de parte dela (CONTI; LAVANDOSKI, 2019). Assim, a promoção e o incentivo ao turismo são de competência da União, dos Estados e dos Municípios, cabendo a estes fomentarem as políticas de incentivo ao desenvolvimento do turismo.

Uma política pública de turismo, é uma ação que direciona um meio para atingir um objetivo proposto, para determinada área turística, determinando as prioridades e estabelecendo programas que zelem para a preservação e conservação dos recursos naturais culturais presentes na localidade, deve ser implantada nas ações de gerenciamento e fortalecimento do setor, atingindo metas de acordo com o plano local, estadual e nacional, desta forma, as estratégias devem aproximar o trade turístico e a sociedade (RIGOLDI, 2020).

Desta forma, a instrumentalização de políticas públicas deve envolver, antes de tudo, um profundo conhecimento da região, município, cidade, estado ou país em que será implementada, consideram que, envolve não somente uma ação administrativa, mas estrutural que modifica a relação homem espaço. Em estudo realizado por Cruz (2020), foi demonstrado que as políticas nacionais de turismo, no período compreendido entre 1990 e 2010, desenvolvidas para a produção de infraestruturas e estímulo de geração de empregos no setor, apresentaram resultados tímidos, ou seja, as ações, promovidas pelo Estado, em termos de desenvolvimento regional, não alcançaram os resultados esperados, isso ocorreu na visão de Cruz principalmente pelo desenvolvimento geográfico desigual brasileiro.

As principais políticas federais foram concebidas para estimular o turismo como a criação dos polos turísticos através do PRODETUR/NE (1999), que visou o desenvolvimento do turismo no litoral Nordeste do Brasil através da criação de polos. O Programa de Regionalização do Turismo, de 2004, que teve como objetivo ampliar os polos turísticos e transformar o município em um modelo de gestão regional e descentralizada. Os Destinos Indutores (2009), que qualificou os municípios através da infraestrutura básica e turística, sendo

caracterizados como núcleos receptores e distribuidores de fluxo. O Investe Turismo (2019) que teve como objetivo auxiliar a estruturação e a formalização da atividade turística por meio de linha de crédito. Tais políticas foram elaboradas visando estimular o planejamento descentralizado e compartilhado.

Desta forma, a depender do interesse, as principais políticas públicas de turismo, envolveram principalmente a busca por investimentos em equipamentos turísticos, constituíram-se em estratégia facilitadora para desenvolvimento territorial integrado de inúmeras áreas de interesse turístico que não dispunha de estrutura básica. Fomentaram o planejamento, a qualificação e envolveram tentativas de aproximar os setores públicos e privados, na busca da competitividade dos produtos turísticos nas regiões do país.

Atualmente, 58,97% dos municípios, no Brasil, são turísticos, composto por 2.694 municípios, divididos em 333 regiões turísticas. No Piauí, atualmente, existem 30 municípios turísticos e sete regiões turísticas, também nomeadas polos turísticos. Sendo ele: Polo Costa do Delta, Polo Teresina, Polo Aventura e Mistério, Polo das Nascentes, Polos das Águas, Polos Histórico Cultural, Polo das Origens.

No âmbito do Piauí, as políticas foram de suma importância para o turismo no estado, principalmente as políticas elaboradas pelo governo federal. No Polo Teresina, as principais políticas nacionais foram implementadas, contudo, é evidente a dificuldade relacionada a gestão e o desenvolvimento do turismo tanto no estado, como e principalmente o Polo Teresina e acredita-se que isto ocorra, em função da carência de infraestrutura, da competitividade, da oferta e demanda, e principalmente de instrumento de gestão que seja executado de forma eficiente.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir o papel das políticas públicas no desenvolvimento do turismo no Polo Teresina. Como metodologia utilizou-se a análise documental e bibliográfica. A análise documental foi feita por meio do Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Teresina e o de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Teresina, identificando suas principais diretrizes e buscando compreender como foi formado o Polo Teresina, suas características, principais segmentos, entre outras questões.

4.2 Turismo e políticas públicas no Brasil

No Brasil, as políticas públicas de turismo, podem ser analisadas em duas fases distintas. Na primeira, (1934-1966) (Quadro 4.1), o turismo estava associado a compra e venda de

passagens, compreendendo apenas as atividades econômicas ocasionadas pela vinda ou saída de turistas, além de estar inserido em outras áreas administrativas.

Conforme, Araújo; Taschner (2012) o marco inicial aconteceu com o decreto n. Decreto n.24.163/34 que criou a comissão permanente de exposições e feiras e o Decreto-lei n.406/38 que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no Brasil e sobre a comercialização de passagens. O Estado a partir de então, passou a preocupar-se com as questões ligadas ao turismo, mesmo que parcialmente, considerando que o conteúdo destes decretos não estava voltado para o turismo em si, mas o contemplam de modo inicial.

Quadro 4.1 Principais políticas de turismo no Brasil de 1934 a 1966

Ano	Política / ação
1934	Comissão permanente de exposições e feiras
1938	Entrada de estrangeiros no Brasil e a venda de passagens marítima e terrestre
1938	Vistos consulares
1939	Divisão de turismo
1940	Autonomia na venda de passagens pelas agências de viagens
1958	Comissão Brasileira de Turismo
1962	Divisão de Turismo e Certames
1966	Política Nacional de Turismo
1966	Conselho Nacional de Turismo
1966	Empresa Brasileira de Turismo

Fonte: Piauí (2021)

Nesta fase, os assuntos relacionados ao turismo, eram de competência do departamento de imigração inserido dentro do ministério do trabalho indústria e comércio. Em 1939, com o decreto Decreto-lei n. 1.915/39 foi criada a divisão de turismo, considerado o primeiro organismo de turismo no Brasil, com a finalidade de fiscalizar os serviços das agências de viagens, este órgão esteve inserido dentro do Departamento de Imprensa e Propaganda sobre a responsabilidade do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (ARAÚJO; TASCHNER, 2012).

Na segunda, (1991 – dias atuais) (Quadro 4.2), se observa que a gestão consistia basicamente em prover infraestrutura e subsídios fiscais para os empreendimentos turísticos (ARRAIS, SILVA, 2019). Nesta fase, as políticas públicas de turismo, envolveram principalmente a busca por investimentos em equipamentos turísticos, constituíram-se em estratégia facilitadora para desenvolvimento territorial integrado de inúmeras áreas de interesse turístico que não dispunham de estrutura básica. Fomentaram o planejamento, a qualificação e

envolveram tentativas de aproximar os setores públicos e privados, na busca da competitividade dos produtos turísticos nas várias regiões do país.

Quadro 4.2 Principais políticas de turismo no Brasil de 1991 a 2019

Ano	Política/Ação
1991	Instituto brasileiro de turismo
1991	Programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste
1992	Plano nacional de turismo
1993	Regulamentação da profissão de guia de turismo
1992	Conselho consultivo do turismo nacional
1994	Programa nacional de municipalização do turismo
2002	Conselho nacional de turismo
2003	Ministério do turismo
2004	Programa de regionalização do turismo
2007	Destinos indutores
2008	Lei geral do turismo
2019	Investe turismo

Fonte: Piauí (2021)

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) foi desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Banco do Nordeste (BNB). Teve como principal objetivo desenvolver a região litorânea do Nordeste do Brasil, através da concessão de crédito voltado para o setor público (Estados e Municípios), A primeira fase foi iniciada em 1994 com o objetivo de criar condições favoráveis à expansão e melhoria da atividade turística no litoral do Nordeste do Brasil e para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. Na segunda fase, o objetivo foi a alocação de infraestrutura, de saneamento básico (água e esgoto), melhorias na infraestrutura turística como a instalação ou ampliação de aeroportos, urbanização de áreas turísticas, centro de convenções, recuperação do patrimônio histórico.

O cenário das políticas de turismo no Brasil se modificou a partir dos anos 2000, com as mudanças ocorridas na Embratur, passando a ser o principal organismo responsável pelo turismo no Brasil e pela comercialização da imagem internacional do país. Outra mudança favorável ao turismo brasileiro foi a criação do ministério do turismo. Neste processo de mudanças, as políticas públicas almejavam a descentralização do turismo. A partir de então, as políticas seriam concebidas buscando maior interação entre os estados e os municípios além de buscarem fortalecer a parceria entre as esferas pública e privada.

A Política Nacional de Turismo (PNT), definiu as atribuições do governo federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo aos turismos, com a finalidade de

regulamentar as prestadoras de serviços de turismo (meios de hospedagens, agências de turismo, transportadoras, organizadores de eventos entre outros). Formada por normas e leis voltadas para o planejamento e fomento do turismo. Desta forma, o Estado passou a regulamentar o planejamento buscando o desenvolvimento do turismo de forma ordenada, garantir emprego e renda e evitar degradação ambiental, já o fomento ao turismo seria realizado através da concessão de créditos para a iniciativa privadas através do Fundo Geral de Turismo (FERRAZ, 2012).

Com foco no município, o Programa de Nacional de Municipalização surge como uma política descentralizadora, ou seja, a proposta era dar autonomia aos municípios para desenvolver seu próprio planejamento e planos a partir de suas potencialidades. Posteriormente, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), com o mesmo formato, passou a unificar os municípios a fim de criar redes de interação para desenvolvimento dos polos indutores no Brasil.

Ambos foram concebidos a partir da premissa que a oferta turística pode ser potencializada, se considerada em sua dimensão regional, em que diversos municípios se integram, e complementam-se na prestação de serviços aos turistas. Assim, estratégias de descentralização, a gestão coordenada e o planejamento integrado e participativo tornaram uma estrutura mais realista, ao invés da idealização de cenários nacionais que são segmentados e diferenciados em sua própria composição.

Sobre o PRT, a concepção de Lima *et al.* (2019) é de que este favoreceu a participação de diferentes setores da sociedade, fortaleceu comunidades menos desenvolvidas economicamente, mas que possuam belezas naturais, festas folclórico-religiosas ou que desenvolviam algum tipo de atividade criativa passível de comercialização turística, permitiu a descentralização das ações, a revalorização de paisagens, saberes e fazeres, patrimônios históricos e arqueológicos, e motivou a participação de diferentes atores, conduzindo ao desenvolvimento econômico.

A parceria entre setor público e o privado é orientada principalmente por questões de ordem econômico-financeira, influenciado também pelas medidas de ajuste fiscal que vêm promovendo cortes orçamentários em agendas setoriais. Assim, as parcerias são pautadas em virtude da urgência do Estado em promover alternativas para enfrentar a escassez de recursos e pessoal (RODRIGUES; ABRUCIO, 2020).

O planejamento é realizado principalmente pelo setor público, por envolver vários setores da economia e a ausência da população local no planejamento das políticas públicas

gera resultados com falhas; motivando o poder público a elaborar políticas com informações desatualizadas considerar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, de forma a manter a sustentabilidade da atividade; no entanto, muitos destinos ainda não implementaram ou fazem-no de forma inadequada, tornado uma atividade insustentável com o tempo (ALMEIDA; JARDIM, 2019).

Tendo em vista a importância do planejamento para o desenvolvimento do turismo e da sociedade, os municípios de interesse turístico, deveriam atualizar os dados da oferta turística, anualmente, uma vez que, o inventário turístico é a primeira ferramenta para o planejamento e gestão do turismo, e por meio desse instrumento de planejamento, o município pode buscar alternativas de desenvolvimento e se direciona melhor para a tomada de decisões (COSTA *et al.*, 2020).

O planejamento é realizado principalmente pelo setor público, por envolver vários setores da economia e a ausência da população local no planejamento das políticas públicas gera resultados com falhas; motivando o poder público a elaborar políticas com informações desatualizadas considerar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, de forma a manter a sustentabilidade da atividade; no entanto, muitos destinos ainda não implementaram ou fazem-no de forma inadequada, tornado uma atividade insustentável com o tempo (ALMEIDA; JARDIM, 2019).

Atualmente, as políticas nacionais de turismo, além de serem desenvolvidas para a produção de infraestruturas e estímulo de geração de empregos no setor, são também inseridas nas questões relacionadas ao desenvolvimento e potencialidade local, sustentabilidade, diversidade econômica e intersetorialidade, compreendendo assim, a relação do sistema turismo (ARRAIS, SILVA, 2019).

4.3 Políticas de Turismo no Piauí e no Polo Teresina

O Estado do Piauí apresenta polos de turismo com potencialidades pouco exploradas nacionalmente. De forma geral, a oferta turística é composta por parques naturais, acervo arqueológico e pela região litorânea única. A pouca exploração deste potencial é refletida principalmente na formação das políticas públicas, em comparação com as políticas federais, que começam a serem implementadas nos anos 1930, as políticas estaduais só surgem nos anos 1970.

No âmbito do estado do Piauí, o marco inicial das políticas de turismo acontece com a lei n. 4.724/65 que criou o Empreendimentos Turísticos e Cultural e com a lei 3.077/71 que criou

a Empresa Piauiense de Turismo (PIENTUR), empresa de sociedade mista, passa a ser o órgão oficial do Piauí responsável por elaborar, coordenar, executar, e fomentar as políticas de turismo, baseada a partir do modelo adotado pelo governo federal na EMBRATUR. Desenvolvia ações de planejamento, qualificação de mão de obra, cursos de formação e informações turísticas, além de gerenciar os segmentos hoteleiros e agenciamento (SILVA, 2013). É sobre a administração da PIENTUR que se estruturam os primeiros hotéis do Piauí, posterior a isso, os hotéis foram arrendados por meio de processo licitatório, inclusive o hotel Piauí para o Grupo Luxor.

Quadro 4.3: Principais políticas públicas de turismo do Piauí

Ano	Política/Ação
1965	Empreendimentos turísticos e culturais
1971	Empresa piauiense de turismo
1974	empreendimentos hoteleiros e turísticos do delta do Parnaíba
1989	Rede integrada de hotéis e pousadas do Piauí
2007	Secretaria de turismo
2009	Destinos indutores

Fonte: Piauí (2008)

Outro marco importante foi a criação da Secretaria de Turismo do Piauí (SETUR-PI), criada em 2007, que tem entre suas competências coordenar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Turismo. A partir de então, a SEUR-PI passou a ser o órgão responsável pelas ações realizadas anteriormente pela PIEMTUR (BRASIL, 2012).

Com a implementação dos Polos de Desenvolvimento Integrado de Turismo, na segunda fase do PRODETUR, foi criado o primeiro polo turístico do Piauí, o Polo Costa do Delta. Este polo foi composto pelos municípios do litoral piauiense, mais Teresina, capital do Estado, totalizando cinco municípios beneficiados.

Figura 4.1 Primeiro polo de turismo do Piauí, elaborado pelo PRODETUR/NE



Fonte: Branco do Nordeste (2017)

Com a criação do Polo Costa do Delta, o litoral do Piauí começou a se desenvolver turisticamente, sendo as principais ações de fomento do turismo, desenvolvidas pelo PRODETUR, o sistema de abastecimento de água, o sistema de esgotamento sanitário de Parnaíba, o controle ambiental das dunas do Lagoa do Portinho, a urbanização da Orla da Praia de Atalaia e a construção de trilha ecológica e do recinto dos ursos no Parque Zoobotânico de Teresina. Apresentou crescimento de 80%, em empregos diretos no turismo, entre 2004 e 2010.

Como atrativos, o Polo Costa do Delta reunia praias adequadas para banho e para esportes náuticos, além da presença do Delta do Parnaíba, que é o único Delta das Américas em mar aberto, estando entres os três maiores, em nível mundial. Outro fator positivo foi a inserção do polo na Rota das Emoções, composto, também, pelo Maranhão e Ceará.

O enfoque territorial já vinha sendo discutido na Política Nacional de Turismo, mas, apenas com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), é que realmente se iniciou o desenvolvimento da atividade turística no âmbito municipal. Esse novo enfoque possibilitou que o fomento da atividade turística abrangesse o foco municipal como estratégia. Com a transição do PNMT para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), passou a ser considerado a unificação territorial, a partir da reunião de um conjunto de municípios, que constituiriam e ampliariam a cadeia produtiva do turismo.

Em 2009, com o Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil, organizado pelo Ministério do Turismo (BRASIL,2009), além do Polo Costa do Delta, foram zoneados mais seis polos turísticos no Piauí, o Polo Teresina, Polo Aventura e Mistério, Polo das Nascentes, Polo das Águas, Polo Histórico-cultural e Polo das Origens, diversificando os produtos turísticos da região (Figura 4.2).

Figura 4.2: Polos turísticos do Piauí elaborados pelo Programa de Regionalização do Turismo



Fonte: SEBRAE, 2012

Desta forma, a oferta turística no Piauí tornou-se mais diversificada com a criação dos polos e a inserção dos municípios, em que novos atrativos e potencialidade passaram a compor os destinos turismo no Piauí, estimulando a integração e organização dos atrativos, equipamentos e infraestrutura turística.

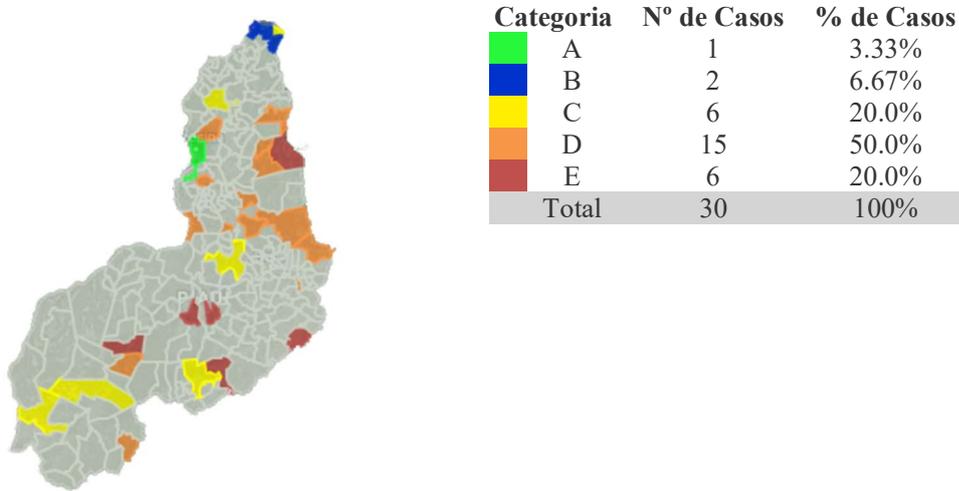
Uma das premissas básicas das políticas de regionalização do turismo era transformar diversas regiões do país em produtos do turismo. Dessa forma, efetivamente, apostou-se que assim seria possível alavancar o desenvolvimento da atividade com o aproveitamento de recursos naturais e culturais. Contudo ao analisar a oferta de atividades nos municípios dos principais polos turísticos, a exemplo do polo Teresina, percebeu-se que nem sempre é possível explorar, de forma mais eficiente, estes recursos em busca de gerar divisas, pois os indicadores econômicos no polo Teresina, demonstram pouco dinamismo econômico.

Um destino indutor é aquele capaz de atrair e distribuir significativo número de turistas para o seu entorno, dinamizando a economia no território em que está inserido. O Ministério do Turismo (SEBRAE, 2012) adotou, no Piauí, três Destinos Indutores, sendo em Teresina, o Polo Teresina, em Parnaíba o Polo Costa do Delta e em São Raimundo Nonato, o Polo das Origens. Justifica-se esta escolha por possuírem infraestrutura básica e turística, que os caracterizavam como núcleo receptor e emissor de fluxo turístico.

A formação do polo não é estática, por meio de regionalização foi criado o Mapa do Turismo Brasileiro, considerado uma ferramenta de trabalho com o objetivo de nortear as ações dos programas e processos no âmbito do Ministério do Turismo. Desta forma, a inserção ou remoção de um município do polo é realizada pelo ministério, mediante critérios previamente estabelecidos que os municípios devem cumprir para garantir sua permanência em um polo.

(Figura 4.3). Os critérios adotados pelo Ministério do Turismo para a categorização, era que os municípios dispusessem de.

Figura 4.3: Município turísticos do Piauí



Fonte Brasil (2021)

Conforme a categorização realizada pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2019), os municípios do Polo Teresina, 75% deles estão classificados na categoria D, com exceção de Teresina, sendo o único município do Estado do Piauí que está inserido na categoria A. Ressalta-se que, como é capital do Estado, apresenta maior fluxo turístico, maior número de estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos no setor de hospedagem (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 Categoria dos municípios quem compõe o Polo Teresina e os demais Polo do Piauí

POLOS De TURISMOS Do PIAUÍ	Município Categoria
Polo Teresina	José de Freitas - Categoria - D Monsenhor Gil - Categoria - D Santa Cruz dos Milagres - Categoria - D Teresina - Categoria - A
Polo Histórico Cultural	Acauã - Categoria - E Amarante - Categoria - D Belém do Piauí - Categoria - D Francinópolis - Categoria - D Oeiras - Categoria - C Pimenteiras - Categoria - D Pio IX - Categoria - D Valença do Piauí - Categoria - D
Polo Das Origens	Coronel José Dias - Categoria - E Pajeú do Piauí - Categoria - E São Raimundo Nonato - Categoria - C Socorro do Piauí - Categoria - E
Polo Das Nascentes	Alvorada do Gurguéia - Categoria - E Avelino Lopes - Categoria - D Bom Jesus - Categoria - C Cristino Castro - Categoria - D Gilbués - Categoria - C
Polo Aventura E Mistério	Buriti dos Montes - Categoria - E, Castelo do Piauí - Categoria - D, Juazeiro do Piauí - Categoria - D, Pedro II - Categoria - D.
Polo Costa Do Delta	Cajueiro da Praia - Categoria - C Ilha Grande - Categoria - D Luís Correia - Categoria - B Parnaíba - Categoria - B POLO DAS ÁGUAS Barras - Categoria - C

Fonte: BRASIL (2019)

O setor de hospedagem foi escolhido por ser o mais adequado, já que quase a totalidade dos que utilizam um hotel, por exemplo, são turistas. Quando se trabalha com outras atividades, como restaurantes ou aluguel de veículos, a utilização por residentes é muito elevada, não retratando uma correspondência mais direta com o turismo (BRASIL, 2019)

Outro fator esclarecido pelo Ministério do Turismo é que o fato de um município ser categorizado em D não significa que ele receberá menos apoio que um município categorizado como A. Para a realização de determinada ação, como, por exemplo, a sensibilização de gestores para o turismo, apoiar os municípios que estão na categoria D pode ser mais importante que apoiar os municípios da categoria A. Além disso, a categorização não é o único instrumento utilizado pelo Ministério do Turismo para definir a implementação de políticas públicas. (BRASIL, 2019).

Uma das principais vantagens competitivas da inserção de um município nesta categorização, é que isto possibilita ao Ministério do Turismo identificar municípios com atrativos ainda não muito conhecidos. A categorização faz com que cada município possa trabalhar para formalizar os meios de hospedagem e incrementar o fluxo de turistas em sua localidade, para que seus dados não apareçam zerados nas pesquisas utilizadas pela categorização e tenha sua categoria atualizada. Destaca-se que, a estruturação desses destinos ainda pouco explorados, possibilita que as agências e operadoras de turismo ofereçam novos roteiros e novas experiências aos turistas.

A desvantagem desta categorização é a remoção de municípios turísticos, pois acaba havendo a diminuição de recursos para este polo, o que compromete significativamente a oferta do polo. Atualmente, no Piauí, com a nova formação dos polos existem apenas 30 municípios turísticos divididos nas setes regiões turísticas.

Uma das ações que ganha destaque quanto ao planejamento estadual, é o Plano Estratégico de Turismo do Piauí - 2012-2020, que é uma das propostas que aborda uma visão global do turismo no Estado, apresentando o cenário atual do turismo, no Piauí, em suas regiões turísticas. O plano apresenta uma análise qualitativa da oferta e dos aspectos que influenciam a atividade, além, de identificar as oportunidades, ameaça, pontos fortes e fracos. Está contemplado, ainda, com o planejamento futuro, o cenário almejado e quais medidas serão adotadas para construir este cenário.

Uma lacuna sobre o turismo está relacionada aos dados oficiais atualizados, sendo que as entidades públicas responsáveis por realizar pesquisas, geralmente são a Superintendência de Pesquisas Econômicas e Sociais (Fundação CEPRO) e a Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC). Os dados mais recentes encontrados sobre o turismo e disponibilizados publicamente pela Fundação CEPRO datam de 2013, em que foi realizado a pesquisa da Demanda Turística de Teresina. Já em relação às informações disponibilizadas pela SEMDEC, é possível encontrar o Diagnóstico da Oferta Turística de Teresina e o perfil da demanda, realizados em 2017. Posterior a isso, existem poucos dados disponíveis confiáveis, que apresentem os números e o desenvolvimento do turismo nas cidades do Polo Teresina.

Assim, seria oportuno melhorar a participação de cada cidade do Polo Teresina, criando um corredor turístico e atualizando os dados dos municípios que, atualmente, formam o polo. Além disso, seria necessário definir o foco do turismo, entender melhor o perfil do turista para atraí-los, propor estrutura para desenvolver os atrativos naturais, como o Parque Encontro dos Rios e Parque Lagoas do Norte, como também, o Polo cerâmico, a Ponte Estaiada, o Central de Artesanato Mestre Dezinho, o Centro Histórico, além de incentivar os eventos de lazer, como o Corso de Teresina, a música e a gastronomia local, para dinamizar o turismo. Também, seria importante, melhorar a infraestrutura da cidade de Santa Cruz dos Milagres, considerando, principalmente, a capacidade atrativa motivada pelas peregrinações. Dessa forma, fazem-se necessária, também, a realização de mais estudos voltados para o conhecimento do Polo Teresina e suas potencialidades turísticas, visando apoiar os gestores em ações voltadas para o desenvolvimento e divulgação do turismo no local.

4. 4 Considerações Finais

A perspectiva de elaborar políticas públicas voltadas para o turismo, que proporcionassem desenvolvimento turístico em nível regional resultou no surgimento de alternativas de uso dos recursos que ampliou a oferta do turismo no Brasil.

Entretanto, é imprescindível melhorar a parceria pública e privada, como forma de melhorar as ações que visam estimular o turismo, partindo do pressuposto que a atividade turística pode significar uma opção de desenvolvimento econômico, social e cultural.

No Piauí, as políticas estaduais e municipais, precisam ser construídas e aplicadas de formam mais eficientes. As políticas federais, apresentaram melhores resultados, principalmente, após a criação dos polos de turismo. O Estado do Piauí vem trabalhando o turismo, baseado nesta divisão regional, porém, ainda não é possível visualizar maior consolidação das políticas em âmbito municipal.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Piauí 2012-2020, tem como objetivo principal desenvolver o turismo no Estado do Piauí, de forma competitiva, pautado na sustentabilidade e na integração do setor, de forma a gerar benefícios para a comunidade e para os visitantes. Entretanto, a partir de uma análise mais profunda do documento, foi possível facilmente observar que, as ações propostas não foram executadas, não atendendo as demandas locais.

4.5 Referências

ALMEIDA, A. F.; JARDIM, M. A. G. Atuação da comunidade local nas políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. **Revista Brasileira de Geografia Física**. v.12, n.5, 2019

ARRAIS, E. L.; SILVA, A. F. A Intersetorialidade Nas Políticas De Turismo No Estado Do Ceará: Um Estudo de Caso nos Governos de Cid Gomes e Camilo Santana. *In*: SILVA, A. E.; LIMA, M. R. (org.). **Temas contemporâneos em gestão pública e políticas de desenvolvimento**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, agosto de 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília - DF, 2019.

Disponível em:

http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapas.pdf. Acessado em 07 de jun. 2021.

CAVALCANTE, J. S. Esfera pública: patrimônio cultural e políticas públicas de turismo em Roraima. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico**, n. 5, n. 3, 2019.

CORDEIRO, I.; KÖRÖSSY, N. Quando as políticas públicas de turismo sustentável ignoram a dimensão social: reflexões a partir do estudo caso de Fernando de Noronha (Pernambuco – Brasil). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 40-56, 2018.

COSTA, E. R. P., FARIAS, M.; TAVEIRA, M. S.; NASCIMENTO, M. A. L. Análise do potencial turístico do Polo Seridó, Rio Grande do Norte, Brasil. **Turismo: Estudos & Práticas** (UERJ), Mossoró/RN, v. 9, n.1, p. 1-21, 2020.

CRUZ, R.C. A. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. **Confins**, n. 44, 2020.

LIMA, E., MANGIALARDO, J., COSTA, L.; SILVA, R., BONINI, Políticas Públicas de Turismo no Brasil. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 8, n. 4, 2019.

PAIVA, M. G. M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 197-213, dez. 2010.

PINTO, P., LOPES, L., PALACIO, G. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e turismo na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru. **Amazônia Investiga**, v. 8, n. 24, 2019.

RIGOLDI, A. G. M., CREMONEZI, G. O. G., SOLHA, K. T., SPERS, V. R. E. VIEIRA, M. T. O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 1, p. 169-191, 2020.

RODRIGUES, C. G. O.; ABRUCIO F. L. Os valores públicos e os desafios da responsabilização nas parcerias para o turismo em áreas protegidas: um ensaio teórico.

Turismo - Visão e Ação, Itajaí, v. 22, n. 1, 2020

PIAUI. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – Polo Teresina**. Teresina, 2014. Disponível em:

[https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-](https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/05/plano_de_desenvolvimento_integrado_do_turismo_sustentavel.pdf)

[content/uploads/sites/39/2018/05/plano_de_desenvolvimento_integrado_do_turismo_sustentavel.pdf](https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/05/plano_de_desenvolvimento_integrado_do_turismo_sustentavel.pdf). Acesso em 20 jul. 2021.

SILVA, JORGE ANTONIO SANTOS; SILVA, OZANA REBOUÇAS. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 209-232, 2019.

SILVA, Maria Majaci Moura. **O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

TERESINA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC). **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – TERESINA**, Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2014.

5 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS EM REGIÕES NÃO LITORÂNEAS: ESTUDO NO POLO TERESINA, PIAUÍ

Izamara Iancwich

Wilza Gomes Reis Lopes

Touristic Potential In Non-Coastal Regions: Study Of The Pole Teresina, Piauí

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar os desafios enfrentados pelo turismo no Polo Teresina, localizado no estado do Piauí. Para tanto, foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa de natureza teórica. Para atender o objetivo proposto, foi utilizado como base, os planos de desenvolvimento de turismo no Polo Teresina e, também, coleta de informações, por meio de pesquisa de campo. Desta forma foi possível identificar as informações de natureza quantitativa no polo, os problemas, a demanda e oferta, o potencial e fazer uma avaliação de como o turismo está sendo desenvolvido e quais desafios têm sido enfrentado. Considerando a realidade dos municípios inseridos do polo, constatou-se que até então os principais desafios estão na estrutura das atividades que já vem sendo desenvolvidas e, existindo pouco aproveitamento da capacidade atrativa dos municípios, a quase inexistência de empreendimentos e estabelecimento que prestam serviços para turismo ocasiona a baixa demanda e ofertas de elementos e serviços destinados à atividades do turismo.

Palavras-chave: Turismo; Potencial Real; Desenvolvimento.

Abstract: This work aims to identify the challenges faced by tourism in Polo Teresina, located in the state of Piauí. For that, a qualitative approach research of theoretical nature was carried out. To meet the proposed objective, the tourism development plans in the Teresina hub were used as a basis, as well as the collection of information through field research. In this way, it was possible to identify quantitative information on the pole, the problems, demand and supply, the potential and make an assessment of how tourism is being developed and what challenges have been faced. Considering the reality of the municipalities included in the pole, it was found that the main challenges so far lie in structuring the activities that have already been developed and, with little use of the attractive capacity of the municipalities, the almost inexistence of enterprises and establishments that provide services for tourism causes low demand and offers of elements and services for tourism activities.

Keywords: Tourism; Real Potential; Development.

5.1 Introdução

O que diferencia cada destino turístico são seus aspectos geográficos, paisagístico, territoriais, espaciais e arquitetônicos que os tornam únicos. Estas características são indissolúveis e estão associadas a cada espaço ou destino turismo, seja litorâneo, urbano ou rural. Para Sarti e Queiroz (2012), o turismo é uma atividade que atua no espaço, e sua relação com a natureza e com a sociedade é um agente modificador, seja por meio de mudanças estruturais, seja por mudanças culturais. Desta forma, é impossível criar generalizações ou especificidade, pois cada destino é único, e usa seus recursos únicos e característicos como atrativos turísticos ou não.

No Brasil, os elementos que compõem o espaço/destino são transformados em recursos turísticos, utilizando-se a segmentação turística para inseri-lo dentro de um nicho de mercado, para desenvolver e direcionar a demanda turística, a partir dos aspectos que caracteriza cada núcleo receptor.

Os recursos turísticos são elementos histórico-culturais e ambientais explorados, valorizados e caracterizados de alguns serviços dirigidos ao visitante ou turista. Destaca-se que tanto os destinos litorâneos, como os não litorâneos, possuem em seus atrativos este recursos, porém os que os diferenciam é a presença de um segmento característico chamado de sol e praia. O Brasil e o Nordeste são conhecidos, principalmente, pelos seus destinos litorâneos, embora, o país seja rico de muitas outras riquezas naturais e culturais.

Em cidades que não possuem o atrativo turístico sol e praia, geralmente, se investe em atividades com possibilidade turística, como os elementos ambientais, destacando-se os parques, lagoas e orlas fluviais, e os elementos culturais, como o patrimônio histórico, o artesanato, as festas típicas, religiosas e de eventos, a culinária local e o modo de vida. Diferentemente das cidades litorâneas, que mesmo apresentando alguns desses aspectos, consolidam o turismo por meio do segmento sol e praia, e tornam-se mais atrativas para lazer, descanso e férias.

Os principais fatores que influenciam na decisão de viajar são as informações sobre o local, preços, atrativos e infraestrutura, além é claro da motivação pessoal do turista. Nesse sentido, o Polo Teresina, formado pelos municípios de Teresina, José de Freitas, Santa Cruz dos Milagres e Monsenhor Gil, apresenta dificuldade de induzir a demanda potencial.

O acesso ao Polo Teresina e, internamente, entre seus municípios é realizado por vias terrestres e aérea. Entre, os principais eixos rodoviários federais de conectividade da região, podem ser destacadas as rodovias BR-343, BR-316, BR-222 e BR-404. O acesso aos destinos,

fora o caso da capital, é realizado via terrestre, sendo que, em relação à Teresina, o município mais distante encontra-se, em média, situado numa distância de 183 quilômetros.

Em Teresina, capital do estado, município de maior densidade populacional do Polo Teresina, destaca-se seu centro histórico, que possui construções da época de sua criação e sua formação urbana. A cidade foi criada, em 1852, para ser a capital do estado do Piauí, tendo sido projetada em formato “xadrez”. Foi localizada a oeste do Rio Parnaíba, implantada em direção ao Rio Poti. Destaca-se, no contexto do Polo Teresina, pela relevância histórica, cultural, ambiental e econômica. A paisagem da cidade é reconhecida pela formação da hidrografia local, que manteve pontos de áreas naturais preservadas, representado quantidade significativa de parques ambientais municipais com potencial para desenvolvimento de atividades de lazer e de recreação. A orla dos rios

Com relação ao desenvolvimento do turismo, destaca-se no segmento de eventos e negócios, exercendo grande influência sobre as cidades interioranas e capitais próximas dos estados do Norte e Nordeste do país. O fluxo de turistas já existentes potencializa o desenvolvimento de atividades turísticas de lazer, por meio do uso dos parques e praças, de atividades culturais, eventos musicais, corso e blocos de carnaval, teatros, artesanato, vida noturna e gastronomia, agregando valor econômico e social à cidade.

Monsenhor Gil possui real potencial para atividades de cunho religioso. Entre os principais atrativos do município, destaca-se a Via Sacra, Morro do Cruzeiro e a Igreja Menino Deus, atrativos complementares entre si, muito visitados durante a Semana Santa. O município, ainda, apresenta potencialidades no meio rural, como o Poço Azul, local de beleza singular com água cristalina. Destacam-se, ainda, os Balneários Natal e Monte Alegre, que também, são utilizados como local de lazer para os excursionistas e comunidade local.

Santa Cruz dos Milagres, se encontra no vale do rio São Nicolau, na região Centro Norte do Piauí, destacando-se como turismo religioso, reunindo a maior concentração de romeiros, entre os municípios do Piauí. O fenômeno religioso em Santa Cruz dos Milagres, na visão de Silva, Alves e Batista (2021, p. 63578), “foi legitimado predominantemente, pelos devotos que partilham da fé na ‘Santa Cruz’, tratou-se de um movimento essencialmente popular”, reconhecido depois pela Igreja Católica. Os autores afirmaram, também, que embora as tradições religiosas estejam presentes, identificam-se novos aspectos, como a presença do turismo e do consumo, o que faz com que a romaria represente uma das maiores rendas para o município. Por outro lado, o município não está preparado para lidar com o grande aumento da demanda, o que ocasionado grandes impactos ambientais.

Os principais atrativos de Santa Cruz dos Milagres são a orla do rio São Nicolau, construída com recursos do PRODETUR/NE, em 2014, a fonte do olho D'água, a Casa do Romeiro e a escadaria, que leva os fiéis até a Santa Cruz. Anualmente, são celebrados três grandes eventos, sendo que o primeiro é a Invenção da Santa Cruz, no mês de maio. O segundo, se refere à Romaria de Santa Cruz, que acontece em setembro, enquanto o terceiro, que ocorre no mês de outubro, é a Romaria dos Santos.

José de Freitas, encontra-se localizado, apenas, a 53 km de Teresina, capital do Estado, fazendo parte da Grande Teresina. Os principais atrativos da cidade são dois açudes, o Bezerra e o Pitombeiras, que apresentam infraestrutura para dar suporte à visitação, além de proporcionar a possibilidade de práticas de campeonatos de jet-skis. Como eventos mais importantes destacam-se a Festa da Padroeira, Nossa Senhora do Livramento e, também, o Corso do Zé Pereira, que dá início às festas carnavalescas no município. Os locais mais visitados são as barragens, o morro com a imagem da padroeira, uma antiga fazenda que, atualmente, foi reformada em museu e está aberta visitação e a Cachoeira da Formosa.

Como foi possível observar, o Polo Teresina tem potencial turístico, contudo não tem se destacado, devidamente, na atividade turística, necessitando que sejam mais valorizados e divulgados. Então, neste trabalho, tem-se como objetivo identificar e sistematizar as potencialidades turísticas existentes no Polo Teresina, para que possam ser melhor aproveitadas, do ponto de vista do turismo.

Para tanto, foi realizada pesquisa qualitativa, com caráter exploratória descritiva. Os dados utilizados foram de ordem secundária, coletados por meio de publicação de organizações governamentais, dissertações e de periódicos científicos, relacionados ao tema.

5.2 Desenvolvimento do turismo no Polo Teresina

Para compreender melhor o desenvolvimento do Polo Teresina, foi levantado alguns indicadores socioeconômicos do Polo Teresina. Os dados foram identificados no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo, por se tratar de dados secundários, foram atualizados, para a realidade mais recente, os dados apresentados, revelam problemas econômicos e sociais, demonstrados por meio do PIB, o IDH e do índice de Gini.

Em relação aos indicadores de renda verifica-se que grande parte dos municípios possui um PIB consideravelmente baixo. Enquanto Teresina apresenta R\$ 22.481,67, os demais municípios apresentam uma média de R\$ 8.790, 00. A maioria dos municípios não conseguem alcançar a metade do valor auferido por Teresina, o que pode impactar negativamente. Contudo,

ressalta-se que essa discrepância é justificada pela ausência de fatores necessários para estimular o crescimento do PIB, sendo inexpressivos nesses municípios, ocasionado pela pouca estrutura de desenvolvimento. Isso reflete no poder aquisitivo da população residente desses municípios, como também, no nível de arrecadação fiscal que é mais baixo. O PIB do município de Teresina é o mais elevado entre os municípios, considerando que, a capital do estado fornece grande parte de bens e serviços, possui elevado índice populacional, taxa de consumo elevado e significativo número de pessoas ocupadas (Tabela 5.1).

Tabela 5.1: Indicadores Econômicos do Polo Teresina para o período de 2018

MUNICÍPIOS	PIB	IDH	GINI	% ATÉ 1/2 SM	INTENSIDADE DA POBREZA
Teresina	22.481,67	0,751	0,51	42,20	47,3
Santa Cruz dos Milagres	8.248,29	0,577	0,60	75,50	62,0
Monsenhor Gil	8.745,55	0,615	0,55	70,50	53,8
José de Freitas	8.292,47	0,618	0,51	71,00	50,8

Fonte: IBGE (2020)

Quanto ao desenvolvimento humano do Polo Teresina, considerando os parâmetros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), todos os municípios do Polo possuíam nível médio de desenvolvimento humano, considerando que o índice varia de 0 a 1, sendo quanto mais próximo a 1, melhor é o resultado. O conjunto de indicadores socioeconômicos apresentados demonstra o baixo dinamismo econômico e social do Polo Teresina.

As estatísticas apresentadas na tabela 5.2 referem-se à caracterização da ocupação no turismo contempladas por alojamento; alimentação, transporte aéreo, transporte terrestre, agências de viagem, aluguel de transporte, e cultura e lazer. Desta forma, percebe-se que a distribuição do total das ocupações (formais e informais) é distinta entre os municípios. O município de Teresina agrega quase a totalidade das ocupações no setor turismo, verifica-se que a distribuição das ocupações por município, no turismo e na economia, apresenta diferenças significativas, como esperado.

Tabela 5.2: Caracterização da ocupação no turismo no Polo Teresina

Município	Alojamento	Alimentação	Transporte		Aluguel de Transportes	Agência Viagem	Cultura e Lazer
			Terrestre	Aéreo			
Teresina	1.152	9.310	895	88	763	761	883
Santa Cruz dos Milagres	9	1	0	0	3	0	5
Monsenhor Gil	9	52	2	0	0	0	0
Jose de Freitas	10	57	41	0	8	9	5

Fonte: IPEA (2020)

Ao se analisar a tabela 5.2, percebe-se que, dentre os municípios analisados, existe grande diferença na oferta de serviços, como era de esperar, em relação a cidade de Teresina, que se destaca por ser a capital. Destaca-se, também, a inexistência de serviços essenciais para atender a demanda turística, como a necessidade de hotéis, a exemplo de Santa Cruz dos Milagres, em que foram identificados poucos estabelecimentos ativos nos municípios, mas que recebe uma demanda considerável de turistas.

Segundo Silva (2019), a hotelaria em Santa Cruz dos Milagres é considerada incipiente. Encontram-se atualmente sete pousadas, todas de categoria simples e com poucos serviços. A maioria funciona como restaurantes, fornecendo refeições e lanches. Os valores variam de acordo com o período do ano, custando a diária entre R\$ 50,00 (quartos sem ar-condicionado) a R\$ 180,00, a suíte para o casal, no período de festas. As pousadas são empresas familiares e por isso empregam poucos funcionários. O pequeno número de hospedagens impacta na cidade, uma vez que ocorre ocupação das escolas porromeiros.

Teresina concentra a maior infraestrutura de serviços, apresentando museus, igrejas, praças, mercados públicos, central de artesanato, agências de turismo, restaurantes, bares e similares, substancial rede hoteleira, espaços recreativos, transportadoras turísticas, locadoras de veículos, organizadoras de eventos, prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos, centros de atendimento ao turista entre outros (Tabela 5.2). A oferta de serviços e equipamentos turísticos no destino reflete o principal segmento do município, que se refere ao segmento de negócios e eventos.

A concentração de serviços, observada especialmente no município de Teresina, que detém o maior número de pessoas ocupadas na economia, se justifica, principalmente, pelo aporte de infraestrutura, participação em políticas de turismo nacional e por ser a capital do estado.

A hotelaria, atualmente em funcionamento, em sua maioria, possui estrutura simples e direcionada ao público de negócios e eventos. Os principais hotéis da cidade de Teresina e com melhor infraestrutura são o Metropolitan Hotel, o Blue Tree Towers Rio Poty Hotel e o Luxor Soft Hotel Teresina, considerados 5 e 4 estrelas respectivamente. Possuem auditórios, salas de convenções e espaços para realização de eventos de pequeno e médio portes, desta forma, é possível encontrar no destino ofertas de hospedagem para os diversos níveis de exigência e padrões de turistas e visitantes.

Apesar da diferença encontrada em relação à estrutura turística, as demais cidades apresentam atrativos potenciais, que agregaram valor ao polo de forma geral. Isso é

condicionado ainda pelo perfil turístico, que em geral, em Teresina é caracterizado por negócios e eventos, enquanto as demais cidades apresentam outros tipos de possíveis atividades. Essa diferença é justificada por Teresina ser o município com melhor infraestrutura básica, turística e de apoio ao turismo do polo, além de naturalmente ter um fluxo populacional mais elevado, o que demanda maior oferta de serviços, possibilitando a atividade do turismo. A oferta de atrativos específicas de cada município, atrai fluxos turísticos internos dos habitantes do Piauí.

O potencial turístico de um destino é identificado a partir do inventário da oferta turística, em que são levantados todos os aspectos relacionados às potencialidades, características, atrativos, eventos, entre outras informações. No Brasil, é de competência do poder público inventariar os municípios de interesse turístico. Este instrumento é importante, pois a partir de suas informações é possível estimular o desenvolvimento de empreendimento, estrutura e atrativos que possam contribuir para compor um destino turístico.

Desta forma, o estudo das potencialidades turísticas de um destino turístico se torna um dos aspectos mais importantes para a compreensão da atividade turística em uma região, pois é nele que a demanda encontra elementos motivacionais para o seu deslocamento e usufruto dos atrativos e serviços turísticos disponíveis (MACEDO; ROCHA, 2016).

O Polo Teresina apresenta diversidade de aspectos culturais, ambientais e históricos que evidenciam seu potencial. Além dos recursos naturais, ecossistemas com riqueza ambiental e diversidade ecológica, reconhecidos nacional e internacionalmente como a Caatinga, o Cerrado, e a floresta semidecidual, vegetação típica da Mata Atlântica, está o patrimônio histórico e cultural, formado por importantes sítios arqueológicos e construções históricas, juntamente com a arquitetura e os aspectos paisagísticos, que ainda, são pouco explorados.

A partir da caracterização dos principais atrativos do Polo Teresina, foi evidenciada a presença de cinco segmentos turísticos nos municípios estudados, destacando-se o segmento de Turismo de Negócios e Eventos, apenas na cidade de Teresina.

A cidade de Teresina é banhada pelos rios Poti e Parnaíba, que é um grande privilégio, embora estes elementos não sejam, devidamente, aproveitados para atividades de lazer e recreação nas suas orlas ou, ainda, para passeios e navegação, com o uso de embarcações, como acontece em muitas outras cidades, como Paris, Amsterdam, Istambul e Recife, entre outras.

No quadro 5.1 é possível observar que a composição dos atrativos do Polo Teresina está, basicamente, formada por recursos naturais e artificiais, sendo alguns de uso particular. Destacam-se, também, os centros históricos, o patrimônio arquitetônico, atividades culturais, entre outros.

Quadro 5.1: Atrativos naturais e culturais do Polo Teresina

MUNICÍPIOS	ATRATIVOS NATURAIS	ATRATIVOS CULTURAIS	SEGMENTOS
Teresina	Parque Floresta Fóssil; Parque Ambiental, Encontro dos Rios, Parque Zoobotânico	Parque da Floresta Fóssil, Polo Cerâmico Poti Velho	Negócios e Eventos
Santa Cruz dos Milagres	Balneário São Nicolau	Santuário de Santa Cruz dos Milagres	Turismo Religioso
Monsenhor Gil	Poço azul Balneário Natal	Memorial Carlos Prestes, Morro do Cruzeiro - Via Sacra	Turismo Religioso/ Turismo de Aventura
José de Freitas	Barragem do Bezerra		Turismo Social

Fonte: Adaptado de Teresina (2014)

Os eventos estão vinculados ao patrimônio cultural, aos festejos religiosos, carnaval fora de época, música e competições esportivas (Quadro 5.2). Dentre eles, são considerados os eventos com maior capacidade de atração de visitantes, o Encontro Nacional de Folguedos do Piauí, o curso ambos em Teresina e os Festejos de Santa Cruz dos Milagres, que são considerados de maior expressão. Dentro desta perspectiva, o turismo religioso e o turismo de negócios e eventos são responsáveis pelo deslocamento de turistas entre os municípios, fato este observado durante os diversos festejos que ocorrem ao longo do ano.

Quadro 5.2: Eventos programados no Polo Teresina

Município	Principais Eventos programados
Teresina	Curso de Teresina Festas Juninas Festival de violeiros do norte/nordeste
Santa Cruz dos Milagres	Invenção da Santa Cruz. Festa de Exaltação da Santa Cruz, Procissão dos Santos em outubro,
Monsenhor Gil	Semana cultural de Monsenhor Gil Carnaval Semana Santa Corrida de cavalos Festa do Menino Jesus
José de Freitas	Zé pereira Festas juninas Festa de Nossa Senhora do Livramento

Fonte: Adaptado de PDITS (2014)

Os eventos e o turismo são atividades intrinsecamente ligadas, pois o setor depende em boa parte da cadeia produtiva ligada ao setor de turismo, ao mesmo tempo em que movimenta número significativo de pessoas em deslocamentos turísticos. Durante a realização de um

evento, a depender do seu porte, toda uma rede de comércio e serviços é acionada no local, provocando benefícios mútuos (LUNAS, 2018).

5.2 Potencialidades turísticas do município de Teresina

Teresina é a capital do Piauí, sendo o município que tem a maior população do estado e do Polo Teresina. Trata-se da décima nona maior cidade brasileira, em população, com 814.230 habitantes, em 2010. Concentra 25% da população piauiense, sendo responsável por 45% de sua economia, cuja região metropolitana gera 60% do PIB do Piauí. Territorialmente, é a maior capital nordestina, com uma área de 1.756km, e com densidade demográfica de 464,66 hab/km², concentrados em 242 km² de área urbana e 1.514 km², de área rural. Apresenta as altitudes mais baixas do Estado, estando a zona urbana do município em uma altitude média de 72,00 m. Esta configuração de altitude e densidade demográfica condensada na área urbana contribui com o aumento da sensação térmica no município. A economia é fortemente marcada pelo ramo de serviços, com 78,1%, enquanto a indústria responde por 21,3% e o agronegócio, por 0,7% da economia regional. A indústria de bebidas, alimentícia, de bicicletas, colchões, metalúrgica e vestuários são as que mais se destacam (IBGE, 2020).

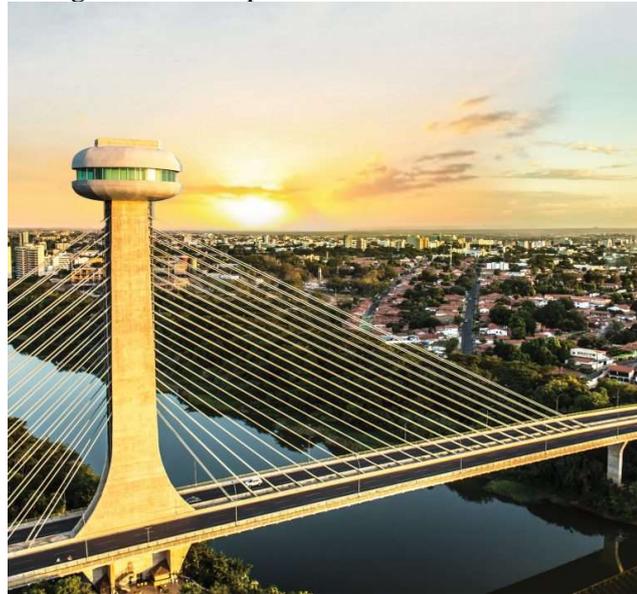
Dentre os atrativos de Teresina, tem-se seu Centro Histórico, no qual se destaca a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, ou Praça da Bandeira, como também é conhecida, que é uma das mais antigas da cidade, e que “tem seu entorno marcado, por exemplo, por um shopping popular, pela Prefeitura Municipal de Teresina, pela Igreja Nossa Senhora do Amparo, pelo “Mercado Velho” e pelo Museu do Piauí, além de prédios comerciais, institucionais e de hotelaria” (LOPES *et al.*, 2020, p. 3802).

A Praça Marechal Deodoro da Fonseca é considerada uma das mais movimentadas da cidade, tendo além dos elementos culturais do entorno, outros equipamentos, no interior da praça, em são desenvolvidas várias atividades. Entre eles, destaca-se, segundo Lopes *et al.*, (2020, p. 3802), o anfiteatro,

denominado de Teatro de Arena, onde são realizados vários festivais culturais para a população, ao ar livre e de forma gratuita. Dentre os festivais que costumam acontecer anualmente, já é tradição o Festival da Música Chapada do Corisco (Chapadão), realizado todo mês de maio, em que há premiação em dinheiro para os primeiros colocados, e ainda, o Festival de Violeiros do Norte-Nordeste e o Projeto Enquanto o Ônibus Não Vem. Além disso, o anfiteatro, também, é um local de encontro da sociedade para atividades, como debates e manifestações políticas.

Destaca-se, ainda, o Complexo Turístico Ponte Estaiada (Figura 5.1), que é um dos principais atrativos de Teresina, dispondo de quiosques, lojas de artesanatos, estacionamento e o mirante. No mirante é possível ter uma visão panorâmica da cidade e, inclusive, uma oportunidade para observar o desenvolvimento urbano de Teresina.

Figura 5.1: Complexo Turístico Ponte Estaiada



Fonte: Juscelino Reis, 2016

Ressalta-se que em Teresina, as potencialidades turísticas estão ligadas, principalmente, à estrutura urbana, aos parques, à gastronomia e aos eventos e negócios que ocorrem na cidade. A cidade dispõe de estrutura turística capaz de atender uma elevada demanda, pois oferece estrutura de apoio, gastronomia, artesanato, agências, centrais de atendimento ao turista entre outros. Estes fatores favorecem o desenvolvimento turismo.

5.3 Potencialidades turísticas do município de Santa Cruz dos Milagres

Em Santa Cruz dos Milagres é muito forte o segmento de turismo religioso. A cidade atrai romeiros, excursionistas e visitantes e tem suas festividades voltadas para celebrações católicas.

O Município de Santa Cruz dos Milagres surgiu em decorrência de uma romaria, para o local onde hoje é a igreja da cidade e que se chamava fazenda Jatobá. Possui população estimada para 2021, de em 4.046 pessoas, com densidade demográfica de 3,87 hab/km². A economia é marcada pelos setores agropecuário e de serviços (IBGE, 2020)

Neste sentido, Souza e Santos (2013, p. 2) afirmaram que a “devoção a Santa Cruz dos Milagres tem seu início ainda no século XIX, período onde se acredita ter começado a

peregrinação em direção ao então vilarejo de Santa Cruz dos Milagres”. Dessa forma, Santa Cruz dos Milagres integra o Polo Teresina, apresentando o segmento de turismo religioso, que se configura pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões. Segundo Christoffoli, Pereira e Silva (2012, p. 596), o segmento de turismo religioso refere-se à “realização de deslocamentos que os levem a cidades, templos e / ou eventos e espaços sagrado reconhecidos [...]”. Nesse contexto, caracteriza-se pelo deslocamento para espaços e eventos, visando a realização de peregrinações e romarias, participação em festas e comemorações religiosas, contemplação de apresentações artísticas de caráter religioso e visitação a espaços e edificações religiosas, como Igrejas e santuários.

Em Santa Cruz dos Milagres, a Igreja Matriz Municipal é o ponto de encontro dos romeiros que visitam a cidade (Figura 5.2). O santuário, existente na cidade, tem o formato de uma cruz, tendo capacidade na área principal para atender mais de 1.800 pessoas sentadas e, ainda, duas naves laterais, com capacidade para abrigar 224 pessoas. Dispõe, também, da Capela do Santíssimo, com capacidade para 80 pessoas (Santuário de Santa Cruz dos Milagres, 2019)

Fonte 5.2: Igreja de Santa Cruz dos Milagres



Fonte: TV Cidade Verde (2016)

As três grandes festas realizadas no ano, contemplam 14 dias de festejos, sendo que a primeira ocorre entre os dias dois e três de maio, para comemorar a Invenção da Santa Cruz. Segundo Melo e Melo (2011) no ano de 2011, foi estimado, pela paróquia local, que um público

em torno de 20 mil pessoas participou da festa da Invenção. Na figura 5.3, é possível visualizar a Igreja lotada de fiéis, durante a celebração da Santa Missa, no Santuário de Santa Cruz dos Milagres.

Figura 5.3: Vista frontal da celebração da Santa Missa no Santuário de Santa Cruz dos Milagres



Fonte: Santuário de Santa Cruz dos Milagres (2019)

O Santuário de Santa Cruz dos Milagres é considerado o único santuário do Estado do Piauí reconhecido pelo Vaticano. Estima-se que cerca de 30 mil pessoas visitem o santuário anualmente, sendo o terceiro mais visitado do Nordeste. No município são realizados três grandes eventos que mobilizam as peregrinações religiosas. O município tornou-se um santuário com reconhecimento regional e nacional, tendo seu fluxo de visitantes concentrados nos três festejos religiosos, que acontecem todos os anos. São eles a Invenção da Santa Cruz, a Festa de Exaltação da Santa Cruz e a Procissão dos Santos, em outubro.

O movimento de pessoas que se dirigem ao Santuário de Santa Cruz dos Milagres, segundo Souza e Santos (2013, p. 170), passou “a tomar grandes proporções, principalmente por conta dos inúmeros milagres atribuídos à Santa Cruz”, tornando parte do cotidiano dos devotos a ida anual ao santuário.

Contudo, destaca-se, ainda, o fato que a visita a Santa Cruz dos Milagres, também, é vista como uma atividade de passeio, estando relacionada ao lazer, momento em que, “a fé se ‘dispersa’ para dar lugar ao entretenimento e todas as possibilidades abertas principalmente na “Festa de Exaltação, onde fé, comércio e festa compartilham um mesmo espaço e também a atenção dosromeiros” (SOUZA; SANTOS, 2013, p. 170).

5.4 Potencialidades turísticas do município de José de Freitas

O Município de José de Freitas possui população estimada, para 2021, de 39.457 pessoas, com densidade demográfica 24,11. A economia é marcada pelos setores agropecuário e serviços. Apresenta clima tropical alternadamente úmido e seco, com duração do período seco de seis meses, temperaturas médias entre 22°C a 37°C, e possui floresta decidual secundária mista e babaçual, com precipitação pluviométrica 1.484,7mm. Os recursos hídricos se referem ao Rio Maratoã, aos riachos São José, Areia Branda, Palmeirinha e dos Cavalos e açude Pitombeira e barragem do Bezerra (IBGE, 2020)

No município de José de Freitas o maior potencial turístico é a Barragem do Bezerra (Figura 5.4), que fica localizada na zona urbana da cidade, a barragem atrai visitantes tanto da comunidade local, quanto das localidades vizinhas.

A Barragem do Bezerra, inaugurada em 10 de março de 1994, segundo Rocha e Rocha (2018, p. 151), é “um reservatório artificial que possui grande valor social e econômico para a região. Recebe constantemente um grande número de visitantes, principalmente nos fins de semana. Em suas margens, encontram-se diversos quiosques e banheiros”, configurando-se, dessa forma, como um atrativo turístico.

Figura 5.4: Vista Área da Barragem do Bezerra, em José de Freitas



Fonte: Conheça o Piauí (2018)

Localizada na zona urbana do município de José de Freitas, a Barragem do Bezerra atrai visitantes tanto da comunidade local, quanto das localidades vizinhas. A estrutura da barragem é composta por barracas e quiosques que atendem à demanda dos visitantes, possuindo, também, passeios de *jet-ski* e *banana-boat*. É composta por um grande campo aberto nos

arredores, com partes verdes e arborizadas e áreas planas. Recebe grande número de excursionistas, que visitam o local todo fim de semana. Além de ser um atrativo turístico, a barragem tem grande potencial econômico e social, sendo usada para piscicultura e também para abastecer de água, zonas residenciais e agrícola.

Os demais atrativos do município são compostos pelos atrativos culturais como os diversos festejos religiosos, em que a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento é o ponto central de visitação. Destaca-se, ainda, o carnaval fora de época, denominado Zé Pereira. O evento acontece na praça de eventos da cidade e atrai grande público, proveniente das localidades vizinhas. O município, também, apresenta potencial para o desenvolvimento de atividade no meio rural, principalmente pela presença do museu Casa Grande da Fazenda Ininga.

Um dos principais atrativos culturais de Jose de Freitas é a Casa Grande da Fazenda Ininga, distante 52 km de Teresina. Datada de 1823, a fazenda possui em sua totalidade uma área de 700 hectares, estando as dependências da casa situadas em área de 22 hectares (Figura 5.5). Pertenceu à família Sampaio Castelo Branco e atualmente, foi reformada, transformada em museu, recebendo diariamente visitas de turistas e estudantes. A sua construção é toda com traços das fazendas do período colonial (CONHEÇA O PIAUÍ, 2018)

Figura 5.5: Entrada da Casa Grande da Fazenda Ininga



Fonte: CONHEÇA O PIAUÍ, (2018)

Em estado do abandono, a propriedade foi vendida, e no processo de restaurar foram realizadas escavações onde foram encontrar objetos pertencentes à família Sampaio Castelo

Branco e que também faziam parte da mobília da casa (Figura 5.6), que atualmente estão expostos no museu para visitação (CONHEÇA O PIAUÍ, 2018).

Figura 5.6. Artefatos que comp o o Museu Casa Grande da Fazenda Ininga, José de Freitas



Fonte: Conheça o Piauí (2018)

Estima-se que foram encontradas 450 peças do século XIX, o acervo histórico tem sido catalogado. O grande diferencial do museu Casa Grande da Fazenda Ininga   o fato dele se encontrar na área rural, dentro de uma fazenda, e não dentro de uma área urbana de cidade. O museu   aberto   visita o diariamente, recebendo, inclusive, muitos estudantes, turistas e visitantes interessados em conhecer mais sobre as fazendas coloniais do Pia .

5.5 Potencialidades turísticas do município de Monsenhor Gil

O município de Monsenhor Gil possui popula o estimada, em 2021, de 10.563 habitantes, enquanto a densidade demográfica   de 18,17 hab/km². Possui 582,058 de área territorial, clima tropical alternadamente úmido e seco, com dura o do período seco de seis meses. Apresenta temperaturas m dias Entre 24 C a 37 C, a vegeta o   composta por campo cerrado e floresta decidual secundária mista, os recursos hídricos são formados pelos Riachos Natal, do Caminho e da Cruz (IBGE, 2020).

Em rela o ao turismo, Monsenhor Gil apresenta grande potencial no meio rural, pela presença do Poço Azul e dos Balneários Natal e Monte Alegre, que têm são utilizados como local de lazer para os excursionistas localizados na zona urbana da cidade.

O Poço Azul, segundo Santos *et al.* (2020, p. 245), se refere   “ rea de relevante interesse para o geoturismo posto a sua beleza c nica. Constitui-se um córrego de água de

coloração azul e cristalina”, já apresentando alguns sinais de degradação, embora esteja localizado em propriedade privada. No local, também, é possível fazer acampamento, e existe, ainda, restaurante e pousada (Figura 5.7).

Figura 5.7: Vista do Poço Azul, em Monsenhor Gil



Fonte: Juscel Reis

O município de Monsenhor Gil, também, aparece com real potencial para atividades de cunho religioso. Entre os principais atrativos do município está a Via Sacra, Morro do Cruzeiro (Figura 5.8) e a Igreja Menino Deus, atrativos complementares entre si, visitados durante a semana santa.

Figura 5.8: Escadaria do Morro do Cruzeiro, José de Freitas



Fonte: Alan Garcia (2014)

O Morro do Cruzeiro é uma das rotas de religiosos e de turistas, quando acontece a abertura do festejo, no mês de maio. O acesso é realizado por uma escadaria de 360 degraus, sendo possível contemplar a vista de todo o município de Monsenhor Gil. No local é desempenhado atividades de cunho religioso. No morro é possível contemplar a cidade de Monsenhor Gil, percebendo sua formação morfológica e perceber o crescimento urbano da cidade.

5.6 Considerações finais

As potencialidades encontradas no Polo Teresina são caracterizadas, em sua maioria, por aspectos naturais e culturais. Os segmentos com maior potencial são o turismo de negócios e eventos no município de Teresina, seguido pelo segmento de turismo religioso em Santa Cruz dos Milagres e os segmentos de turismo náutico em José de Freitas e Monsenhor Gil.

Ao realizar o levantamento e caracterização destas potencialidades observou-se que a cidade Santa Cruz dos Milagres possui potencial real de desenvolvimento da atividade turismo, porém, encontra-se com estrutura insuficiente que possibilite o atendimento de maior demanda, considerando-se a quase inexistência de equipamentos básicos e de apoio do turismo.

A cidade de Teresina, apesar de possuir estrutura atrativa e desenvolvida, não possui equipamentos especializados para atender a demanda de turismo de negócios e eventos, como um Centro de Convenções, por exemplo.

O Polo Teresina apresenta diferentes segmentos, que além de serem característicos em cada município do polo, são ainda, reflexo da oferta dos serviços disponíveis em cada cidade. Existe, predominantemente, três grandes segmentos, o turismo de negócios e eventos, o turismo religioso e o turismo de aventura. Ao ser considerada a formação dos segmentos, é possível afirmar que a escolha de determinados segmentos de turismo, a exemplo do ecoturismo, turismo de aventura e o turismo religioso, podem representar uma decisão estratégica para o Polo Teresina, uma vez que, os demais estados do Nordeste já apresentam maior demanda por turistas, motivados pela Cultura e pela participação em Negócios e Eventos.

Embora seja perceptível as diferenças entre o turismo em cidade litorâneas e não litorâneas, a exemplo do Piauí com os dois principais polos turísticos, observa-se que não é suficiente dispor dos potenciais recursos, mas sim, é necessário contar com o interesse público e o estímulo do setor privado para que ele se desenvolva.

O turismo que ocorre no litoral, no estado do Piauí, quase nada se diferencia do turismo ocorrido nos polos não litorâneos. Considera-se que nenhum recurso turístico pode ser auto

promovido, sem que haja investimentos de setores ligados ao turismo, sendo importante que se tenha por trás dele, equipes trabalhando para seu desenvolvimento, construindo sua imagem e a comercializando, criando, então, condições favoráveis para que sua estruturação ocorra de forma equilibrada, buscando os impactos positivos para seu fortalecimento.

Desta forma, apresentar uma imagem bem definida seria interessante, pois atualmente cada município atua de forma isolada. Assim, conclui-se que para os municípios, estarem ou não, inseridos no Polo Teresina, não afeta, não estimula e não incrementa o desenvolvimento turístico deles.

5.8. Referências

ALMEIDA, M. V. Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 3, p. 541-561, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas de turismo Brasil - Ano base 2018**. Mtur, Brasília-DF 2019. Disponível em: http://dadosefatos.turismo.gov.br/images/demanda/Estatisticas_Basicas_2017_2018.pdf. Acesso em: 09 maio 2020

CARDOSO, Fidel Barbosa; CASELLI, Francisco de Tarso Ribeiro. Análise de Gestão Ambiental em hotéis do estado do Piauí. **Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v.14, n. 8, 2019.

CERRO, Francisco Leno. La evaluación del potencial turístico en un proceso de planificación: el Canal de Castilla. **Estudios Turísticos**, n. 116, p. 49-85, 1992.

CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo; PEREIRA, Raquel Fontes do Amaral; SILVA, Yolanda Flores. O Lazer no Turismo Religioso: uma análise dos discursos no Turismo. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 10, n.5, p. 595-603, 2012.

CONHEÇA O PIAUÍ. **Casa Grande da Fazenda Ininga, um museu colonial em José de Freitas**. 2019. Disponível em: <https://www.conhecaopiaui.com/noticia/casa-grande-da-fazenda-ininga-um-museu-colonial-em-jose-de-freitas>. Acesso em: 20 jun. 2021

CUNHA, Licínio. Avaliação do potencial turístico. **Cogitur, Journal of Tourism Studies**, v. 1, n. 1, 2008.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas.2008.

FAGUNDES, Camila. ASHTON, Mary Sandra Guerra. A Oferta Turística em Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil: O Potencial Criativo como Diferencial Competitivo. **Rosa dos Ventos**, vol. 8, núm. 1, 2016.

FLORES, L.C.S., MENDES, J.C. Perspectivas do Destino Turístico: repensando o sentido do conceito. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 8(2), pp.222-237, maio/ago. 2014.

FREITAS, Erivanderson da Silva. LIMA, Julio Cesar Ferreira. COELHO, Susana Dantas. Hotelaria diferenciada em capitais do nordeste do Brasil para tripulantes de uma companhia aérea. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Vol. 17 n. 1. Págs. 129-141.

IBGE. **Pesquisa de serviços de hospedagem: 2016**. IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017

INFRAERO. **Anuário Estatístico Operacional 2018**. Brasília, 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas e Dados. **Atividades Características do Turismo (ACTs)**. Disponível em: <http://extrator.ipea.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. de 2021.

LOPES, T. H. C. R.; SPINOLA, C. DE A.; SOUZA L. N.; R. B. R. Determinantes do crescimento do emprego no setor de turismo no Nordeste: 2006-2015. **Revista Ibero-americana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 9, n. 1, jun. 2019.

LOPES, Wilza Gomes Reis; MATOS, Karenina Cardoso, LEITE; Nícia Bezerra Formiga, SILVA, Deisy Nayanny de; NOGUEIRA, Rochelle Hermenegilda Nunes. Importância cultural de praças centrais urbanas: praça Marechal Deodoro da Fonseca, em Teresina, Piauí. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**. v. v. 3, n. 4, p. 3792-3807, out./dez. 2020. <https://doi.org/10.34188/bjaerv3n4-080>

LUNAS, Deivid Matheus Ambrozio Vieira. SILVA, Maria Cristiane Fernandes da. INÁCIO, Camila Pereira. TORRES. Crislaine Vilhalva Impactos do turismo de eventos num destino de ecoturismo: renovação da oferta turística no município de bonito/ms. **Revista Entrelugar**, v. 9, n. 18, 2018.

MACEDO, E. M.; ROCHA, A. M. Percepção da população local sobre o fenômeno turístico: análises e reflexões, Teresina- PI. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, volume 13, n.02, p.391-404, agosto de 2016.

MELO, Luiz Felipe Arrussul de; MELO José Airton Mendonça de. Metodologia de avaliação socioeconômica de projetos turísticos integrados - uma aplicação ao projeto de apoio turístico de Santa Cruz dos Milagres. **Revista Negócios em Projeção**. v. 2, n. 3, p. 15-37, out., 2011.

ROCHA, Francynara Pontes; ROCHA, José Rimara de Sousa. Percepção socioambiental de pescadores artesanais do entorno da barragem do bezerro, José de Freitas, Piauí. In: SOARES, Maria José Nascimento; ALMEIDA, Ronise Nascimento de; DANTAS, Jonielton Oliveira; GOMES, Laura Jane; GALVÍNCIO, Josiclêda Domiciano (org.). **Rede Prodema em ação nas Ciências Ambientais**. Aracaju: Criação, 2018. p.147-165.

SANTOS, Fabiana Moreira et al. **Geografia: Publicações Avulsas**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 2, n. 1, p. 235-252, jan./jun. 2020.

SANTOS, A. F.; FAXINA, F. Estado de São Paulo (Brasil): Caracterização da gestão pública setorial de turismo na atualidade. Ponta de Lança: **Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 13, n. 24, p. 91-110, 31 ago. 2019.

SILVA, K. C. **Nos passos do peregrino: turismo e religiosidade em Santa Cruz dos Milagres (PI)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

SILVA, Kaíse Canuto; ALVES, Maria Lúcia Bastos Alves; BATISTA, Almir Félix. Políticas públicas como estratégias promocionais do turismo religioso em Santa Cruz dos Milagres (PI). **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n. 6, p. 63559-63579, jun. 2021.

SOUZA, Robério Américo do Carmo; SANTOS, Patrícia de Souza. Devoção, Festa e Mercado: Práticas de Fé e Celebração em Santa Cruz dos Milagres, sertão do Piauí. **Cadernos do Tempo Presente**. São Cristóvão (SE), n. 12, jun. 2013.

SOUZA, Robério Américo do Carmo; SANTOS, Patrícia de Souza. Construindo a fé, recriando a divindade: uma experiência religiosa no sertão do Piauí. **Revista de História da UEG**, Porangatu, v.2, n.1, p.167-191, jan./jul. 2013.

6 RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA SUSTENTÁVEL EM CIDADES: ESTUDO EM TERESINA, PIAUÍ

Izamara Ianewich

Wilza Gomes Reis Lopes

Natural and Cultural Resources for Sustainable Tourism Activity in the City of Teresina, Piauí

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo identificar os recursos culturais e naturais, com potencialidade turística, enfocando parques e equipamentos culturais da cidade de Teresina. Foram abordados, então, assuntos relacionados à estrutura, a equipamentos e serviços disponíveis nestes parques e como eles podem ser direcionados para atender de forma sustentável uma demanda turística. Também, são apresentados os elementos que compõem os recursos culturais na cidade. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental acerca dos temas a serem tratados. Além da realização de visitas in loco, em que foram realizados registros fotográficos e identificação de características de cada local. Esta etapa foi considerada importante para se levantar a oferta e os problemas, de modo a elaborar uma estratégia de ação acerca das informações colhidas. As visitas nos locais forneceram as principais informações sobre a real situação dos recursos naturais e culturais, que compõem a oferta turística na cidade. Foi constatado que os recursos naturais de Teresina, formados pelos parques, possuem características que podem ser trabalhadas na atividade turística embora necessitem de melhorias. Já os recursos culturais apresentam variados conjuntos de edificações e de manifestações culturais, que compõem o centro histórico da cidade. Contudo, foi observado o pouco dinamismo relacionado à capacidade atrativa, embora os bens simbólicos sejam necessários para formação dos valores culturais presentes na cidade.

PALAVRAS CHAVE: Teresina. Parques. Sustentabilidade. Turismo.

ABSTRACT: This work aims to identify cultural and natural resources focusing on the sustainable use of tourism potential of parks and cultural facilities in the city of Teresina. Thus, issues related to the structure, equipment and services available in these parks were addressed and how they can be directed to reach a sustainable tourism demand. Also, the elements that make up the city's cultural resources are presented. For this purpose, bibliographical and documental research was carried out on the themes to be treated. In addition to on-site views, where photographic records were made, this step was considered important to raise the offer and the problems, in order to develop an action strategy around the information collected. The visits to the places provided the main information about the real situation of the natural and cultural resources that make up the tourist offer in the city. Thus, it was found that the natural resources of Teresina formed by the parks have characteristics that can be used in the tourist activity, although they need improvement. On the other hand, the cultural resources present a variety of building sets and cultural manifestations, which make up the city's historic center, but there was little dynamism related to attractiveness, although they are symbolic goods for the formation of cultural values present in the city.

KEYWORDS: Teresina. Parks. Sustainability. Tourism.

6.1 Introdução

Os recursos naturais e culturais de uma cidade são aqueles formados por espaços públicos ou privados, que são atrativos e podem ser usados para atividades de lazer. Dentro da atividade turística, esses espaços compõem a oferta e são utilizados e comercializados como atrativos turísticos. Os espaços de propriedade pública são aqueles formados por praças, parques e edificações (museus, teatros, estádios, casarões tombados), além de ruas e avenidas. Esses espaços são caracterizados pelo uso coletivo e pela interação social, além de comporem a estrutura e patrimônio cultural urbano. Desta forma, o patrimônio se constitui como elemento fundamental de sua estrutura e imagem, assim, as ações de planejamento urbano, econômico e turístico aproveitam o patrimônio edificado e natural para a definição de programas e projetos turísticos (MOESCH, 2012).

A oferta de produtos turísticos de uma cidade amplia a oportunidade de valorizar e manejar os bens simbólicos, por meio do incremento das condições de vida da comunidade receptora. Ao se investir na estrutura urbana dos espaços livres públicos ou privados, como os parques, as praças, os centros históricos, dentre outros da cidade, é estimulado o desenvolvimento de estrutura necessária para atender a demanda por estes espaços. O turismo associado ao patrimônio natural e cultural proporciona a construção de planos de desenvolvimento integrado das cidades, incorporando elementos essenciais para atender uma demanda local e turística. Auxilia, também, na estrutura econômica e na capacidade de fortalecimento de pequenas e médias empresas e estimula estratégias de mercado para criar experiências turísticas urbanas, de lazer e de uso sustentável.

Para Betti e Denardin (2019), o turismo é apontado como alternativa de desenvolvimento, principalmente em áreas que já sofrem pelo pouco desenvolvimento econômico, baseando-se nos benefícios que essa atividade potencialmente desencadeia para a utilização sustentável da natureza, pois contribui para o desenvolvimento local, na medida em que atende as demandas, como a geração de renda e de trabalho direto e indireto.

O Estado do Piauí está localizado no Vale do Parnaíba, no Nordeste ou Meio-Norte do Brasil, correspondendo a 16,18% da região Nordeste e 2,95% da área do Brasil. É o terceiro maior estado nordestino e o décimo primeiro do Brasil, em extensão territorial. Faz limite com cinco estados brasileiros, sendo quatro na região Nordeste e um da região Norte, além de possuir estreita faixa litorânea. Desta forma, ao norte faz fronteira com Oceano Atlântico, ao sul, com os estados da Bahia e Tocantins, ao leste, com os estados do Ceará e Pernambuco e a oeste com o Estado do Maranhão. A capital é a cidade de Teresina, localizada na divisa com o estado do

Maranhão. Sua região oeste está situada entre os Rios Poti e Parnaíba, que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba. Teresina, configura-se como o maior centro populacional do Piauí, tendo população de 871.126 habitantes, estimada pelo IBGE, em 2021. Reúne a maior parte da indústria e do comércio do estado, sendo considerada a primeira capital planejada do Brasil, pois já nasceu com a função administrativa. No turismo, é considerada portão de entrada principalmente pela estrutura aeroportuária e rodoviária (RODRIGUES, 2012).

Diferentemente das outras capitais do Nordeste, Teresina não está situada na zona litorânea, não possuindo, então, a presença das praias, as quais conseguem atrair muitos visitantes e turistas, o que consolida o turismo local, nas demais capitais. Entretanto, a cidade é banhada por dois rios, que poderiam ser aproveitados para o turismo, além de importante acervo arquitetônico, no seu centro histórico, vários parques urbanos e variada riqueza cultural, como festas populares, gastronomia e artesanato.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo identificar os recursos culturais e naturais, existentes na cidade de Teresina, Piauí, que poderiam ser aproveitados para a atividade turística, tendo como enfoque o uso sustentável.

6.2 Relação entre o turismo, parques e a cultura

Em 2000, foi instituída a Lei 9985, sancionada em 18 de julho de 2000, voltada para a proteção da natureza, no Brasil, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC (BRASIL, 2000). Trata-se do principal instrumento de normatização sobre uso dos recursos naturais do Brasil, além de caracterizar e conceituar cada recurso e orientar como devem ser manejados. São entendidos como recursos naturais “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora” (SNUC, 2000, p. 7). A partir destes recursos foram criadas as unidades de conservação, que se referem ao “espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e com limites definidos para seu manejo” (SNUC, 2000, p. 7).

Assim, dentre estas unidades destaca-se, os parques, que segundo o SNUC, (200, p. 14) têm como objetivo básico:

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Podem ser criados no âmbito nacional, estadual ou municipal. A preservação é entendida ainda como o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da

manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

Assim, partindo do pressuposto de preservação, os parques, são concebidos na busca de se tornarem úteis à sociedade e ao meio ambiente, com espaços de relevância biológicas, além de proporcionarem melhorias na qualidade de vida dos habitantes e, também, de preservação da biodiversidade, favorecendo, ainda, o processo de drenagem de águas pluviais e de influência sobre os corpos hídricos.

Desta forma, a ideia de desenvolver a atividade turística em parques surge como alternativa para dinamizar a economia local e as alternativas de trabalho, aumentar o fluxo de visitantes, aproximar a sociedade da natureza e fortalecer a capacidade das comunidades locais para a sua participação no desenvolvimento do turismo. É necessário investir em estrutura, para atender a demanda, lembrando que as modalidades inadequadas de gerenciamento, muitas delas ainda não são o que se pode qualificar como produto turístico (LIMA, GUIMARAES, 2019).

O turismo, associado a parques, tem se tornado uma opção na gestão do desenvolvimento local e regional, por conseguir gerar, principalmente, vantagens competitivas. Com isso, a identificação de áreas com potencial que atendem essas determinações passa a ser o principal fator para alcançar a valorização ambiental e patrimonial e introduzir áreas de lazer e recreação nas cidades.

Os parques atraem ainda mais a sociedade, estimulando o turismo e a economia circular, diversificando as possibilidades de entretenimento de turistas, de visitantes e de moradores da cidade, pois são elementos lúdicos, idealizados com a finalidade de desfrutar do tempo livre. Então, neles é possível vivenciar o aspecto natural e temático, inseridos nos parques urbanos, agregando-se valor ao caráter turístico da região e, ainda, possibilitando apresentar diferentes temáticas e programas de necessidades que alcançam diferentes públicos (AGUIAR *et al.*, 2020).

No Brasil, cidades como Curitiba se destacaram nos cenários nacional e internacional, pelas transformações ocorridas na cidade, por meio da estruturação dos bens simbólicos para o turismo, nas transformações urbanas e na construção de equipamentos culturais, que concorreram à difusão das imagens da cidade e que integram a chamada “Linha Turismo”, roteiro que oferece ao turista um modo de conhecer a cidade por meio de lugares e bens culturais. Curitiba, apresentou, ainda, resultados positivos que propiciaram melhoria na condição de vida urbana, como mobilidade, embelezamento, sustentabilidade e crescimento econômico, tornando a cidade e seus patrimônios culturais e naturais produtos turísticos (SAVOIA; COELHO; LIMA, 2019).

Lima e Guimaraes (2019) consideram importante o desenvolvimento da atividade turística nos parques, levando em consideração a gama de benefícios, que se tem ao fazer a integração estes eles, pois a atividade turística permite, quando realizada e planejada de forma correta e responsável, a geração de emprego e renda, oferta de lazer e recreação, a propagação da cidadania e interação social sem distinção de público, criação e manutenção da infraestrutura ou mobiliário urbano atrelando sempre o turismo ao crescimento econômico sustentável.

A cultura é um importante componente na formação de um destino turístico, considerando que, por sua condição dinâmica, constrói e modifica os bens simbólicos de uma comunidade. Além de ser um fator importante e necessário para o desenvolvimento humano. No Brasil, as principais manifestações culturais são: Carnaval, Semana Santa, São João, Peão de Boiadeiros, Bumba meu Boi, Boi Bumbá, Romarias, Festas do Divino, manifestações religiosas diversas, grupos Folclores entre outros. Estes elementos compõem o imaginário e as manifestações populares e são consideradas um importante aliado na formação de um destino. Em nível mundial e nacional, a cultura é usada como uma forma de incrementar a base de desenvolvimento, além de inserir a comunidade local no processo produtivo valorizando aspectos intrínsecos de cada lugar.

6.3 Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada coleta de informações, por meio de combinação de métodos qualitativo-exploratórios, utilizando-se dados primários e secundários.

Foram selecionados oito parques da cidade, tendo como critérios para esta escolha, aqueles de maior área e melhor infraestrutura de acesso, variando de 0,5 a 136 hectares. Foram analisados o Jardim Botânico de Teresina, o Parque Ambiental Encontro dos Rios, o Parque Lagoas do Norte, o Parque Floresta Fóssil, o Parque Zoobotânico, o Parque da Cidadania, o Parque da Cidade e o Parque Potycabana (Quadro 6.1).

Quadro 6.1: Caracterização dos Parques localizados no município de Teresina

Parques analisados	Área (ha)	Tipo de Espaço	Administração
Jardim Botânico	36	Urbano	Municipal
Parque Floresta Fóssil	13	Urbano	Municipal
Parque Zoobotânico	136	Urbano	Estadual
Parque Ambiental Encontro dos Rios	2,5	Urbano	Municipal
Parque Lagoas do Norte	1.310,85	Urbano	Municipal
Parque da Cidadania	8,3	Urbano	Municipal
Parque da Cidade	36	Urbano	Municipal
Parque Potycabana	4,3	Urbano	Estadual

Fonte: Teresina (2020)

Os parques analisados encontram-se na área urbana da cidade de Teresina, sendo espaços destinados ao lazer e à recreação, configurando-se, no total, como um espaço territorial com considerável extensão. Em geral são áreas administradas pela gestão municipal, com exceção do Parque Zoobotânico, que é gerido pelo Governo Estadual. Estes parques foram criados para ofertarem, para a comunidade, espaços com estrutura de proteção ao meio ambiente, e, ainda, são áreas onde é possível a realização de atividades comunitárias, sendo considerados espaços propícios para atividade dos mais variados fins.

Para a coleta de informações, foi realizado levantamento, por meio de dissertações e artigos, bem como, estudos sobre os principais parques de Teresina, atrativos culturais e turismo no espaço urbano. Foram realizadas, também, visitas *in loco*, para conhecimento da condição estrutural dos parques, infraestrutura e de serviços disponíveis, como também análise das forças e fraquezas existentes nesses espaços e ainda, registro fotográfico destes locais. Também, foram listados e visitados os atrativos culturais existentes na cidade, como museus e teatros.

O trabalho de campo foi realizado em dois períodos, entre os meses de abril e agosto de 2019, e em maio de 2021. Este intervalo de tempo foi apresentado devido às dificuldades decorrentes das medidas restritivas, implantadas em função da Covid-19, impossibilitando a visitação dos espaços selecionados para a pesquisa. No primeiro período foi feito reconhecimento dos parques identificados, os equipamentos e testados como seria feita a coleta de dados. No segundo período foram feitos registros fotográficos em visita *in loco* nos parques que estavam com medidas restritivas mais brandas e no centro histórico e espaços culturais.

Posteriormente, foi realizada a análise SWOT objetiva que identificação das forças e fraquezas internas e as oportunidades e ameaças no ambiente (WANG; HONG, 2011).

6.4 Principais atrativos naturais de Teresina

Teresina é considerada a primeira cidade brasileira construída em traçado geométrico, a partir de desenho criado por José Antônio Saraiva. O nome da cidade é uma homenagem à Imperatriz do Brasil Teresa Cristina Maria de Bourbon, que visitou a cidade no início de sua implantação. É banhada pelos rios Parnaíba e Poti, inclusive sendo chamada de cidade mesopotâmica.

O Rio Parnaíba, que nasce no riacho Água Quente, cuja nascente fica a 709 metros de altitude na Chapada das Mangabeiras, no município de Barreiras do Piauí, percorre uma extensão de, aproximadamente, 1.500 km, seguindo no sentido sul-norte, desaguando no Oceano Atlântico, onde forma o maior delta em mar aberto da América Latina.

O Rio Poti nasce no Estado do Ceará, na altitude de 600 m, formando um cânion com 300 m de altura, ao entrar no Estado do Piauí, pelo município de Buriti dos Montes. Ao norte da cidade de Teresina, as águas do rio Poti se encontram com as águas do rio Parnaíba, formando um bellissimo encontro de rios, local em que foi estruturado o Parque Estadual Encontro dos Rios, que se tornou um dos principais atrativos turísticos da cidade (RODRIGUES, 2012).

A criação dos parques em Teresina pode ser vista por duas visões: a primeira seria em decorrência principalmente do processo de expansão urbana da cidade, de modo que a cidade necessita de espaços que permitam um contato com a natureza e que proporcione lazer para a sua população (COSTA; VIANA, 2020). A segunda está relacionada às altas temperaturas da cidade de Teresina, onde as áreas verdes (praças e parques) tornaram-se espaços vitais, principalmente se, possibilitam conforto térmico, além de garantir a conservação/preservação da biodiversidade e serem espaços destinados à recreação e cultura dos habitantes do local. Assim, considerando-se o grande número destes espaços, pressupõe-se que atividades ligadas ao turismo podem sem ser opções que contribuam para o desenvolvimento da cidade. Destaca-se que, geridos adequadamente, os resultados produzidos por esse desenvolvimento proporcionariam o uso dos recursos locais para a atividade turística de forma ordenada e satisfatória.

O Jardim Botânico de Teresina compreende a maior área de preservação permanente da cidade (Figura 6.1). Encontra-se equipado com laboratório, herbário, museu e auditório, além de trilhas, equipamentos de lazer e quiosques. O Museu de História Natural, encontrado no parque, que concentra objetos relativos à ciência e peças de valor histórico, tem por finalidade a pesquisa e a preservação. Não tem fins lucrativos, fica aberto ao público e está a serviço da comunidade (TERESINA, 2020).

Figura 6.1: Fachada principal do Jardim Botânico de Teresina



Fonte: Barradas, Nunes e Lopes (2018, p. 18)

O Jardim Botânico de Teresina representa grande área verde em Teresina, abrigando espécies da flora e da fauna local. No Museu de História Natural estão em exposição animais empalhados. Destaca-se, ainda, que nas áreas externas, são encontradas trilhas verdes, para o desenvolvimento de atividades educativas e esportivas (BARRADAS, NUNES, LOPES, 2018).

Outro espaço importante é o Parque Floresta Fóssil (Figura 6.2), criado em 1993, que conta com a presença de troncos fossilizados, sendo considerado o único sítio paleontológico brasileiro, localizado dentro de uma capital. Constitui um acervo paleontológico por guardar informações importantes que representam fontes de pesquisa para estudiosos, por fornecer dados como a paisagem e o clima, que foi modificado ao longo do tempo no Piauí (QUARESMA, CISNEROS, 2013).

Figura 6.2: Parque Floresta Fóssil



Fonte: Izamara Iancowich (2021)

O Parque Floresta Fóssil tem o intuito de conservar todo o registro paleontológico nele contido. Nesse sentido, as ações são voltadas para um lazer orientado, turismo sustentável e geoturismo. Embora seja apresentado como uma potencialidade, falta interesse do poder público em viabilizar alternativas de melhoramento do parque, destacando-se como ausência de infraestrutura, segurança e promoção de atividades que estimulem a educação ambiental (SILVA NETO, ANDRADE, ARAÚJO, 2021).

A Floresta Fóssil do Rio Poti ocupa área de cerca de 13 ha, nas margens do Rio Poti, na área urbana de Teresina. segundo Vasconcelos, Lima e Moraes (2016, p. 245) destacam sua importância, afirmando que é tida como um “museu a céu aberto, considerando o seu caráter científico, paleontológico, arqueológico e cultural que apresenta, resultando num valor paisagístico incalculável e potencial educativo e turístico. E é por essas razões que se fazem necessárias medidas que busquem sua preservação”.

Vasconcelos, Lima e Moraes (2016, p. 254) afirmaram, ainda, que o Parque Floresta Fóssil “encontra-se muito degradado, tanto pela população, que praticamente não visita o local, não dando a ela a importância de bem público, como também, pelas autoridades competentes, que não têm respeitado a legislação e não tomam medidas para sua preservação”.

Ressalta-se a importância do Parque Floresta Fóssil, que representa um grande diferencial para a cidade de Teresina, cujos fósseis petrificados são encontrados em posição de vida, sendo considerado, ainda, o único sítio paleontológico dentro de uma cidade brasileira. Embora, apresente relevância ambiental e arqueológica, o parque se encontra em total estado de abandono, sendo difícil a entrada no local, não se atestando o estado de conservação dos troncos e se eles, ainda, podem ser encontrados no parque.

Dessa forma, considerando a riqueza existente no Parque Floresta Fóssil e seu potencial para o turismo, acredita-se que se houvesse investimento no local, para que fosse devidamente reestruturado e, também, realizadas campanhas de marketing e de divulgação do local, o parque poderia ser mais usado como recurso turístico, atraindo visitantes para a cidade de Teresina.

Outro espaço, de grande importância para a cidade de Teresina é o Parque Zoobotânico (Figura 6.3), que é uma área de preservação ambiental, administrada pelo poder público estadual, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), cuja vegetação é caracterizada como mata mista. É utilizado, também, como zoológico, abrigando espécies de animais americanos e africanos. Por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-NE II), o parque recebeu investimentos, que contribuíram para a ampliação e construção de trilhas ecológicas.

Figura 6.3: Portal de entrada do Parque Zoobotânico



Fonte: Serena e Nascimento (2021)

No encontro dos rios Poti e Parnaíba, está localizado o Parque Ambiental Encontro dos Rios (Figura 6.4), que se configura como um dos principais atrativos naturais e um dos mais visitados de Teresina. No parque foi construída uma estrutura com espaço para pequenas exposições, quiosques para comercialização de produtos artesanais, um mirante onde se contempla o encontro dos rios Parnaíba e Poti e, também, o monumento referente à lenda do Cabeça-de-Cuia.

Figura 6.4: Parque Ambiental Encontro dos Rios



Fonte: Izamara Iancowich, (2021)

No local, encontra-se ainda, o Restaurante Flutuante, estruturado em um barco, localizado no rio Poti, que atrai visitantes e turistas, onde é possível conhecer pratos da culinária local. Segundo Matos *et al.* (2014, p.170), o Parque Encontro dos Rios “permite para os usuários uma vista panorâmica da confluência dos rios Parnaíba e Poti, fenômeno natural que atrai turistas e moradores de outros bairros da cidade, sendo um dos principais pontos turísticos de Teresina”.

O Parque Ambiental Encontro dos Rios é uma área de vegetação natural, criado com o objetivo de preservação ambiental permanente, promoção do ecoturismo e símbolo da cultura popular. Através da preservação de ecossistemas naturais e beleza paisagística, possibilita-se a realização de atividades de educação e recreação em contato com a natureza. No parque são desenvolvidas ações de educação ambiental, recreação, turismo, destacando-se por ser um local

de contemplação da natureza, onde é possível percorrer trilhas e observar o encontro das águas dos rios Parnaíba e Poti (SOUSA; AQUINO, 2008).

Em Teresina, encontra-se, também, o Parque Lagoas do Norte (Figura, 6.5), que é uma área destinada à interação social e a conservação do meio ambiente, surgindo como uma forma de intervenção urbanística em áreas ambientalmente vulneráveis. O espaço de convivência foi montado com várias opções de lazer, com aparelhos de ginástica para a terceira idade, playground, ciclovias, dentre outros. É constituído pelas Lagoa Cabrinha e a Lagoa do Lourival (SEMAM, 2019).

Figura 6.5: Vista do Parque Lagoas do Norte



Fonte: Izamara Iancowich (2021)

Embora tenha sido desenvolvido pensando no bem-estar da população local, os conflitos referentes às desapropriações das áreas, em que residiam moradores, duram até os dias atuais. A área total do Programa Lagoas do Norte, com aproximadamente 1.198 ha, compreende os 13 bairros da zona norte da cidade, que estão sob influência direta das lagoas e onde vivem mais de 92 mil pessoas. A decisão, para definir quais comunidades seriam mais afetadas e quais moradores fariam parte do processo de desapropriação, gerou um dos maiores conflitos de interesse na cidade. Conforme foi ocorrendo o processo de desapropriação, e foram criados os espaços destinados ao parque, a população que permaneceu local, se beneficiou, segundo a Prefeitura de Teresina, como as melhorias sanitárias e, principalmente, os incidentes relacionados às enchentes foram, até certo ponto, contidos. Sobre as famílias que foram

desapropriadas, os processos correm na justiça e, ainda, não foram concluídos, com os interessados seguindo em busca de terem seus direitos assegurados.

Sobre estes conflitos de interesse, surge a dualidade entre proporcionar o bem-estar para uma maior parcela da população e do outro lado, causar desequilíbrio em uma parcela menor, mas que sofre impactos diretos com estas mudanças.

O Parque Estação da Cidadania, situado na Avenida Frei Serafim, área central da cidade (Figura 6.6), possui amplo espaço livre, que possibilita o contato com a natureza, o lazer e a prática de esportes, abrigando, ainda, o Museu de Arte Santeira, com um acervo de, aproximadamente, 50 obras de artistas locais. O museu está instalado na antiga casa de máquinas e reparo de trens de Teresina, imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Possui, também, um anfiteatro com capacidade para 1.500 pessoas (Teresina, 2020). O parque se encontra em uma das principais avenida da cidade, possuindo boa estrutura e um considerável número de visitantes diariamente. É um dos espaços mais requisitados para a prática de esportes físicos, como os caminhos e passeios, além de ser constantemente utilizado como espaço de recreação para piqueniques e encontros com amigos, além de realização de pequenos eventos.

Figura 6.6: Parque Estação da Cidadania



Fonte: Izamara Iancowich (2021)

O Parque da Cidade (Figura 6.7) é uma unidade de preservação ambiental, cuja cobertura vegetal apresenta-se, predominantemente, formada por espécies nativas, sendo mais

de 120 espécies vegetais, apresentando uma vegetação tipicamente arbórea. Por ter sua vegetação relativamente bem conservada, proporciona conforto térmico aos visitantes, tendo em vista as elevadas temperaturas que incidem em Teresina. Constitui-se de um local para a realização de eventos culturais/ecológicos e de atividades de educação ambiental (VIANA; LIMA, 2017).

Figura 6.7: Parque da Cidade



Fonte: TV Cidade Verde (2018)

O Parque Potycabana (Figura 6.8), inaugurado em 1990, localizado na zona Leste, nas margens do Rio Poti, é um espaço público bastante visitado, voltado para realização de eventos culturais e atividades esportivas. Para Lopes *et al.* (2016, p. 86), “o parque com o passar dos anos, perdeu seus visitantes e conseqüentemente sua função, sendo abandonado, sendo necessária, então, a atenção dos gestores públicos para o local e sua revitalização”, tendo sido reinaugurado em 2013, totalmente reformulado.

Segundo Matos *et al.* (2020, p. 20), o Parque Potycabana, com a reforma de 2013, recebeu “além de novos equipamentos, pistas para caminhada, ciclismo, esportes radicais, quadras de vários tipos, dois palcos de eventos, praças de convivência, quiosques, além de espaços para atividades diárias [...], que incentivam a apropriação do lugar pelos habitantes da cidade”.

Com relação à cobertura vegetal predomina a vegetação plantada, composta em sua maioria por palmeiras e de espécies de adorno. A cobertura dos solos é composta em grande parte por asfalto e blocos de concreto, o que contribui para reduzir a infiltração da água das chuvas no solo (VIANA, LIMA, 2017).

Figura 6.8: Parque Potycabana



Fonte: Izamara Iancowich (2021)

Os parques de Teresina caracterizam-se por serem espaços destinados a interações, lazer, cultura, e possibilidade de construção de conhecimento, porém nem todos compartilham das mesmas possibilidades de interação e recreação. Destaca-se a situação do Parque Floresta Fóssil, que, representando um importante patrimônio geológico e paleontológico, apresenta sinais de degradação. E as medidas tomadas são insuficientes para inibirem ou minimizarem seus desgastes.

6.5 Análise SWOAT dos Parques

A partir da análise SWOAT (quadro 6.2) realizada, foi possível identificar que os parques apresentam características que podem ser potencializadas e transformadas em produtos turísticos. Todos os parques segundo o plano de desenvolvimento do turismo da cidade de Teresina já são configurados como atrativos turísticos da cidade, contudo encontram-se em deficiente estado de conservação, falta de infraestrutura e mau aproveitamento do seu potencial.

Quadro 6.2: Forças e fraquezas dos parques ambientais de Teresina

Principais Parques	Forças	Fraquezas
Jardim Botânico	Existência de trilhas educativas para os visitantes e um auditório para cursos, seminários e treinamentos com capacidade para 50 pessoas. Museu de Aves de Teresina	As trilhas não são estruturadas. Sinalização precária. Toda área está necessitando de conservação e ordenamento.
Floresta Fóssil	Existência de troncos fossilizados datados aproximadamente de 250 milhões de anos.	Não possui nenhuma estrutura, seja para a recepção de visitantes, seja para o estudo de suas espécies vegetais fossilizadas ou para atividade lazer e visitação. Não há sinalização, arruamento, ou mesmo isolamento da

		área com cercas apropriadas. Encontra-se em estado de abandono.
Zoobotanico	Possui estrutura de portaria e controle de acesso, é utilizado para a prática de ecoturismo com eventos de Enduro a Pé, Corrida de bicicletas, trilhas e duathlon. No Parque estão classificadas mais de 220 espécies de animais e 365 exemplares de flora. Possui uma grande lagoa e laboratório de pesquisa.	Não possui trilhas estruturadas para desenvolvimento de atividades de ecoturismo; A infraestrutura ainda precisa de investimentos, sobretudo em equipamentos para turistas (Centro de Visitação, áreas de lazer, banheiros públicos, etc.); Não existem guias turísticos permanentes; O estacionamento não é disciplinado e demarcado, inclusive para ônibus e transportes turísticos; Não está adequado ao Manual de Acessibilidade; Sinalização turística e interpretativa muito precária.
Encontro dos Rios	Possui centro de recepção ao turista, espaço para exposições, monumento, mirante, restaurante flutuante, trilhas, áreas para pesca e esporte aquático, quiosque com venda de artesanato, lanchonetes, banheiros.	Estacionamento com capacidade para 20 veículos), pouco sinalizada, o local para recepção de turistas é insuficiente para grandes fluxos. Os rios Parnaíba e Poti estão com sua qualidade de água comprometida, em função de serem os principais escoadouros dos esgotamentos sanitários domésticos da cidade, acessibilidade
Lagoas do Norte	Possui um complexo de lagoas, pista de caminhada, quadras.	Falta segurança, falta suporte de atrativos, bares, restaurantes
Parque da Cidadania	Possui um anfiteatro com capacidade para 1.500 pessoas, pista de skate, espelho d'água, museu de arte sacra	Faltam opções de lanchonetes, os quiosques estão abandonados. Pouco arborizado.
Parque da Cidade	possui trilha, tanque de compostagem, Disponibilidade de banheiros públicos, pontos de descanso e de observação; espaço para realização de atividades culturais, ecológicas e de apoio a educação ambiental. Mais de 120 espécies vegetais catalogadas; grande quantidade de invertebrados,	Infraestrutura se encontra bastante deteriorada: sinalização, trilhas e segurança, iluminação precária
Potycabana	Possui pista para caminhada, duas pistas com tratamento asfáltico para ciclismo, pistas para skate, uma de futebol society, uma de tênis, duas de badminton, duas de vôlei/futebol de areia e duas poliesportivas e dois palcos de eventos.	Quadras esportivas em péssimo estado de conservação, bancos quebrados, banheiros sem manutenção, quiosques deteriorados, além da falta de manutenção como limpeza do parque.

Fonte: Adaptado de Teresina (2014)

Os parques apresentam forças relacionadas às estruturas existentes nos parques, que se referem inicialmente à estrutura básica e de apoio às atividades de lazer e contemplação dos espaços visitados. Já as fraquezas referem-se inicialmente ao processo de gestão e manutenção dos parques. Dessa maneira, aumenta a necessidade do planejamento turístico, objetivando orientar o crescimento e ordenar as ações antrópicas no que diz respeito às instalações e facilidades necessárias para que o turismo aconteça de maneira sustentável, causando o mínimo de impactos negativos e gerando o máximo de benefícios possíveis.

O planejamento bem estruturado resulta na proteção do patrimônio histórico-cultural, na melhoria da infraestrutura da cidade, na expansão do conhecimento acerca da cultura na sociedade e a construção e fortalecimento da identidade da comunidade local, os parques de Teresina, apesar de possuírem equipamentos necessários para seu funcionamento, não apresentam estrutura específica para atender de forma satisfatória a atividade relacionada ao turismo (Quadro 6.2).

6.6 Patrimônio cultural da Cidade Teresina

O patrimônio histórico-cultural de Teresina destaca-se pela presença do acervo arquitetônico, formados pelos museus, praças, casarões do início da cidade, e edificações que são espaços destinados ao lazer e à visitação. As manifestações populares estão relacionadas as festas juninas, aos festivais de músicas e as festas carnavalescas.

O artesanato produzido na cidade é feito, principalmente de argila, e de madeira, possuindo espaços destinados para a produção e comercialização destas peças como a Central de Artesanato Mestre e Dezinho e o Polo Cerâmico do Poty Velho. O principal segmento da cidade é o turismo de negócio e eventos que movimenta bares, casas de shows, teatros, exposições, feiras, mostras, festivais, espetáculos de dança, música, e arte circense entre outros.

Os espaços culturais de Teresina são destinados a apresentações artísticas, teatrais, dança, música, exposições artísticas, literárias e de artesanato, estando divididos por zonas da cidade. A região com maior concentração desses espaços é a zona Centro da cidade, que conta com a presença do Teatro 4 de Setembro, Teatro de Arena, Teatro da Assembleia, Centro Artesanal Mestre Dezinho, Casa da Cultura, Clube dos diários, Palácio da Música, Anfiteatro do Monte Castelo, Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina, Museu do Piauí, Museu de Arte Sacra Dom Paulo Libório. Na zona Sudeste, encontra-se um local, o Teatro Municipal João Paulo II

e na zona Norte, localiza-se o Teatro do Boi. Enquanto na zona Sul de Teresina, tem-se o Museu Dom Avelar.

Sobre a localização dos espaços, considera-se que eles possuem uma boa localização, pois estão distribuídos pela cidade, embora a maior parte está localizada na zona central da cidade, o que facilita o acesso. Dessa forma, tem-se que a mobilidade urbana de Teresina permite, facilmente, ter acesso a estes lugares, mesmo para quem se encontra em regiões periféricas.

Os Teatros de Teresina, são espaços de lazer voltados para a comunidade local, onde são realizados eventos públicos e privados, como oficinas de capoeira, amostras de artes (desenho, pintura e reciclagem), bumba-meu-boi, dança e música. Dentre os teatros, o Teatro 4 de Setembro e Teatro do Boi são os mais tradicionais na cidade. A cidade também conta com o Teatro de Arena, que se diferencia por ser um espaço ao céu aberto em que acontecem eventos culturais como a festa dos violeiros e o festival de música “chapadão” (TERESINA, 2020).

Localizado na zona norte de Teresina, Teatro do Boi (Figura 6.9), levar esse nome pois em suas instalações já abrigou um abatedouro de animais. É tradicionalmente um dos espaços que mais oferecem serviços culturais da cidade por meio de oficinas de dança, teatro, música, artes visuais, capoeira, exposições, bem como a realização de diversos eventos e a apresentação de espetáculos, proporcionando uma das mais fortes expressões de cultura da cidade.

Figura 6.9: Teatro do Boi



Fonte: Izamara Iancowich (2021)

O Teatro do Boi possui sua arquitetura bem preservada, dispondo, ainda, da imagem provençal encontradas nos antigos casarões da cidade, com uma fachada clássica é possível visualizar as formas, os detalhes das portas e janelas e beirais.

O Teatro 4 de Setembro (Figura, 6.10) é o principal teatro de Teresina. o majestoso prédio impõe-se como a uma das principais obras do patrimônio histórico da cidade, localizado na Praça Pedro II, passou pelas grandes mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento urbano da cidade.

Figura 6.10: Teatro 4 de Setembro



Fonte: PiauíCult (2020)

O Museu do Piauí e a Casa da Cultura são espaços públicos destinados à conservação da memória histórica do Piauí e da cidade de Teresina. E estão localizados em frente à Praça da Bandeira, no centro da cidade de Teresina.

O Museu do Piauí, recebe a denominação de Casa de Odilon Nunes, em homenagem ao historiador, que se dedicou a estudar e escrever sobre a história do Estado do Piauí (COSTA; FREITAS, 2020). Criado em 1941, fica localizado no Centro de Teresina, na Praça Marechal Deodoro da Fonseca. É um patrimônio cultural, tombado pela Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), no ano de 1992. O prédio teve sua construção iniciada por volta de 1859, pelo Comendador Jacob Manoel Almendra. De 1873 até 1925, o imóvel abrigou a sede do governo

do Piauí. Entre 1926 a 1975 funcionou o Tribunal de Justiça. E, de 1980 até os dias atuais, após a restauração, abriga o Museu do Piauí

Embora construído já no século XIX, o atual Museu do Piauí (Figura 6.11) é um edifício de linhas retas, com características neoclássicas, pela simetria da disposição das aberturas bem marcada por pilastras. As aberturas são em arco plenas, emolduradas por cunhais em massa muito utilizada nas construções mais antigas de Teresina. O Museu é composto por cerca de 7 mil peças catalogadas, que estão distribuídas em salas permanentes vinculadas ao processo histórico do Piauí (PIAUI, 2009).

Figura 6.11: Museu do Piauí



Fonte: Izamara Iancowich (2021)

A Casa da Cultura (Figura 6.12) é um dos exemplares da arquitetura eclética piauiense, da segunda metade do século XIX. Destaca-se que um dos principais objetivos do espaço é preservar, promover e divulgar a cultura do Estado, permitindo o acesso de estudantes e de pesquisadores, por meio de visitas e consultas, ao acervo museológico, às fontes de pesquisa bibliográficas e arquivísticas, proporcionando formação cultural e lazer por meio de cursos, oficinas de arte e outras atividades culturais (TERESINA, 2020).

Figura 6.12: Casa da Cultura



Fonte: Izamara Iancowich (2021)

A Casa da Cultura é um casarão, que foi sede da antiga residência do Barão de Gurgueia, que, atualmente, abriga biblioteca, sala de vídeo, cursos de arte plástica e a orquestra de câmara. No local está em exibição um tronco removido da floresta fóssil. Embora represente um importante símbolo arquitetônico da cidade, encontra-se em estado de desgaste, tendo sua fachada totalmente degradada, sem os cuidados necessários

A Central de Artesanato Mestre Dezinho (Figura 6.13), localizado em frente ao Teatro 4 de Setembro, na Praça Pedro II, integra o complexo cultural do centro da cidade. Neste local, também funcionou a sede da Polícia Militar, durante os tempos da ditadura militar, porém, hoje, representa um espaço importante para a visita de turistas, abrigando 25 lojas de produtos artesanais. São comercializados produtos confeccionados a base de fibras, couro e talos de buriti, além de joias de opala e cerâmica da Serra da Capivara. Também, apresenta auditório para eventos, palco para shows, lanchonete, e, ainda, escola de balé e escola de música, para os moradores da cidade. Seu nome é uma homenagem a um dos mais importantes artesãos do Piauí, Mestre Dezinho de Valença, o que destaca sua importância cultural para a cidade (TERESINA, 2021).

O artesanato se caracteriza, principalmente, pelos utilitários, ornamentais e religiosos. A arte santeira e internacionalmente, através de santos, anjos e oratórios. As matérias mais comuns são cerâmicas ou argila na confecção de potes, jarros, filtros, tigelas, panelas, além de peças de

decorativas. Fibras para a confecção de cofos, esteiras, chapéus. Madeira na confecção de bancos, pilões, tecidos para a confecção de redes, tapetes, e o couro na confecção de chapes, cordas, gibão e chicotes. Destaca-se, ainda, a venda de produtos alimentícios, típicos do Piauí, como doces, cajuína e castanha de caju.

Figura 6.13: Central de Artesanato Mestre Dezinho



Fonte: Izamara Iancowich (2021)

Além da Central de Artesanato, no bairro Poti Velho, próximo ao Parque Encontro dos Rios, localiza-se, também, o Polo Cerâmico, onde os artesãos produzem peças de argila das mais variadas: mandalas, jarros, esculturas, objetos de decoração para jardins, aparelhos de jantar e até joias. Essas peças são vendidas no Centro Comercial, que abriga 23 lojas, atendendo o público local e, principalmente, os turistas.

Por ser considerado um atrativo turístico, e embora possua relevância cultural na cidade, o Polo Cerâmico, apresenta fraqueza e ameaças relacionadas às instalações de fabricação das peças cerâmicas, que estão em situação de insalubridade, pois o local de fabricação visitado tinha pouca iluminação, pouca ventilação, era pequeno e empoeirado.

A inexistência de uma marca para as peças fabricadas é outra ameaça, pois dificulta a identificação de quem fabricou o produto. É possível observar que há pouca variedade de diversificação dos produtos, o que representa uma ameaça aos produtores em relação à venda. Outra ameaça é a segurança e a limpeza, não se percebendo policiamento no local, o que torna esse ponto turístico propício a assaltos. Também, e no que tange a limpeza não existia lixeiras

para o correto descarte de lixo. Há ainda a ausência de postos com informações sobre o local, bem como, pouco conteúdo na internet para informar os turistas e moradores da cidade.

Outra fraqueza é a falta de acessibilidade em todo o polo cerâmico o que dificulta a segurança e a integridade física de pessoas, com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida que queiram frequentar o local. Por fim, outra ameaça é a falta de um ponto de apoio estruturado com bebedouros, banheiros e quiosques de alimentação.

Apesar disso, percebe-se que, também, o Polo Cerâmico, apresenta várias forças e oportunidades de melhorias como, a divulgação dos trabalhos dos artesões em redes sociais, já está é uma forma acessível de garantir que os trabalhos tenham visibilidade. Outra oportunidade é a aplicação das normas de saúde e segurança do trabalho e de meio ambiente no local da fabricação das peças de artesanato, pois estas são fundamentais para garantir a segurança dos trabalhadores e evitar acidentes. Além disso, a aquisição de locais maiores para a produção e armazenamento dos produtos pode proporcionar a melhoria na qualidade da produção das peças.

Vale ressaltar, a importância deste espaço para a divulgação do trabalho com cerâmica, que faz parte da cultura do Estado. Outro ponto é a oportunidade da inserção dos jovens da comunidade na prática ceramista, por exemplo, com a finalidade de dar continuidade à tradição do artesanato. Por fim, o uso da educação ambiental para ser realizada em parceria com a cooperativa de artesanato, com o intuito de a coletividade construir valores sociais, habilidades e competências para a conservação do meio ambiente através da prática ceramista. A divulgação do trabalho em redes sociais tem grande oportunidade para amenizar as fraquezas: inexistência de uma marca e a ausência de postos com informações no local.

Além das edificações, anteriormente apresentadas, Teresina, também dispõe de importantes sedes governamentais que formam a arquitetura da cidade como o Palácio da Cidade, que possui estilo neoclássico, iniciado em 1919 e inaugurado, em 1924, tendo abrigado a Antiga escola Normal. Desde 1984 abriga a Prefeitura Municipal de Teresina.

O Palácio de Karnak, inspirado em um tempo grego, já foi residência, mas a partir de 1926 passou a ser a sede do Governo do Estado do Piauí. Tem seus jardins projetados por Roberto Burle Marx, o mais conhecido paisagista do Brasil, e é conhecido, ainda por suas grandiosas decorações natalinas. Já o Palácio Petrônio Portela, sede da Assembleia Legislativa do Estado, foi inaugurado em 1985, contando em suas dependências com plenários, gabinetes biblioteca, restaurante e lanchonete (RODRIGUES, 2012).

As principais igrejas construídas em Teresina foram a Igreja do Amparo, que foi o primeiro templo católico edificado em Teresina, tendo no seu o marco de fundação da cidade. A Igreja São Benedito erguida no século XIX, foi construída sob a coordenação de Frei Serafim. A igreja é tombada pelo IPHAN. Hoje, infelizmente, se encontra em processo de reforma e com metade de sua estrutura comprometida pelo desgaste do tempo.

As principais Praças de Teresina são: A Praça Marechal Deodoro, antiga Praça da Constituição, conhecida, também, como Praça da Bandeira, em que se encontra o marco da fundação da cidade e a Igreja do Amparo. No seu entorno encontram-se, além dos prédios mais antigos da cidade, como o prédio da Prefeitura, o primeiro hotel do Piauí e de Teresina, o Luxo Hotel. A Praça Saraiva homenageia o fundador de Teresina, sendo uma das mais arborizadas de Teresina. Nela se encontra a catedral de Nossa Senhora das Dores. Já a Praça Pedro II, compõe configura-se como centro cultural da cidade, tendo no seu entorno, nela se encontra o Teatro 4 de setembro, a edificação do cine Rex, o primeiro cinema de Teresina e a Central de Artesanato Mestre Dezinho. A Praça Pedro II é conhecida, também, por abrigar vários eventos culturais, que costumam acontecer no local.

É importante, ainda, destacar a cultura piauiense, que é resultado da união de tradições dos portugueses, dos índios e dos negros (RODRIGUES, 2012). Os aspectos culturais do Piauí reúnem danças, cantos, costumes, mitos, poesias, crendices e suposições populares. No Parque Encontro dos Rios, por exemplo, encontra-se o monumento Cabeça de Cuia (Figura 6.14), considerada a lenda mais popular de Teresina. O dia do cabeça de cuia é comemorado, desde 2003, na lua cheia do mês de abril.

Figura 6.14: Monumento Cabeça de Cuia - Parque Encontro dos Rios



Fonte: Izamara Iancowich (2021)

A história retrata a vida de um pescador, chamado Crispim, que morava com sua mãe viúva na vila do Poti. Certo dia, voltando para casa sem haver pescado nada, se enraivece e, agride sua mãe com um “corredor” de ossada, que ela havia preparado. Caída no terreiro, antes de morrer ela lança uma maldição: “será transformado em um mostro, filho ingrato”. O encanto só será quebrado se tragar sete marias virgens Magalhães (2011, p. 156)

Segundo a SEMDEC/PI, (2017), das pessoas que chegam na cidade, 51,6% estão visitando a cidade de Teresina, por motivos de negócios e trabalho, 1,0% por motivos de Saúde, 5,3% por Eventos, 0,3% para Intercâmbio/ Estudos 22,8% e para visita a parentes/amigos, enquanto 15,8 % visitam a cidade para Passeio/Férias. Desta forma, como o número de turistas na cidade se caracteriza principalmente meio da realização de negócios, eventos, feiras e congressos, relacionados aos principais setores econômicos do estado, é necessário aumentar o tempo de permanência e consumo deste turista na cidade, oferecendo mais opções culturais e de lazer, gastronômicas, de compras e de artesanato, referentes à produção do estado.

Assim, investir nos os recursos naturais e culturais de Teresina, pode ser uma alternativa para a permanência do turista na cidade, além de fazer circular a economia e valorizar o patrimônio da cidade.

6.7 Considerações Finais

Na cidade de Teresina é possível encontrar atrativos naturais e culturais, que possuem possibilidades de desenvolvimento de atividade turística. Contudo, considerando as condições

estruturais, formados principalmente por parques, é necessário que sejam realizadas revitalizações para ampliar a oferta de serviços.

Assim, nos serviços relacionados ao turismo, embora o necessário seria reformular o planejamento de forma que este atendesse tanto o turismo, quanto à comunidade, sabe-se que provavelmente, não se tenha recursos financeiros para essas melhorias, considerando principalmente a realidade da atividade turística em Teresina.

Atualmente, Teresina praticamente não apresenta bom aproveitamento de seu potencial turístico histórico, por exemplo, locais como o Museu Dom Avelar é praticamente desconhecido, até pelos moradores da cidade, quase não estando inserido nos dados da prefeitura.

Considerando que o turismo é um dos principais meios para se chegar até o desenvolvimento e proteção dos patrimônios, faz-se necessário que haja articulação estrutural de suas principais potencialidades com as condições dadas pelo contexto local e pela estrutura turística.

O uso destes espaços, no contexto ambiental, também, precisa ser reformulado. É necessário que medidas referentes ao planejamento sejam consideradas, pois todos os parques de Teresina foram instituídos com a finalidade de possibilitarem proteção ambiental para as áreas em que foram inseridos. Os parques possuem caráter educativo, relacionado, principalmente, às discussões sobre gestão ambiental e proteção do meio ambiente, além de valores culturais e características específicas, encontradas muitas vezes, somente, nesses parques. Desta forma, cabe, principalmente à gestão pública, incentivar à reestruturação e manutenção dos parques, em busca de estabelecer valores ambientais que sejam positivamente correlacionados com a criação desses espaços.

Desta forma, acredita-se que a atividade turística, se bem desenvolvida em Teresina, seja capaz de gerar benefícios para todos os envolvidos, ou seja, resulta em uma ferramenta para o desenvolvimento local, com potencial de exploração de tal atividade. E, mesmo sendo uma atividade com grandes perspectivas de progresso, ainda apresenta fatores de risco, em especial quanto a sua gestão.

A atividade turística ainda é remetida a uma ideia unicamente de geração de renda e trabalhos rápidos e não como prática social e econômica, para que seja uma forte ferramenta de desenvolvimento, de proteção ao meio ambiente e de valorização dos aspectos culturais.

A gestão do turismo consiste em ordenar as ações do turista sobre o território, de forma a construir um espaço que contenha equipamentos, que facilitem a ocupação turística e da comunidade receptora, a fim de constituir um espaço ordenado da atividade.

6.8 Referências

AGUIAR, B.; SILVA, H.; VIEIRA, M.; ALMEIDA, P. Parques urbanos em Teresina-PI: o ócio criativo como função urbana. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 6353-6373, feb. 2020

BARRADAS, Moema Tais Teixeira; NUNES, Priscila Barbosa; LOPES, Lara Cito. A importância do viveiro de plantas do jardim botânico de Teresina (PI) como instrumento criador de áreas verdes. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 5, 2018.
BENI, M. C. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Turismo: Visão e Ação**, v. 6, n. 3, p. 295-306, 2004.

BETTI, Patricia; DENARDIN, Valdir Frigo. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. **Caderno Virtual de Turismo**, n.19 v.1, 2019.

BRAGA, S. de S.; CAMPOS, G. V. M. de; BARBOSA, M. F. P.; MALTA, G. A. P. A expansão urbana e novas centralidades no contexto regional metropolitano: reflexões sobre geografia urbana e turismo. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 11 n.1, pp. 137-156, jan-mar, 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Parnaíba e São Francisco (CODEVASF). **Plano de Ação Integrado e Sustentável para a RIDE Grande Teresina. Produto II: Diagnóstico Situacional Participativo**. CODEVASF, Governo do Estado do Piauí. Teresina: Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2014. Disponível em: https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/09/Ride-_Diagnostico-Situacional-Participativo-1.pdf. Acesso em :05 abr. 2020

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em; 12 dez. 2022.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Hospitalidade, turismo e lazer. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 3, p. 1-15, 2019.

COSTA, D. P; FREITAS A. A. A Piauiensidade como Identidade Cultural na Formação de Pedagogos: Relato de Experiência do Projeto de Visita Ao Museu do Piauí. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 16, e2015412, p. 01-19, 2020.

COSTA, L. S. C.; VIANA, B. A. S. Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Universidade Federal do Piauí, v.8, n. 1, p.144-156, jan. / jun. 2020.
GASPAR, J. Futuro, Cidades e Território. **Finisterra**, Lisboa, n. 101, p. 5-24, abr., 2016.

LIMA, I. T. L. S.; GUIMARÃES, M. R. C. Práticas de atividades turísticas em Unidades de Conservação: o contexto dos parques urbanos em Manaus – AM. **Caderno Virtual de Turismo**, n.19 v.1, 2019.

LOPES, L. C.; LOPES, W. G. R.; DANIEL, L. S.; FONTENELE, D. R. Contribuição das transformações de espaços públicos no desenvolvimento sustentável das cidades: o caso do Parque Potycabana, em Teresina, Piauí. In: TRUPPEL, N. R.; CONSTANTINO, K. G. B.; MATTOS, K. A. (org.). **Espaços livres de uso público na cidade contemporânea**. Tupã, SP: ANAP, 2016. p. 77-96.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. A lenda do Cabeça-de-Cuia: estrutura narrativa e formação do sentido. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. v. 7, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2011.

MATOS, Karenina Cardoso; FALCÃO, Ana Luiza Soares; LOPES, Wilza Gomes Reis; SANTIAGO, Denise Rodrigues; SAMPAIO, Ingrid Mendes Ribeiro. Importância dos planos urbanísticos e espaços livres para a sustentabilidade urbana: estudo na Cidade de Teresina, Piauí. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, e859108290, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8290>.

MATOS, Karenina Cardoso; LOPES, Wilza Gomes Reis; MATOS, I. C.; AFONSO, Sonia. Os parques ambientais de Teresina como eixos lineares do sistema de espaço público. **Paisagem e Ambiente**, n. 33, p. 165-180, 2014.

QUARESMA, R. L. S.; CISNEROS, J. C. O Parque Floresta Fóssil do Rio Poti como ferramenta para o ensino de paleontologia e educação ambiental. **Terræ**, v.10, n. 1-2, p. 47-55. 2013.

SAVOIA S. C.; COELHO I.; LIMA F. B. C. Linha Turismo de Curitiba: políticas urbanas e imagens da cidade. **MÉTIS: história & cultura** – jan./jun. 2019.

SERENA, Ilanna; NASCIMENTO, Naftaly. Parque Zoobotânico de Teresina reabre após quase um ano de reforma; fotos. **G1 Piauí**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/06/11/parque-zoobotanico-de-teresina-reabre-apos-quase-um-ano-de-reforma-fotos.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SILVA NETO, Miguel da; ANDRADE, Kennely de Oliveira França; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. O Parque Floresta Fóssil em Teresina/PI. In: SEABRA, Giovanni (org.). **Educação Ambiental - o desenvolvimento sustentável na economia globalizada**. Ituiutaba/MG: Barlavento, 2020, v. 1, p. 1269-1278.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de conservação**: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional. 2. ed. Ampliada. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000.

SOUSA, C. R.; AQUINO C. M. S. Proteção ambiental e turismo no Parque Ambiental Encontro dos Rios, Teresina/PI. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n° 3, 2007.

TERESINA, Prefeitura Municipal de Teresina, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – TERESINA**. Setembro/2011. Disponível em: https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/05/plano_de_desenvolvimento_integrado_do_turismo_sustentavel.pdf. Acesso em: 09 abr. de 2020.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Programa de Melhoria da Qualidade de Vida e da Governança Municipal de Teresina Programa Lagoas do Norte – FASE II**. TERESINA, nov. 2014.

TERESINA, Secretaria de planejamento (SEMPLAN). **Teresina participativa a cidade que temos**. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/07/THE-Participativa-A-Cidade-que-Temos.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TERESINA, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAN). **Município de Teresina Piauí**. Disponível em: <http://www.teresina-pi.gov.com.br/noticias/semam/> acessado em: nov. 2019.

TERESINA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC). **Atrativos turísticos de Teresina**. Disponível em: <https://semdec.teresina.pi.gov.br/atrativos-turistico/> acessado em: ago. 2020.

VASCONCELOS, M. V.; LIMA, I. M. M. F.; MORAES, M. V. A. R.; Floresta Fóssil do Rio Poti em Teresina, Piauí: Porque não Preservar? **Revista Equador**, Teresina, v. 5, n. 3, Edição Especial 02. p. 239-259, 2016.

VIANA, A. I. G.; LIMA, I. M. M. F. Parques ambientais urbanos de Teresina, Piauí: ambiente, conservação e uso pela população local. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 17. **Anais...** Campinas, 2017, Campinas: Instituto de Geociência, 2017.

WANG, K.-J.; HONG, W.-C. Competitive advantage analysis and strategy formulation of airport city development-The case of Taiwan. **Transport Policy**, v. 18, n. 1, p. 276–288, 2011

7 CONCLUSÕES

A partir do exposto, e compreendendo a realidade do Polo Teresina é possível afirmar que a atividade turística incorporada como fator de desenvolvimento pode ser um gerador de divisas para pequenos municípios, mas tem o seu desenvolvimento comprometido pelo baixo dinamismo econômico. Pela participação nas políticas federais e estaduais, esperava-se que o turismo fosse uma atividade bem estruturada e economicamente importante para o polo.

O cenário do turismo é ainda embrionário e depende da articulação política que estimule o desenvolvimento turístico no Polo Teresina. A representatividade do turismo no âmbito de Teresina, que ainda não apresenta resultados significativos, sobrevive com poucos segmentos como eventos, hotelaria e alimentos que oferecem dinamismo para o turismo.

Como efeito, no que tange às medidas tomadas pela gestão, algumas participações em políticas nacionais ocasionaram ao estado participar das estatísticas de distribuição de investimentos. Contudo não garantiram uma efetiva competitividade para participar economicamente de geração de divisas e compor a estrutura econômica. Em suma, os dados e as análises, obtidos nesta pesquisa, indicam que o turismo no Polo Teresina necessita de maior atenção.

Embora seja uma região inserida em políticas nacionais de turismo, o Polo Teresina não atingiu o mesmo nível de desenvolvimento que outros os polos turísticos, que contemplam as capitais nordestinas, não possuindo uma imagem definida, e, portanto, não conseguindo ser um polo competitivo no cenário regional e nacional. Entretanto, é importante ressaltar a existência da atividade turística, principalmente nas cidades, de Teresina e Santa Cruz dos Milagres, a partir de sua riqueza cultural e local, que podem ser melhor trabalhadas e desenvolvidas.

As características do Polo Teresina, juntamente com o levantamento das potencialidades turísticas demonstram, por um lado, a insuficiência de estrutura para implementar um turismo planejado, que possa ser apresentado como um indicador de desenvolvimento.

Ressalta-se, ainda, que os segmentos turísticos identificados estão desprovidos de estrutura básica para atendê-los. Assim, constata-se que embora o objetivo primordial de um polo de turismo fosse estimular o turismo, por meio do gerenciamento e descentralização de políticas, não foram contempladas ações com o objetivo de identificar a eficiência da gestão pública em conseguir estruturar o turismo no Polo Teresina. Contentou-se, desta forma, que as ações em nível estadual não estão amparadas para garantir o fortalecimento do turismo.

A despeito dos recursos naturais e culturais, do município de Teresina, destaca-se que a sua composição está relativamente próxima do esperado para atender a demanda turística.

Apresenta-se adequada distribuição de recursos capazes de receber o principal segmento que existe no município. Assim, também, o fato destes recursos poderem aparentar-se com capacidade de atender o turismo não é desconsiderada a necessidade de ajusta-los para atender um possível aumento na demanda.

Tem se, hoje, em Teresina, uma quantidade significativa de parques urbanos, estruturados, em sua maioria para atender, apenas, a demanda da população local, mas que apresenta um considerável potencial para a atividade turística.

Considerando sua formação geográfica, desponta como a única capital nordestina que não se encontra no litoral. O que torna compreensível observar seu desenvolvimento como um processo mais lento e menos desenvolvido.

Observa-se que no cenário regional, o Polo Teresina, não atingiu níveis de desenvolvimento, como outros polos turístico das capitais do Nordeste, principalmente, por estarem inseridas em áreas litorâneas e terem uma economia relativamente mais forte, não só no setor turístico. Em síntese, foi constatado que para que o desenvolvimento ocorra é necessário melhorar a capacidade de atração de serviços e produtos, que dinamizem a economia local e a torne atrativa para a expansão de atividade turística.

Assim, ressalta-se que neste trabalho não foram esgotadas as discussões, mas espera-se contribuir com os assuntos relacionados ao turismo em Teresina, em específico no polo Teresina. Sugere-se, ainda, que trabalhos futuros ampliem a temática abordada, realizando um comparativo mais profundo sobre as disparidades no turismo do Piauí, quando comparados com outros estados nordestinos.

REFERÊNCIAS

- ABDO, M. P.; PALHARES, R. H. Turismo e desenvolvimento econômico: a importância da cartografia turística para o município de Cordisburgo – MG. **Caderno de Geografia**, v.26, n. 1, 2016.
- ABUMANSSUR, E. Turismo religioso e identidade nacional. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 16, n. 49, p. 88-106, jan./abr. 2018.
- AGUIAR, B.; SILVA, H.; VIEIRA, M.; ALMEIDA, P. Parques urbanos em Teresina-PI: o ócio criativo como função urbana. **Brazilian Journal of Development.**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 6353-6373, feb. 2020
- ALDRIGUI, M. Turismo urbano: um olhar para o quase invisível. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 4, maio, 2017.
- ALMEIDA, A. F.; JARDIM, M. A. G. Atuação da comunidade local nas políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. **Revista Brasileira de Geografia Física**. v.12, n.5, 2019
- ALMEIDA, M. V. Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras. **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 3, p. 541-561, 2009.
- ARAÚJO, E. F. Turismo: entre o urbano e o metropolitano alguns apontamentos socioespaciais em Fortaleza, CE. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoducionais**, v. 7, n. 12, p. 80-90, 2016.
- ARRAIS, E. L.; SILVA, A. F. A Intersetorialidade Nas Políticas De Turismo No Estado Do Ceará: Um Estudo de Caso nos Governos de Cid Gomes e Camilo Santana. *In*: SILVA, A. E.; LIMA, M. R. (org.). **Temas contemporâneos em gestão pública e políticas de desenvolvimento**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2019.
- AULICINO, M. P. Turismo e desenvolvimento regional: um estudo no Estado de São Paulo. **Turismo em Análise**. v. 22, n.1, p. 220-234, 2011.
- BADARÓ, R. A. L. **Turismo e direito: convergências**. Senac, São Paulo, 2014.
- BANCO DO NORDESTE, **Um Balanço do PRODETUR desde sua implementação nos anos 1990**. 2017. Disponível em: http://cilitur.com.br/cilitur/arquivos/apresentacao_prodetur_ne_bnb_cilitur_final-311017.pdf. Acesso em: 20 de maio 2020.
- BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 14, p. 107-114, 2005.
- BARRADAS, M. T. T.; NUNES, P. B.; LOPES, L. C. A importância do viveiro de plantas do jardim botânico de Teresina (PI) como instrumento criador de áreas verdes. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 5, 2018.
- BARRETTO, M. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Coleção turismo. Campinas: Papyrus, 2008.

BENI, C. M. **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão, desenvolvimento regional e rede de produção de clusters**. Barueri, Manole, 2012.

BENI, M. C. **Políticas e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, M. C. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Turismo: Visão e Ação**, v. 6, n. 3, p. 295-306, 2004.

BETTI, P.; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. **Caderno Virtual de Turismo**, n.19 v.1, 2019.

BRAGA, A. Devoção, lazer e turismo nas romarias de Juazeiro do Norte, CE: reconfigurações romeiras dos significados das romarias a partir de tensões entre as categorias turismo e devoção. **PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA**, n, v. 1, n. 1, p. 149-161, jul./dez., 2010.

BRAGA, D. C. Turistas de Negócios na Cidade de São Paulo: um estudo de demanda segmentada. **Turismo em Análise**, v. 17, n. 1, p. 85-107, maio 2006.

BRAGA, S. de S.; CAMPOS, G. V. M. DE; BARBOSA, M. F. P. & MALTA, G. A. P. A expansão urbana e novas centralidades no contexto regional metropolitano: reflexões sobre geografia urbana e turismo. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, n. 11, v.1, p. 137-156, jan./mar., 2019.

BRAGA, S. de S.; CAMPOS, G. V. M. de; BARBOSA, M. F. P.; MALTA, G. A. P. A expansão urbana e novas centralidades no contexto regional metropolitano: reflexões sobre geografia urbana e turismo. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 11 n.1, pp. 137-156, jan-mar, 2019.

BRASIL, Ministério Do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, agosto de 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2019. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapapdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília - DF, 2019.

Disponível em:

http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapapdf. Acessado em 07de jun. 2021.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Regionalização, sensibilização e mobilização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2019. Disponível em:

<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/mtur-cartilha-promocional-final.pdf>. Acesso em 03 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Parnaíba e São Francisco (CODEVASF). **Plano de Ação Integrado e Sustentável para a RIDE Grande Teresina. Produto II: Diagnóstico Situacional Participativo**. CODEVASF, Governo do Estado do Piauí. Teresina: Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2014. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/09/Ride-Diagnostico-Situacional-Participativo-1.pdf>. Acesso em :05 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cresce a participação do Turismo no PIB nacional**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/cresce-a-participacao-do-turismo-no-pib-nacional>. Acesso em: 03 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas de turismo Brasil - Ano base 2018**. Mtur, Brasília-DF 2019. Disponível em: http://dadosefatos.turismo.gov.br/images/demanda/Estatisticas_Basicas_2017_2018.pdf. Acesso em: 09 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes**. Brasília, 2013. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em 03 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia: Orientações Básicas**. 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Sol_e_Praia_Orientaxes_Basicas.pdf. Acesso em 20. ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em; 12 jan. 2022.

BRASILEIRO, M. D. S. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In BRASILEIRO, M. D. S., MEDINA, J. C. C., CORIOLANO, L. N. (org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 75-98.

CABRERA PÉREZ, S. L. Análises del turismo urbano como sistema funcional. Caso de estudio: turismo urbano em Quito, Ecuador. **Territorios en formación**. n.13, p.114-131. nov. 2018

CAMARGO, L. O. de L. Hospitalidade, turismo e lazer. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 3, p. 1-15, 2019.

CAMURÇA, M. A.; GIOVANNINI JR, O. Religião, patrimônio histórico e turismo na Semana Santa em Tiradentes (MG). **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20, p. 225-247, 2003.

CARDOSO, F. B.; CASELLI, Francisco de Tarso Ribeiro. Análise de Gestão Ambiental em hotéis do estado do Piauí. **Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v.14, n. 8, 2019.

CAVALCANTE, J. S. Esfera pública: patrimônio cultural e políticas públicas de turismo em Roraima. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico**, n. 5, n. 3, 2019

CERRO, F. L. La evaluación del potencial turístico en un proceso de planificación: el Canal de Castilla. **Estudios Turísticos**, n. 116, p. 49-85, 1992.

CESAR, P. de A. B.; VIANNA, A. A. Aparecida (SP): a formação socioespacial do atrativo religioso. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.149-166, ago. 2015.

CONHEÇA O PIAUÍ. **Casa Grande da Fazenda Ininga, um museu colonial em José de Freitas**. 2019. Disponível em: <https://www.conhecaopiaui.com/noticia/casa-grande-da-fazenda-ininga-um-museu-colonial-em-jose-de-freitas>. Acesso em: 20 jun. 2021

CONTI, B. R.; LAVANDOSKI, J. Caminhos para o desenvolvimento turístico em Maricá, **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro. v. 19, n. 1, 2019.

CORDEIRO, I.; KÖRÖSSY, N. Quando as políticas públicas de turismo sustentável ignoram a dimensão social: reflexões a partir do estudo caso de Fernando de Noronha (Pernambuco – Brasil). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 40-56, 2018.

COSTA, D. P; FREITAS A. A. **A Piauiensidade Como Identidade Cultural Na Formação De Pedagogos: Relato De Experiência Do Projeto De Visita Ao Museu Do Piauí**. Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 16, e2015412, p. 01-19, 2020.

COSTA, Ê. R. P. et al. Análise do potencial turístico do Polo Seridó, Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Turismo: Estudos e Práticas**, v. 9, n. 1, 2020.

COSTA, E. R. P., FARIAS, M.; TAVEIRA, M. S.; NASCIMENTO, M. A. L. Análise do potencial turístico do Polo Seridó, Rio Grande do Norte, Brasil. **Turismo: Estudos & Práticas** (UERJ), Mossoró/RN, v. 9, n.1, p. 1-21, 2020.

COSTA, L. S. C.; VIANA, B. A. S. Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Universidade Federal do Piauí, v.8, n. 1, p.144-156, jan. / jun. 2020.

COUTINHO, A. C. A.; MELO, M. A. W. S. Análise das influências e contribuições de John Tribe para a teoria do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo-RTC**, Natal, v.4, Ed Especial, p.135-156, abr. 2016.

CRUZ, R.C. A. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. **Confins**, n. 44, 2020.

CUNHA, L. Avaliação do potencial turístico. **Cogitur, Journal of Tourism Studies**, v. 1, n. 1, 2008.

DANTAS, E. W. C. O Nordeste desconstruído ou reconstruído? **Confins**, n. 501, set. 2019.
DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas.2008.

DUARTE, C. M.; PEREIRA, A. M. B.; PEREIRA, P. S.; BARROS, L. M.; DUARTE, A. E. A religiosidade e o turismo em uma cidade do interior do Ceará. **InterScience Place**, v. 11, n. 2, p.136-191, abr./jun., 2016.

DUDA, J. I. M.; ARAUJO, L. M. Polos de turismo no nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez de conhecimento. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 3, p. 204-218, 2014.

EDWARDS, D.; GRIFFIN, T.; HAYLLAR, B. Urban Tourism Research: Developing an Agenda. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 4, pp.1032-1052, 2008.

FAGUNDES, C. ASHTON, M. S. G. A Oferta Turística em Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil: O Potencial Criativo como Diferencial Competitivo. **Rosa dos Ventos**, v. 8, n. 1, 2016.

FLORES, L.C.S.; MENDES, J.C. Perspectivas do Destino Turístico: repensando o sentido do conceito. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 8(2), pp.222-237, maio/ago. 2014.

FREITAS, E. da S. LIMA, J. C. F. COELHO, S. D. Hotelaria diferenciada em capitais do nordeste do Brasil para tripulantes de uma companhia aérea. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Vol. 17 n. 1. Págs. 129-141.

GASPAR, J. Futuro, Cidades e Território. **Finisterra**, Lisboa, n. 101, p. 5-24, abr., 2016.

GOMES, B. M. A.; PESSALI, H. F. Turismo em Curitiba, PR: um histórico de sua institucionalização no setor público. **Revista Turismo: Visão e Ação**, v. 19, n. 2, p. 244-269, maio/ago., 2017.

GONZÁLEZ, A. F. T. La tecnología en el turismo del siglo XXI. **International Journal of Information Systems and Tourism**, v. 4, n. 2, p. 35-55, 2019.

GONZÁLEZ, L. M.; RIVERO, M. S.; GALLEGO, J. I. R. Priorización de las políticas públicas de turismo de un destino a partir de la identificación de sus ventajas y desventajas competitivas: el caso de extremadura. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, n. 53, 2019.

IBGE. **Pesquisa de serviços de hospedagem: 2016**. IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INFRAERO. **Anuário Estatístico Operacional 2018**. Brasília, 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas e Dados. **Atividades Características do Turismo (ACTs)**. Disponível em: <http://extrator.ipea.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

JUSTINO E. F., SILVA, M. E. Turismo nas cidades interioranas como possibilidade de desenvolvimento local: estudo de caso de Ibirajuba – PE. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 14, n. 4, 2018.

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, E., MANGIALARDO, J., COSTA, L.; SILVA, R., BONINI, Políticas Públicas de Turismo no Brasil. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 8, n. 4, 2019.

LIMA, I. T. L. S; GUIMARÃES, M. R. C. Práticas de atividades turísticas em Unidades de Conservação: o contexto dos parques urbanos em Manaus – AM. **Caderno Virtual de Turismo**, n.19 v.1, 2019.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: Conceitos, Modelos e Sistemas**. São Paulo: Aleph, 2012.

LOPES, Wilza Gomes Reis; MATOS, Karenina Cardoso, LEITE; Nícia Bezerra Formiga, SILVA, Deisy Nayanny de; NOGUEIRA, Rochelle Hermenegilda Nunes. Importância cultural de praças centrais urbanas: praça Marechal Deodoro da Fonseca, em Teresina, Piauí. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**. v. v. 3, n. 4, p. 3792-3807, out./dez. 2020. <https://doi.org/10.34188/bjaerv3n4-080>

LOPES, L. C.; LOPES, W. G. R.; DANIEL, L. S.; FONTENELE, D. R. Contribuição das transformações de espaços públicos no desenvolvimento sustentável das cidades: o caso do Parque Potycabana, em Teresina, Piauí. In: TRUPPEL, N. R.; CONSTANTINO, K. G. B.; MATTOS, K. A. (org.). **Espaços livres de uso público na cidade contemporânea**. Tupã, SP: ANAP, 2016. p. 77-96.

LOPES. T. H. C. R.; SPINOLA, C. DE A.; SOUZA L. N.; R. B. R. Determinantes do crescimento do emprego no setor de turismo no Nordeste: 2006-2015. **Revista Ibero-americana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 9, n. 1, jun. 2019.

LUNAS, D. M. A. V.; SILVA, M. C. F. INÁCIO, C. P. TORRES. C. V. Impactos do turismo de eventos num destino de ecoturismo: renovação da oferta turística no município de bonito/ms. **Revista Entrelugar**, v. 9, n. 18, 2018.

MACEDO, E. M.; ROCHA, A. M. Percepção da população local sobre o fenômeno turístico: análises e reflexões, Teresina- PI. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. 13, n.2, p. 391-404, ago. 2016.

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 5, n. 2, p. 226-247, ago. 2011.

MAGALHÃES, M. S. R. A lenda do Cabeça-de-Cuia: estrutura narrativa e formação do sentido. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. v. 7, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2011.

MALTA, G. A. P.; BRAGA, S. S.; BARBOSA, M. F. P. Concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza. **Rev. Bras. Pesq. Tur.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 16-31, ago. 2019.

MARIA, M. Distribuição do crédito pelo Banco do Nordeste do Brasil para o setor turístico privado, no período 1998-2004. **Cadernos CEPEC**, v. 5, n. 11, p. 7-12, abr. 2016.

MARTINS, J. A. C.; SILVA, F. P. S.; MATTA, A. E. R.; MARTINS, L. S. Turismo na Bahia: processo de interiorização, políticas públicas e início da implementação do Turismo de Base Comunitária no Povoado Alto em Tucano-BA. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 32, p. 195-205, 2019.

MATOS, K. C.; FALCÃO, A. L. S.; LOPES, W. G. R.; SANTIAGO, D. R.; SAMPAIO, I. M. R. Importância dos planos urbanísticos e espaços livres para a sustentabilidade urbana: estudo na Cidade de Teresina, Piauí. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, e859108290, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8290>.

MATOS, Karenina Cardoso; LOPES, Wilza Gomes Reis; MATOS, I. C.; AFONSO, Sonia. Os parques ambientais de Teresina como eixos lineares do sistema de espaço público. **Paisagem e Ambiente**, n. 33, p. 165-180, 2014.

MELO, L. F. A.; MELO J. A. M. Metodologia de avaliação socioeconômica de projetos turísticos integrados - uma aplicação ao projeto de apoio turístico de Santa Cruz dos Milagres. **Revista Negócios em Projeção**. v. 2, n. 3, p. 15-37, out., 2011.

MILLER, G.T. **Ciência ambiental**. São Paulo: Cenger Learning, 2008.

MOURA, R. O turismo no projeto de internacionalização da imagem de Curitiba. **Turismo-Visão e Ação**, v. 9, n. 3, p. 341-357, 2007.

OLIVEIRA, F. S. Turismo sustentável e riqueza social: bases para o desenvolvimento da economia local. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 16, n. 2, p. 03-28, maio 2019.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

ORTEGA, I. M.; DID, L.; BRITO, M. R.; SALLES, M. R. R. Turismo religioso em Aparecida do Norte, SP: infraestrutura de hospedagem do ponto de vista do visitante. **TURyDES**. v. 6, n. 14, jun., 2013.

ORTEGA, J. L. C.; MALCOLM, C. D. Touristic Stakeholders Perceptions about the Smart Tourism Destination Concept in Puerto Vallarta, Jalisco, Mexico. **Sustainability**. v. 12, n. 5, 2020.

PAIVA, M. G. M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 197 a 213, dez. 2010.

PATULEIA, M. O turismo residencial e os resorts integrados no pólo de desenvolvimento turístico do Oeste: estratégias de desenvolvimento, **Dos Algarves**, v. 20, p. 04-22, 2011.

PIAUI. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – Polo Teresina**. Teresina, 2014 Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp->

content/uploads/sites/39/2018/05/plano_de_desenvolvimento_integrado_do_turismo_sustentavel.pdf. Acesso em 20 jul. 2021.

PIMENTEL, M. R.; CASTROGIOVANNI, A. C. O urbano e o turismo: uma construção de mão dupla. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 43, n. 2, dez., 2016.

PIMENTEL, T. D.; CARVALHO, F. C. C.; OLIVEIRA, M. C. B. Centros de pesquisa em turismo no MERCOSUL: distribuição, ênfases e possíveis interações como fator de desenvolvimento. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 321-344, jan. 2018.

PINHEIRO, I. F. S.; MARACAJÁ, K. F. CHIM-MIKI. A. F. Política Pública De Regionalização Do Turismo: Um Estudo Sobre A Participação Social No Polo De Turismo Seridó. **Turismo, Visão e Ação**, v. 22, n. 1, jan./abr., 2020.

PINTO, M. J. A. Destinos Turísticos Inteligentes: o caso de Curitiba/PR (Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 1-22, set./dez., 2017.

PINTO, M. J. A.; NAKATANI M. S. M. O papel do planejamento urbano no desenvolvimento de Curitiba em um destino inteligente. **Revista Turismo & Cidades**. São Luís, v.1 n.2, jul./dez., 2019.

PINTO, P., LOPES, L., PALACIO, G. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e turismo na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru. **Amazônia Investiga**, v. 8, n.24, 2019.

PORTUGUEZ, A. P.; ALVES, V.S. O crescimento da classe média interiorana do Brasil e seus impactos sobre o turismo interno. **Observatório de Lá Economia Latino-americana**, n. 189, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – TERESINA**, 2014.

QUARESMA, R. L. S.; CISNEROS, J. C. O Parque Floresta Fóssil do Rio Poti como ferramenta para o ensino de paleontologia e educação ambiental. **Terræ**, v.10, n. 1-2, p. 47-55. 2013.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **RBTUR**, São Paulo, v.14, n.1, p. 1-13, jan./abr. 2019.

RIBEIRO, C. M. Turismo religioso: fé, consumo e mercado. **E-Revista Facitec**, v. 5, n. 1, p. 1-37, 2010.

RIGOLDI, A. G. M., CREMONEZI, G. O. G., SOLHA, K. T., SPERS, V. R. E. VIEIRA, M. T. O bacharel em Turismo e as políticas públicas de Turismo: o caso das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 1, p. 169-191. 2020.

ROCHA, F. P.; ROCHA, J. R. de S. Percepção socioambiental de pescadores artesanais do entorno da barragem do bezerro, José de Freitas, Piauí. In: SOARES, Maria José Nascimento; ALMEIDA, Ronise Nascimento de; DANTAS, Jonielton Oliveira; GOMES, Laura Jane;

GALVÍNCIO, Josiclêda Domiciano (org.). **Rede Prodema em ação nas Ciências Ambientais**. Aracaju: Criação, 2018. p.147-165.

RODRIGUES, C. G. O.; ABRUCIO F. L. Os valores públicos e os desafios da responsabilização nas parcerias para o turismo em áreas protegidas: um ensaio teórico. **Turismo - Visão e Ação**, Itajaí, v. 22, n. 1, 2020.

ROSA, L. H. P. Complexo Cultural Bumba-meu-boi: análise da imaterialidade no turismo cultural maranhense. **Revista Turismo & Cidades**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 3-17, jan./jun. 2019.

SANTOS, A. F.; FAXINA, F. Estado de São Paulo (Brasil): Caracterização da gestão pública setorial de turismo na atualidade. Ponta de Lança: **Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 13, n. 24, p. 91-110, 31 ago. 2019.

SANTOS, F. M. et al. **Geografia: Publicações Avulsas**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 2, n. 1, p. 235-252, jan./jun. 2020.

SANTOS, G. N. C.; INÁCIO, J. B. Observatório do turismo e big data: a importância da informação e da tecnologia no desenvolvimento de destinos turísticos inteligentes e sustentáveis. **Caminhos da Geografia**, v. 19, n. 65, mar. 2018.

SANTOS, S. R.; TEIXEIRA, M. G. C. Análise do plano de desenvolvimento turístico do estado do Maranhão: potencialidades e entraves na gestão de polo turístico. **Turismo-Visão e Ação**, v. 11, n. 2, p. 218-241, 2009.

SAVOIA S. C.; COELHO I.; LIMA F. B. C. Linha Turismo de Curitiba: políticas urbanas e imagens da cidade. **MÉTIS: história & cultura** – jan./jun. 2019.

SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local. **CULTUR**, v. 09, n. 01, p. 36-59, 2015.

SEBRAE. **Plano estratégico de desenvolvimento do turismo no Piauí, 2012-2020**. SEBRAE/PI: Teresina, 2012.

SERENA, Ilanna; NASCIMENTO, Naftaly. Parque Zoobotânico de Teresina reabre após quase um ano de reforma; fotos. **G1 Piauí**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/06/11/parque-zoobotanico-de-teresina-reabre-apos-quase-um-ano-de-reforma-fotos.ghhtml>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SILVA NETO, Miguel da; ANDRADE, Kennely de Oliveira França; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. O Parque Floresta Fóssil em Teresina/PI. In: SEABRA, Giovanni (org.). **Educação Ambiental - o desenvolvimento sustentável na economia globalizada**. Ituiutaba/MG: Barlavento, 2020, v. 1, p. 1269-1278.

SHIBAKI, V. V. Planejamento e gestão da mobilidade em grandes metrópoles: reflexões acerca das estratégias do *São Paulo Convention & Visitors Bureau* para o turismo de negócios e eventos em São Paulo. **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 15, n. 1, p. 84-94, jan./abr., 2013.

- SILVA, C. H. C. O lugar dos hotéis de luxo na metrópole: negócios e turismo em São Paulo. **Revista Percursos**. Maringá, v. 2, n. 2, p. 97-123, 2010.
- SILVA, J. A. S. A Dimensão Territorial no Planejamento do Desenvolvimento Turístico no Brasil: modelo do polo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno. **Turismo em Análise**, v. 17, n. especial, p. 5-23, jan. 2006.
- SILVA, J. A. S.; SILVA, O. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 209-232, 2019.
- SILVA, K. C. **Nos passos do peregrino: turismo e religiosidade em Santa Cruz dos Milagres (PI)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.
- SILVA, K. C.; ALVES, M. L. B. A.; BATISTA, A. F. Políticas públicas como estratégias promocionais do turismo religioso em Santa Cruz dos Milagres (PI). **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n. 6, p. 63559-63579, jun. 2021.
- SILVA, M. N. F. Capital público e investimentos privados no Nordeste brasileiro: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 86-112, jan./abr. de 2017.
- SILVA, M. M. M. **O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2013
- SILVA, R. I.; BEZERRA, M. M. O.; SILVA, M. G.; SANTOS, J. O. Atividade turística em Natal e Tibau do Sul: análise a partir de medidas de especialização para o período 2001-2016. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 9, p. 731-752, 2019.
- SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional. - São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2ª edição ampliada. 76 p.
- SOUSA, C. R.; AQUINO C. M. S. Proteção ambiental e turismo no Parque Ambiental Encontro dos Rios, Teresina/PI. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n° 3, 2007.
- SOUZA, R. A. C.; SANTOS, P. S. Construindo a fé, recriando a divindade: uma experiência religiosa no sertão do Piauí. **Revista de História da UEG**, Porangatu, v.2, n.1, p.167-191, jan./jul. 2013.
- SOUZA, R. A. C.; SANTOS, P. S. Devoção, Festa e Mercado: Práticas de Fé e Celebração em Santa Cruz dos Milagres, sertão do Piauí. **Cadernos do Tempo Presente**. São Cristóvão (SE), n. 12, jun. 2013.
- TERESINA, Prefeitura Municipal de Teresina, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**

(PDITS) – TERESINA. Setembro/2011. Disponível em: https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/05/plano_de_desenvolvimento_integrado_do_turismo_sustentavel.pdf. Acesso em: 09 abr. de 2020.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Programa de Melhoria da Qualidade de Vida e da Governança Municipal de Teresina Programa Lagoas do Norte – FASE II.** TERESINA, nov. 2014.

TERESINA, Secretaria de planejamento (SEMPLAN). **Teresina participativa a cidade que temos.** Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/07/THE-Participativa-A-Cidade-que-Temos.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TERESINA, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAN). **Município de Teresina Piauí.** Disponível em: <http://www.teresina-pi-gov.com.br/noticias/semam/> acessado em: nov. 2019.

TERESINA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC). **Atrativos turísticos de Teresina.** Disponível em: <https://semdec.teresina.pi.gov.br/atrativos-turistico/> acessado em: ago. 2020.

TOMÉ, L. M. Turismo No Nordeste: Aspectos Gerais. **Caderno Setorial ETENE**, v. 2, n. 20, nov. 2017.

TOSELLI, C. Turismo, patrimonio cultural y desarrollo local. Evaluación del potencial turístico de aldeas rurales en la provincia de Entre Ríos, Argentina, **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 17, n. 2. p. 343-361, abr./jun. 2019.

TRIBE, J. The indiscipline of tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 4, p. 638-657, 1997.

TRONCA, B.; FRANZEN, L.I.; CESAR, P. DE A. B. Turismo, hospitalidade e acessibilidade: a perspectiva do usuário do espaço urbano. **Rosa do Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 1, 2020.

VASCONCELOS, M. V.; LIMA, I. M. M. F; MORAES, M. V. A. R.; Floresta Fóssil do Rio Poti em Teresina, Piauí: Porque não Preservar? **Revista Equador**, Teresina, v. 5, n. 3, Edição Especial 02. p. 239-259, 2016.

VASCONCELOS, D. A. L. Conceitos e Modelos em Turismo: uma evolução do reducionismo aos sistemas turísticos. **Turismo - Visão e Ação**, v. 7, n. 1, p. 155-71, jan./abr. 2005.

VASCONCELOS, D. A. L.; ARAUJO, L. M.; RAMOS, S. P. Turismo de sol e mar e território: o destino Maceió, Brasil. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 17, n. 4, p. 695-708, 2019.

VIANA, A. I. G.; LIMA, I. M. M. F. **Parques ambientais urbanos de Teresina, Piauí:** ambiente, conservação e uso pela população local. Instituto de Geociência, Campinas, 2017.

VIDAL, S. M. do S. C. Dunas, lagoas e praias: turismo e sustentabilidade (?) em Natal/RN. **Ponto e Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 7, p.77-94, 2010.

VIEIRA, D. P. et al. Atributos Determinantes da Competitividade dos Destinos de Sol e Praia Brasileiros. **Rev. Bras. Pesq. Tur.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 128-143, ago. 2019.

VIEIRA, M. F. P.; BAVARESCO, P. R.; DAIPRAI, L. Intervenções Táticas no Espaço Urbano. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 8, n. 5, 2019.

WANG, K.-J.; HONG, W.-C. Competitive advantage analysis and strategy formulation of airport city development-The case of Taiwan. **Transport Policy**, v. 18, n. 1, p. 276–288, 2011